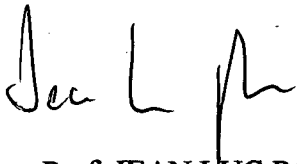


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO E EMPREGO NA
ECONOMIA BRASILEIRA - 1986 a 1990

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para
obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia

Por JOÃO ADEMAR SPECHT

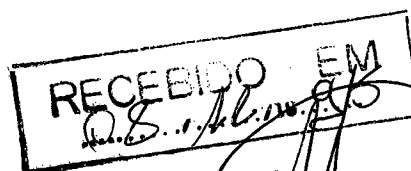


Orientador: Prof. JEAN LUC ROSINGER

Área de Concentração: Economia do Trabalho e Salário

Palavras Chaves: 1. Planos de estabilização 2. Mercado de trabalho 3. Desemprego

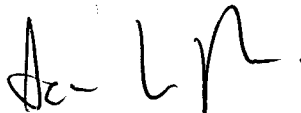
Florianópolis, aos 07 de Novembro de 1995



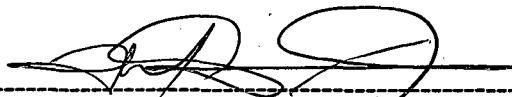
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,0 (nove) ao aluno João Ademar Specht, na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

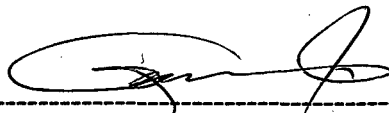
Banca Examinadora:



Prof. JEAN-LUC ROSINGER
Presidente



Prof. JESIEL DE MARIS GOMES
Membro



Prof. GERÔNIMO WANDERLEY MACHADO
Membro

SUMÁRIO

Página

- LISTA DE ANEXOS	iv
- LISTA DE FIGURAS	v
- LISTA DE QUADROS	vi
- LISTA DE TABELAS	vii
- RESUMO	viii

CAPÍTULO I

1. O PROBLEMA

1.1. Introdução	1
1.2. Formulação da Situação-Problema.....	2
1.3. Objetivos	4
1.3.1. Geral	4
1.3.2. Específicos.....	4
1.4. Metodologia.....	5

CAPÍTULO II

2. O MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO MACROECONÔMICO

2.1. Mercado de Trabalho nos Modelos Macroeconômicos	6
2.1.1 Modelo Neoclássico e Novoclássico	7
2.1.2 Modelo Keynesiano e Neokeynesiano	9
2.1.3. Modelo Marxista e Neomarxista	11
2.1.4. Modelo da Segmentação	13
2.2. Economia Formal e Informal	15

CAPÍTULO III

3. A ECONOMIA BRASILEIRA E O MERCADO DE TRABALHO

3.1. Configuração do Mercado de Trabalho entre 1940-1990	19
3.1.1. Mercado de Trabalho por Setores	25
3.1.2. Divisão Regional do Trabalho	29
3.1.3. Situação das Pessoas Ocupadas	34
3.2. Planos de Estabilização	39
3.2.1. Plano Cruzado	41
3.2.2. Plano Bresser	42
3.2.3. Plano Verão	43
3.2.4. Plano Collor	44

CAPÍTULO IV**4. PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO**

4.1. Impacto Macroeconômico dos Planos	47
4.2. Alterações nas Taxas de Desemprego Aberto Durante o Período de Vigência dos Planos	50
4.3. Movimentos nos Rendimentos Reais em Função dos Planos de Estabilização....	55
4.4. Os Planos de Estabilização e o Mercado de Trabalho	58

CAPÍTULO V**5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES**

5.1. <u>Conclusão</u>	62
5.2. <u>Recomendações</u>	63

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
----------------------------------	----

ANEXOS	68
--------------	----

FICHA DE AVALIAÇÃO	77
--------------------------	----

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Pessoas de 10 anos e mais de idade, ocupadas, por regiões e ramos de atividade	67
Anexo 2: Pessoas de 10 anos e mais de idade, ocupadas, por atividade e posição na ocupação ..	70
Anexo 3: População Economicamente Ativo por sexo	73
Anexo 4: Rendimento médio real do trabalho principal dos empregados de 15 anos e mais de idade	74

LISTA DE FIGURAS

Figura II.1: Desemprego Clássico e desemprego Keynesiano	10
Figura II.2 : Funcionamento do mercado de trabalho	17
Figura III.1: Brasil: taxas de inflação mensal	40

LISTA DE QUADROS

Quadro III.1. Planos de Estabilização - Um quadro histórico	41
Quadro IV.1. Conceitos Principais - IBGE	50
Quadro IV.2. Conceitos Principais - DIEESE	50

LISTA DE TABELAS

Tabela III.1. Taxas de Inflação	20
Tabela III.2. Taxa anual de Inflação	21
Tabela III.3. Taxa mensal de inflação	21
Tabela III.4. Crescimento da PEA	25
Tabela III.5. Distribuição do PIB e PEA segundo setor de atividade	26
Tabela III.6. Evolução da distribuição ocupacional	28
Tabela III.7. População ocupada - por regiões e ramos de atividade	31
Tabela III.8. População Ocupada por atividade e posição na ocupação	32
Tabela III.9. PEA por sexo	33
Tabela III.10. PEA por sexo - Regiões do Brasil	33
Tabela III.11. PEA, por sexo, segundo os anos de estudo	34
Tabela III.12. PEA por grupos de idade	35
Tabela III.13. Rendimento médio real do trabalho principal da população ocupada com rendimento, em atividades não-agrícolas, por sexo, segundo ca- tegoria sócio-ocupacionais	36
Tabela III.14. Pessoas de 10 e mais anos, ocupadas, segundo classes de rendimen- to mensais	37
Tabela III.15. Rendimento médio real dos ocupados e variação nos anos 80	38
Tabela IV.1. Taxa de crescimento do consumo - Comércio Geral	47
Tabela IV.2. Taxa de crescimento do consumo - Bens duráveis	48
Tabela IV.3. Produção, emprego e produtividade na indústria	49
Tabela IV.4. Taxa de crescimento da taxa de atividade	51
Tabela IV.5. Taxa de crescimento da taxa de desemprego aberto (semana)	51
Tabela IV.6. Taxa de crescimento da taxa de desemprego aberto (30 dias)	52
Tabela IV.7. Taxa de crescimento da taxa de desemprego aberto por setor	54
Tabela IV.8. Taxa de crescimento do rendimento médio real do trabalho principal dos empregados de 15 anos e mais - Cruzado.....	56
Tabela IV.9. Taxa de crescimento do rendimento médio real do trabalho principal dos empregados de 15 anos e mais - Bresser	56
Tabela IV.10. Taxa de crescimento do rendimento médio real do trabalho principal dos empregados de 15 anos e mais - Verão	57
Tabela IV.11. Taxa de crescimento do rendimento médio real do trabalho principal dos empregados de 15 anos e mais - Collor.....	57

RESUMO

Em vista do objetivo de estabelecer uma relação entre Planos de Estabilização e Mercado de trabalho, no período 1986-1990, na economia brasileira o estudo é dividido nos seguintes capítulos e conteúdo central.

O capítulo I consta da introdução e da situação-problema que motivou o estudo, sendo também apresentado o objetivo central e o detalhamento em objetivos específicos.

No segundo capítulo estuda-se a concepção de mercado de trabalho e emprego presente nas seguintes teorias econômicas: neoclássica, keynesiana, neomarxista e teoria da segmentação. Na segunda seção é apresentada uma teorização sobre mercado de trabalho formal e informal, característica muito presente na economia brasileira.

No capítulo III analisa-se o comportamento do mercado de trabalho brasileiro no período 1940-1990, dando destaque à análise por setores de atividade, por regiões e por situação das pessoas ocupadas. Estuda-se a evolução da proporção relativa da população economicamente ativa que cada setor absorve. Na segunda seção faz-se uma caracterização de cada Plano de Estabilização, procurando destacar suas medidas centrais, especialmente as referentes à área salarial.

Por fim, no capítulo IV, são analisadas as variações na taxa de crescimento da taxa de desemprego aberto e do rendimento médio real, para assim poder estabelecer as relações entre Planos de Estabilização e mercado de trabalho.

O capítulo V, contendo a conclusão, recomendações, bibliografia e anexos completa o estudo.

CAPÍTULO I

1. O PROBLEMA

1.1. Introdução

A palavra trabalho, enquanto categoria dos estudos macroeconômicos, tem sido objeto de muitos estudos e debates nos últimos duzentos anos. Nas mais variadas teorias macroeconômicas o fator trabalho é uma questão central.

É razoável afirmar que há transformações no modo de realizar o trabalho e nas relações trabalhistas. Apesar das transformações e novas possibilidades de trabalho, inegavelmente o espectro do desemprego torna-se cada dia mais presente e isto tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países em desenvolvimento.

A questão do descompasso entre o crescimento da população potencial apta a trabalhar e a oferta de trabalho através de novos empregos parece indicar uma hegemonia do crescimento da população potencial, especialmente em economias do terceiro mundo. Segundo Teixeira (1995, p.32) a taxa de desemprego total no Brasil é da ordem de 14,3% da população economicamente ativa (PEA). O desemprego implica num custo, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade como um todo.

Uma experiência específica da economia brasileira foram os quatro Planos de Estabilização implantados no período 1986-1990. Em 1986 o Plano Cruzado; em 1987 o Plano Bresser; em 1989 o Plano Verão e em 1990 o Plano Collor.

Mesmo que o tempo de duração de cada Plano tenha sido muito reduzido, eles produziram efeitos que muitas vezes vão além do pretendido pelas medidas de estabilização dos preços. No presente trabalho procura-se estudar os efeitos dos Planos de Estabilização no mercado de trabalho, especialmente em termos de alteração das taxas de desemprego.

Em vista do estudo das relações entre Planos e Mercado de trabalho é necessário fazer uma apresentação histórica do comportamento da Economia brasileira, especialmente no âmbito do mercado de trabalho. Os Planos foram gerados e implementados num determinado contexto e é necessário tê-lo presente para perceber as alterações que provocaram.

1.2. Formulação da Situação-Problema

Os Planos de Estabilização, pela abrangência de suas medidas, repercutem em todas as variáveis da economia. Qual tem sido as alterações que os Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor provocaram no mercado de Trabalho? Terá havido alteração do comportamento das taxas de desemprego aberto?

O combate à inflação, especialmente na segunda metade dos anos 80 e inícios da década de 90, passou a ser feito através de Planos de Estabilização Econômica.

Relativamente ao impacto dos Planos sobre a economia como um todo é possível formular a seguinte hipótese: na primeira fase, quando acontece uma diminuição significativa da inflação, ocorre uma expansão econômica, especialmente causada pelo aumento da demanda das classes mais baixas, o que conduz à diminuição das taxas de desemprego aberto. Terminado o efeito estabilizador dos Planos as taxas de desemprego voltam a expandir-se. Será que isto vale para os quatro Planos de Estabilização?

Tendo presente que o atual Plano de Estabilização, denominado Real, é recente e está em processo de implementação, o presente estudo ater-se-á ao período 1986 a 1990, no Brasil, espaço temporal de quatro Planos de Estabilização (Cruzado-1986; Bresser-1987; Verão-1989; Collor-1990).

Vai analisar-se como, através de suas medidas centrais, os Planos repercutiram sobre a estrutura do emprego ao nível macroeconômico da economia brasileira. Em estudo sobre o período 1979 a 1985 afirma-se que “o crescimento do emprego não superou o crescimento da População economicamente ativa...” (Cacciamali, 1989, p.177) e no período 1986 a 1990 o que terá ocorrido?

É ilustrativa a seguinte afirmação:

“... teriam ganho vulto dois movimentos distintos, embora complementares, na economia brasileira, dando conta, por um lado, de uma ampliação do espaço do setor informal (mediante inserção de trabalhadores em unidades de produção não organizadas em moldes capitalistas) e, por outro, de um processo de informalização dentro das próprias empresas capitalistas. Este duplo movimento certamente ajudou a configurar, em 1990, um novo perfil de inserção no mercado de trabalho urbano no Brasil que, em comparação com o do início da década de 80, ostenta (...) traços distintivos”(Oliveira, 1993, p. 29).

Outrossim afirma-se que na primeira metade da década de 80 houve “extrema variabilidade do nível de atividade econômica e (...) grande diversidade dos mecanismos

de política econômica implementados pelo governo” (Sedlacek, 1989, p.135). Esta questão pode ser estudada no período 1986 a 1990, que caracterizou-se pela implementação de vários Planos de Estabilização. Num estudo do IBGE afirma-se que

“a crise e o subsequente processo de ajuste econômico que caracterizam os anos 80, no Brasil, ao mesmo tempo em que acentuaram algumas tendências já esboçadas em décadas anteriores, serviram, também, para introduzir novas e significativas mudanças no perfil de trabalho e rendimento. Entre as primeiras haveria que assinalar o fortalecimento dos processos de urbanização e terceirização nos mercados de mão-de-obra, em decorrência dos quais aproximadamente $\frac{3}{4}$ (73,9%) da população ativa estavam, em 1990, incorporados ao mercado urbano e mais da metade da população ocupada às atividades terciárias”(IBGE, 1994, p. XXIII).

De um estudo, referindo-se ao período 1986-1990, no qual foram implantados quatro Planos de Estabilização, pode ser destacado o seguinte:

“Pela ótica dos trabalhadores é provável que, em face de uma conjuntura recessiva, parcela significativa destes tenha sido levada a aceitar formas mais precárias de emprego ou a prover suas condições de subsistência, através do trabalho por conta própria ou de pequenos empreendimentos”(Oliveira, 1993, p. 29).

Qual terá sido o comportamento da taxa de crescimento do rendimento médio real no período subsequente a cada Plano?

É necessário, portanto, reunir os dados relativos ao mercado de trabalho e procurar as causas explicativas para as alterações havidas, buscando estabelecer uma possível relação causal com os Planos de Estabilização.

1.3. Objetivos

1.3.1 - Geral

Caracterizar o mercado de trabalho e analisar o impacto dos Planos de Estabilização econômica sobre a estrutura de emprego, no período de 1986 a 1990, na economia brasileira.

1.3.2 - Específicos

Conceituar e situar teoricamente, ao nível macroeconômico, o mercado de trabalho, fazendo uma descrição sucinta da história econômica brasileira, particularmente da estrutura de emprego no Brasil nos últimos anos.

Caracterizar o mercado de trabalho no Brasil tanto ao nível dos diversos setores econômicos, quanto na relação entre emprego formal e emprego informal;

Apresentar o conteúdo central de cada Plano de Estabilização, especialmente as variáveis referentes ao emprego;

Analisar, a partir dos dados, o comportamento do mercado de trabalho no Brasil, entre 1986 e 1990, particularmente referente às taxas de desemprego e evolução da renda média real.

Estabelecer uma relação entre Planos de Estabilização e alterações no mercado de trabalho brasileiro.

1.4. Metodologia

Para a plena consecução do estudo serão usados dados bibliográficos de fontes secundárias, tais como Censos Demográficos, Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), publicados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Além disso, para dados sobre inflação, desemprego, atividades e emprego por setores econômicos, serão consultadas publicações mensais de revistas especializadas.

Usar-se-á basicamente o método analítico comparativo, pois as análises serão baseadas na comparação entre o comportamento das variáveis emprego, desemprego, evolução do emprego por setores econômicos, buscando estabelecer uma relação causal-explicativa entre Planos de Estabilização e alterações no mercado de trabalho da economia brasileira.

Em função de contextualizar o período 1986-1990 numa perspectiva de história econômica mais geral far-se-á uma breve retrospectiva sobre a evolução da economia brasileira nos últimos anos.

Torna-se necessário basear a análise sobre autores e estudiosos da área macroeconômico, que tentam, através de modelos e categorias, conceituar e caracterizar a questão do fator trabalho. Para esta fundamentação teórica e interpretação dos dados serão consultadas diversas publicações da área de economia do trabalho, que abordam questões referentes à temática aqui em estudo.

Muitos dados de fonte secundária dispensam tratamento estatístico e outros requerem alguma elaboração estatística para concorrer aos objetivos do estudo.

OBS: Os textos consultados em língua estrangeira foram traduzidos, para citação, pelo autor do presente estudo.

CAPÍTULO II

2. O MERCADO DE TRABALHO NO CONTEXTO MACROECONÔMICO

Analisa-se no presente capítulo as concepções de mercado de trabalho que aparecem nas diversas teorias econômicas. Procura-se demonstrar como cada teoria articula oferta de trabalho com demanda por trabalho. Outro aspecto importante é como cada enfoque procura dar resposta às questões de desemprego ou anomalias em relação ao mercado de trabalho. Neste contexto também será abordada a questão salarial, principalmente enquanto é ou não determinante do nível de ocupação da mão de obra. Outrossim é preciso ter presente as características específicas do mercado de trabalho em economias semi-industrializadas, como é o caso do Brasil. Assume importância central na análise do mercado de trabalho brasileiro a atenção à coexistência dos mercados formal e informal de trabalho. Busca-se conceituar cada um e entender como se dá a articulação, em termos de teoria do emprego, entre estes dois mercados.

2.1. O Mercado de Trabalho nos Modelos Macroeconômicos

Quando se fala em modelos macroeconômicos subentende-se os modelos clássicos, consagrados e estudados ao nível de teoria macroeconômica, presumivelmente de aplicação universal. Os diferentes modelos econômicos possuem também específicas teorias relativamente à questão do mercado de trabalho, pois na sistematicidade de uma teoria na área econômica a questão do fator trabalho necessariamente precisa ser abordada. Ocorre por vezes que não existe explicitação direta e clara sobre que concepção de mercado de trabalho uma determinada teoria assume, mas, analisando-a em profundidade, é possível perceber qual entendimento subjaz e dá suporte a determinadas afirmações e conclusões.

Para fazer estudos sobre o mercado de trabalho é importante ter clareza sobre as principais teorias que existem, destacando quais suas linhas centrais, suporte teórico e decorrências para a análise sistematizada de situações históricas concretas. Evidentemente que a apresentação aqui feita é apenas aproximativa e não exaustiva, objetivando tão somente fornecer uma rápida visão de conjunto. Nos escritos de economia, embasado na teoria e pressupostos filosóficos, existem várias possibilidades de classificações dos inúmeros estudiosos de economia. Estas classificações, salvo divergências localizadas,

seguem um padrão mais ou menos comum. Baseado em Andrés Solimano (Solimano, 1988) e Adolfo Figueroa (Figueroa, 1994) analisaremos quatro enfoques: a) neoclássico e novo clássico, b) keynesiano e nekeynesiano, c) marxista e neomarxista e d) o dos mercados segmentados. É importante ter presente o prefixo “neo”, pois este indica que nenhuma das teorias ficou estagnada no tempo. Além disso é bom não olvidar que a economia, enquanto organização social, é um processo complexo e dinâmico, cuja compreensão exige atualização de modelos e conceitos de análise.

2.1.1. Modelo Neoclássico e Novoclássico

O enfoque neoclássico, em sua versão inicial, segundo SOLIMANO, afirma como ponto central que o pleno emprego é o estado normal de funcionamento da economia, sendo o ponto de equilíbrio atingido quando há igualdade entre demanda e oferta de trabalho e, conseqüentemente, admite-se somente o desemprego voluntário. Quanto à oferta e demanda de trabalho afirma-se:

A oferta de trabalho deriva-se da maximização de utilidades pelo indivíduo, que tem uma relação positiva com o consumo de bens e lazer (o qual depende negativamente do número de horas de trabalho). A demanda de trabalho é determinada, por sua vez, pela maximização do lucro das empresas sujeitas a uma restrição tecnológica pela função produção (Solimano, 1988, p. 563)

O mecanismo pelo qual se dá o equilíbrio no mercado de trabalho é o salário real. No mercado de trabalho troca-se serviços trabalhistas por dinheiro, segundo Figueroa (1994). Na visão neoclássica o objetivo da política econômica é apenas o de “aperfeiçoar o funcionamento do mercado de trabalho, eliminando os fatores que interferem no mecanismo de salários reais: impostos à mão-de-obra, leis de estabilidade, salários desemprego” (Solimano, 1988, p. 564).

Na versão mais atualizada do modelo neoclássico, onde se destacam Phelps, Friedmann e Lucas, procura-se entender o mercado de trabalho “nas regularidades empíricas observadas na relação entre salários, emprego e produto”(Solimano, 1988, p. 564). Afirma-se como regularidades presumivelmente observadas a tendência de movimento dos salários reais e da produtividade média em sentido pró-cíclico. Admite-se o desemprego friccional, que “é o desemprego que existe como resultado do deslocamento dos indivíduos entre empregos e a procura por novos empregos”(Dornbusch & Fischer, 1991, p. 551). O desemprego não friccional é classificado como voluntário, visto que os ofertantes de

trabalho recusam-se a trabalhar ao salário vigente, que no seu entender estaria abaixo dos níveis considerados normais. É usado também o conceito de taxa natural de desemprego, existente numa dada economia porque sempre há indivíduos que trocam de emprego e, enquanto passam da antiga à nova ocupação, ocorre um intervalo de tempo no qual permanecem desempregados. A taxa natural de desemprego não destoa do equilíbrio no mercado de trabalho, antes, é integrante dele.

Friedmann e Phelps sustentam que “a longo prazo a economia se moverá para a taxa natural de desemprego quaisquer que sejam as taxas de inflação e de desemprego”(Dornbusch & Fischer, 1991, p. 556). Afirma-se a existência de uma correlação positiva entre salários reais e emprego, ou seja, havendo um aquecimento na economia, com demanda maior por trabalho ocorre um crescimento dos salários reais.

A questão central com a qual os neoclássicos se preocupam é demonstrar que é no mercado que se dá a melhor alocação da força de trabalho. Caso haja alguma necessidade de ajuste esta deverá ocorrer através do mercado.

Os novos-clássicos caracterizam o desemprego como voluntário e socialmente custoso. Admite-se que o mercado possa falhar, mas não será por causa do mercado e seus mecanismos intrínsecos, mas em virtude de informação incompleta e sinais falsos que os agentes possam perceber. A incerteza é decorrente do viés presente no acesso às informações.

Sobre a determinação dos salários reais os neoclássicos afirmam que é a produtividade marginal do trabalho que determina os salários reais. O incremento na geração de emprego é função da maximização dos lucros, sendo para tanto necessário que se igualem produto marginal físico do trabalho e salário real.

Para o ajuste do mercado de trabalho quando este estiver em desequilíbrio, seja com desemprego, seja com excesso de demanda por trabalho, os neoclássicos “ênfaticamente enfatizam a variação dos salários reais como o mecanismo corretor dos desequilíbrios - processo que, aliás, atua com rapidez”(Solimano, 1988, p. 587).

A postulação neoclássica “de que os salários reais são suficientemente flexíveis, de modo a garantir o pleno emprego, é postulado tanto para o curto prazo como para o longo prazo, sendo bastante discutível empiricamente, sobretudo para o curto prazo”, segundo Solimano (1988). Igualmente pode-se fazer o questionamento em relação à afirmação de que o mercado, como mecanismo autônomo, sempre conseguirá realizar a correção dos desequilíbrios, especialmente no tocante ao desemprego.

2.1.2. Modelo Keynesiano e Neokeynesiano

Tendo examinado os postulados centrais da visão dos neoclássicos e novos-clássicos sobre o funcionamento do mercado de trabalho, onde o mercado exerce uma função central, buscar-se-á analisar como Keynes e os continuadores de seu pensamento procuram integrar a questão do emprego na sua teoria.

Em sua Teoria Geral Keynes não teria feito uma elaboração teórica explícita acerca do mercado de trabalho, mas esta estaria presente, difusamente, ao longo de todos os seus escritos, conforme Figueroa (1994). Por isso a interpretação feita por Hicks poderia ser tomada como uma boa aproximação sobre o modelo keynesiano acerca do mercado de trabalho. Para Keynes a natureza do mercado de trabalho é diferente em relação aos outros mercados existentes numa economia. Estas diferenças traduzem-se no fato das relações sociais no mercado de trabalho serem mais pessoais, além de haver uma particularização em função do tempo de duração da relação de trabalho no curto e no longo prazo.

Conforme a interpretação de Solimano as proposições básicas na teoria keynesiana relativa ao emprego são:

a) o desemprego observado nas economias capitalistas ocidentais é, em grande parte, de caráter involuntário, sendo que há impossibilidade de os trabalhadores acharem emprego ao salário real vigente; b) o desequilíbrio no mercado de trabalho (excesso de oferta) está vinculado aos desequilíbrios observados em outros mercados, por exemplo os desequilíbrios no mercado de bens...; c) não existem forças no sistema econômico que corrijam desequilíbrios, de modo particular o desemprego (Solimano, 1988, p. 567).

De acordo com os postulados acima percebe-se que Keynes não coloca o mercado como instrumento auto-suficiente para a resolução dos problemas do desemprego, particularmente presentes na década de 30 do nosso século. Aliás, é uma questão muito discutida na atualidade, quando se fala inclusive em desemprego estrutural nas economias mais desenvolvidas.

Diferentemente da proposição neoclássica “um postulado central do enfoque do desequilíbrio é que o emprego já não depende dos salários reais, mas do nível de vendas, em uma economia em que há excesso de oferta no mercado de bens” (Solimano, 1988, p. 567). Por isso em Keynes o equilíbrio no mercado de trabalho é concomitante com o desemprego.

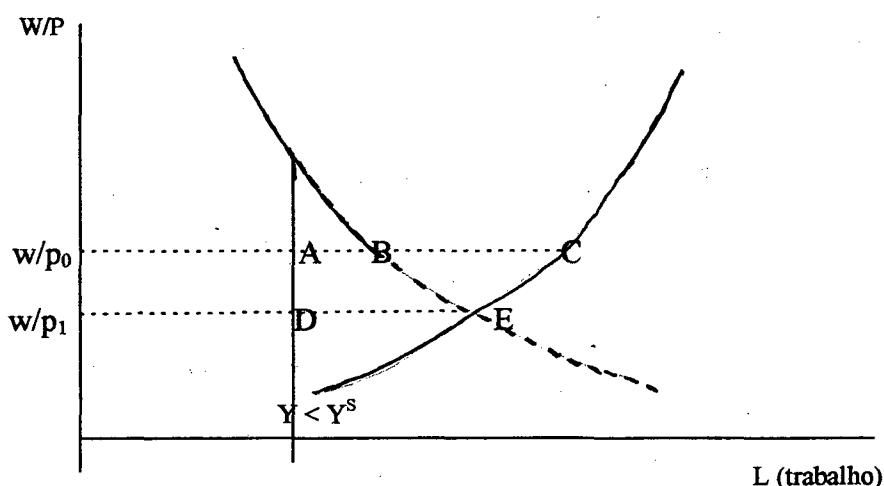
Na versão neokeynesiana afirma-se que

... a existência de um piso salarial real, ou “barreira inflacionária”, que estabelece um “teto” à taxa de lucro é a hipótese que garante um excesso de investimento sobre a poupança (o que, na tradição clássica, depende da taxa de lucro) e, portanto, obriga a economia a operar com desequilíbrio (inflacionário) entre investimento e

poupança, caracterizado pelo crescimento sem pleno emprego (Solimano, 1988, p. 570).

Na concepção keynesiana os instrumentos usados para reverter os desequilíbrios existentes no mercado de trabalho podem não surtir os efeitos desejados ou fazê-lo muito lentamente e por isso o desemprego possui basicamente um caráter involuntário, contrariamente ao afirmado pela teoria neoclássica.

Na discussão sobre o emprego, na Teoria Geral, Keynes tomou como ponto de referência a teoria apresentada na versão neoclássica. Há postulados da teoria neoclássica com os quais Keynes não concorda e procura superá-los. O gráfico 1 pode ajudar a perceber a diferença entre as concepções keynesiana e neoclássica.



AC: Desemprego Keynesiano; BC: Desemprego Neoclássico
DE: Desemprego Keynesiano; E: Ponto de Equilíbrio
FONTE: Solimano, 1988, p. 566

Figura II.1. Desemprego Clássico e desemprego Keynesiano

Um postulado central do enfoque de desequilíbrio, para Keynes, é que o emprego já não depende dos salários reais, mas do nível de vendas. A restrição de vendas, na figura II.1 é representada pela reta vertical $Y < Y^s$. No nível de salário real (w/p_0) para os neoclássicos o desemprego é caracterizado pelo segmento BC, enquanto para Keynes o desemprego é configurado pelo segmento AC. Na ótica neoclássica a questão do desemprego seria resolvida pela queda dos salários reais ao nível (w/p_1), quando haveria equilíbrio (E) entre oferta e demanda de trabalho. Segundo a teoria Keynesiana, mesmo no ponto de equilíbrio (E) haveria desemprego, segmento DE, devido à restrição de vendas no mercado de bens.

Quanto à determinação dos salários e do emprego no modelo keynesiano diz-se que *os salários são determinados pela produtividade marginal do trabalho, mas Keynes introduziu a hipótese da rigidez de salários nominais, permitindo que os salários reais se ajustassem à produtividade marginal do trabalho por meio de mudanças no*

nível geral de preços, o que seria determinado macroeconomicamente. (...) Quanto à determinação do emprego ele [keynes] o faz de modo semelhante aos neoclássicos. Isto mostrou-se uma possível inconsistência, pois quando há restrição de demanda o nível ótimo de emprego deriva diretamente da função de produção (Solimano, 1988, p. 586-587).

Numa situação de desequilíbrio no mercado de trabalho a teoria keynesiana enfatiza a rigidez de salários e preços e afirma que ocorre ajuste no curto prazo através da variação nas quantidades, tanto na demanda quanto na oferta de emprego, particularmente em função de choques exógenos.

Keynes desloca para as flutuações do nível da demanda efetiva (e, portanto, para as variações de seus determinantes, a propensão a consumir, a eficiência marginal do capital e a taxa de juros, manifestas nas variações dos níveis de investimento e de consumo agregados) a origem causal das flutuações do nível geral de emprego através de uma relação direta, de modo que um aumento da demanda efetiva determina um aumento do nível de emprego, e também, mediado por este último, um aumento do nível geral de preços (Miranda, 1991, p. 51)

Questiona-se na teoria do desequilíbrio na ótica keynesiana a exogeneidade de salários e preços nominais.

2.3. Modelo Marxista e Neomarxista

O modelo apresentado nesta subseção é bem diferente em suas postulações centrais quando comparado aos dois enfoques precedentes. As formulações de Marx sobre o funcionamento do mercado de trabalho e sobre o emprego não podem ser desvinculadas demasiadamente das concepções mais gerais de sociedade e economia presentes em seus escritos.

Na teoria marxista “o salário real é exógeno ao sistema, estando determinado a um nível de “subsistência”, ou “convencional” (Solimano, 1988, p. 571). Por subsistência entende-se a “alimentação e o atendimento de certos padrões de vida determinados pelas convenções sociais, mudanças tecnológicas e o conflito social ou luta de classe” (Solimano, 1988, p. 571).

No enfoque marxista um eixo central é o conflito existente entre capitalistas, detentores dos meios de produção, e proletários, que possuem somente sua força de trabalho para colocarem à venda. Nesta interação entre capitalistas e proletários, que é a base do sistema capitalista de produção, aqueles procuram tirar destes a mais-valia, mediante o que se mantém a possibilidade para a reprodução do capital.

No trabalho de Figueroa, quando este aborda o mercado de trabalho na versão marxista, diz

... no mercado de trabalho se intercambia a mercadoria força de trabalho ao seu custo de produção (ou reprodução); a determinação do salário dá-se independente das quantidades, que são determinadas pelas condições de demanda; ao salário de subsistência há excesso de oferta, i.é, supõe superpopulação na economia (Figueroa, 1994, p. 338).

Analisando a questão da superpopulação relativa Figueroa acrescenta:

devido à natureza conflitiva das relações sociais entre capitalistas e trabalhadores, o excesso de mão-de-obra (o exército industrial de reserva) cumpre um duplo papel no funcionamento do mercado trabalhista: a) impede a elevação dos salários reais ante os aumentos na demanda e b) disciplina os trabalhadores (Figueroa, 1994, p. 338).

Na caracterização do enfoque neomarxista, segundo Solimano, baseado em Marglin, as discrepâncias entre o crescimento das taxas de emprego e da força de trabalho, numa dada economia, são ajustadas principalmente através de variações endógenas da força de trabalho disponível para o setor capitalista da economia. As principais fontes de variação na oferta de trabalho são a mão-de-obra empregada em modos de produção não capitalistas, a mão-de-obra ocupada em outras regiões ou países, a expansão geográfica de um país e a exportação de capitais. A solução para o descompasso entre crescimento menor da oferta de mão-de-obra e expansão maior do capital, entre outros meios, dá-se através da exportação de capitais, fato comprovado pela experiência histórica, segundo Solimano interpreta de Marx.

Na concepção marxista

as necessidades de mão-de-obra, associadas à expansão do capitalismo, podem ser supridas por meio da força de trabalho liberada de outros meios de produção, i.é, outros exércitos de reserva. Duvida-se da capacidade do capitalismo eliminar o desemprego, ou seja, para os neomarxistas há falha no mercado (Solimano, 1988, p.586)

A determinação dos salários reais, segundo os neomarxistas, ocorre exogenamente. A base para a fixação do salário real possui basicamente a função de garantir a reprodução da força de trabalho, mas também tem vinculação com o poder de negociação que tenham os trabalhadores. As alterações tecnológicas igualmente são importantes fatores na fixação do salário real.

Na concepção marxista de mercado de trabalho o “mecanismo de correção dos desequilíbrios é a oferta de trabalho disponível para o setor capitalista da economia, ou seja, os exércitos de reserva, pois supõe a determinação dos salários exógena” (Solimano, 1988, p. 588)

2.4. Modelo da Segmentação

O modelo da segmentação surge como resposta à inadequação dos modelos neoclássico, keynesiano e marxista para a análise de realidades econômicas específicas. A nova formulação procura contemplar na sua teorização aspectos da realidade do mercado de trabalho não explicados pelos três grandes enfoques existentes. O enfoque segmentacionista se preocupa em integrar os aspectos do mercado de trabalho que não são homogêneos e por isso exigem um tratamento conceitual diferenciado.

Esta abordagem tem sua origem nos “institucionalistas americanos, Dunlop e Kerr, nos dualistas, Doeringer e Piore, nos neomarxistas Gordon, Edwards e Reich e nos Latino americanos, Souza e Tokmann”, segundo Solimano (1988, p. 574).

Sob o ponto de vista da análise as principais hipóteses são:

a) o mercado de trabalho é melhor descrito como segmento que como agregado homogêneo, sendo redutível a dois setores: formal-informal, [também apresentados de forma bipolar em outros conceitos, tais como] centro-periferia, protegido - não protegido; b) Os mecanismos determinantes dos salários e do emprego são diferentes nos dois segmentos; c) a segmentação não é um fenômeno transitório e tende a ser permanente, devido às restrições (de vários tipos) sobre a mobilidade intersetorial da mão-de-obra; d) no segmento informal a produtividade potencial dos trabalhadores ali ocupados seria maior que a efetivamente observada (Solimano, 1988, p. 574).

Pode-se caracterizar um mercado de trabalho como “segmentado quando trabalhadores com a mesma produtividade recebem remunerações diferenciadas” ou então “a situação onde trabalhadores com capital humano igual têm diferentes valores presentes para suas rendas futuras do trabalho”(Solimano, 1988, p. 574).

A conseqüência que procede de um mercado segmentado é que “devido à segmentação a alocação da força de trabalho não é Pareto-eficiente, no sentido em que se poderia redistribuir a força de trabalho de um setor para outro e o produto nacional aumentaria, pois a segmentação implica uma falha do mercado” (Solimano, 1988, 575).

A segmentação, para os institucionalistas, explica-se porque “no setor formal existem geralmente sindicatos e leis de salários mínimos que produzem uma estrutura de salários reais maiores que a estrutura de remunerações que garantiria o pleno emprego na economia” (Solimano, 1988, p. 575). Para os dualistas a causa da segmentação é a “existência de dois setores com diferentes atributos referentes a níveis de remunerações, estabilidade no emprego, perspectivas futuras de mobilidade ascendentes para o trabalhador” (Solimano, 1988, p.575). A segmentação igualmente é apresentada como sendo causada por diferenças na estrutura do mercado de bens entre as diversas indústrias da economia.

Outros fatores de segmentação repousam em diferenças na valorização do capital humano acumulado, no pagamento ao risco e na discriminação racial.

Tratando especificamente da questão do desemprego no contexto do modelo de segmentação do mercado de trabalho afirma-se que

a probabilidade de se encontrar emprego no setor formal depende, positivamente, do número de vagas e, inversamente a) da taxa de desemprego na economia e b) do nível de emprego no setor informal (procuradores potenciais de trabalho no setor formal) (...), enquanto as propriedades do equilíbrio são: a) o desemprego é friccional ou "voluntário", visto estar associado ao processo de procura de trabalho no setor formal, tendo contudo a alternativa do emprego informal; b) o desemprego é o mecanismo de redistribuir, dentro da força de trabalho, uma probabilidade agregada constante de encontrar emprego no setor formal e c) a sociedade perde por não utilizar recursos (trabalho), o que representa um custo econômico, mesmo que privadamente esta estratégia seja ótima e factível (que dizer, financiável) diante da incerteza da economia" (Solimano, 1988, p. 577-581).

Os autores do modelo de segmentação "assinalam uma falha do mercado de trabalho, pois há alocação ineficiente de recursos" (Solimano, 1988, p. 586).

A determinação dos salários reais depende do segmento do mercado de trabalho em questão. No setor formal os salários reais são determinados pela produtividade, pelas leis de salários mínimos e pelo poder de negociação sindical. No setor informal a renda média do trabalho é determinada por condições de oferta e de demanda de trabalho informal, operando como um mercado competitivo. A determinação do nível de emprego não é inequívoca e dependerá da especificação que se adote para o equilíbrio no setor formal (neoclássico com rigidez de salário real ou keynesiano com restrição de vendas) e da especificação do setor informal (Solimano, 1988, p. 587).

O mecanismo de ajuste dos desequilíbrios ocorre através da "combinação de variações nos salários reais, na demanda e oferta de trabalho, dependendo do segmento de mercado escolhido" (Solimano, 1988, p. 588).

A crítica diz que o prazo de análise adotado pelo enfoque da segmentação permanece indeterminado, o que dificulta caracterizar a segmentação como um fenômeno permanente ou transitório.

Concluindo esta seção deve-se chamar a atenção para a necessidade de levar-se em consideração que as teorias acima apresentadas foram elaboradas em contextos históricos diferentes dos da atualidade, especificamente da brasileira. Para sua plena aplicabilidade numa análise atual é preciso fazer as devidas atualizações em termos de pressupostos, pois as relações econômicas intrapáises e, mais ainda, ao nível internacional, estão em grande modificação. Merece consideração o processo de globalização que ocorre a nível mundial, aliado à formação de blocos econômicos. O uso, na produção e distribuição, de tecnologias sempre mais avançadas também coloca questões à teorização sobre o mercado de trabalho.

Tendo-se presente que a realidade brasileira possui peculiaridades específicas, onde afirma-se freqüentemente a distinção entre economia formal e informal, a seguir será apresentado uma caracterização de economia formal e informal, procurando detectar sua natureza e característica específicas. Isto será de relevante auxílio quando for realizada a análise da relação entre Planos de Estabilização e alterações no mercado de trabalho .

2.2. Economia Formal e Informal

Nesta seção enseja-se conceituar a economia informal, explicitar sua estrutura intrínseca e perceber seu vínculo com a economia formal. Foi nos primórdios da década de 70 que apareceu o conceito de economia informal, num estudo da OIT sobre o Kênia. A categoria "informal" passou a ser usada amplamente na análise do mercado de trabalho em termos latino-americanos e, especificamente, no Brasil. O que desafia os pesquisadores é a existência de uma ampla gama da população economicamente ativa que sobrevive sem estar inserida nos parâmetros usuais de caracterização do mercado de trabalho: carteira de trabalho assinada, contribuição previdenciária e outros.

A abrangência do conceito informal é muito vasto, variando conforme a referência usada na definição. São usados freqüentemente como sinônimos, para referir-se à informalidade, os seguintes conceitos: economia marginal, economia não-pretegida, economia submersa, economia oculta, economia subterrânea, pequena produção. Fundamentado em Souza (1980), Tokman (1987), Carneiro (1990), Cacciamali (1990), Coutrot (1990) e Amadeo (1994a) será primeiramente conceituado o setor informal.

Para conceituar determinada atividade ou trabalhador de informal usa-se como critério a existência ou não de separação entre capital e trabalho, o tipo de vínculo empregatício que vigora, a não sujeição à regulação que o Estado exerce.

Na visão de Cacciamali sobre o setor informal considera-se a questão da não nitidez na separação entre capital e trabalho, a fuga da regulação do Estado e a forma de inserção do trabalhador na produção.

O conceito de informal, na visão de Tokman, parte das relações de produção específicas e dos objetivos da empresa, nitidamente diferentes das empresas capitalistas, nas quais busca-se a maximização da taxa de lucro. No setor informal busca-se maximizar a renda total.

O setor informal também é definido como sendo

as formas de organização que se inserem na estrutura econômica de forma intersticial junto com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços

de mercado perfeitamente delimitados, que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico (Souza, 1980, p. 30)

Para Coutrot, de modo geral, a informalidade caracteriza-se pela utilização de mão de obra familiar, baixas produtividade e remuneração, desrespeito às leis, regulamentações e controles do Estado. A formalidade ou informalidade para os assalariados se dá em função de possuírem ou não carteira de trabalho assinada. Para os ocupados por conta própria e empregadores o critério para classificá-los em formal ou informal é se contribuem ou não à previdência social.

Na interpretação de Carneiro as categorias formal ou informal devem ser vistas em função da existência ou não de contratos de trabalho. O conceito de informalidade está muito próximo de ilegalidade, quando considerado a ausência de registro legal, vínculo com firmas fantasmas e inclusão de atividades ilícitas. A explicação para a existência da informalidade repousaria nos custos trabalhistas do emprego legal e na carga tributária sobre as empresas. A informalidade é uma decorrência da intervenção estatal no mercado de trabalho.

O aspecto comum às diversas conceituações de setor informal repousa sobre o tipo de relações de trabalho que caracterizam a inserção das pessoas no mercado de trabalho. Contrapondo formal e informal, na visão de Cacciamali, tem-se a seguinte caracterização:

Setor formal: existem barreiras à entrada, há dependência de recursos externos, a propriedade é impessoal, opera em larga escala, os processos produtivos são predominantemente intensivos em capital, a tecnologia é imposta, exige-se da mão de obra uma maior qualificação, que é realizada endogenamente através de treinamento. A atuação das empresas dá-se muitas vezes em mercados protegidos por tarifas e quotas.

Setor informal: há facilidade de entrada, a origem dos recursos é doméstica, a propriedade é individual ou familiar, opera-se em pequena escala, os processos produtivos são intensivos em trabalho, ocorre uma adaptação em relação à tecnologia, a qualificação da mão de obra é exógena ao sistema. Opera-se em mercados mais competitivos e menos regulados.

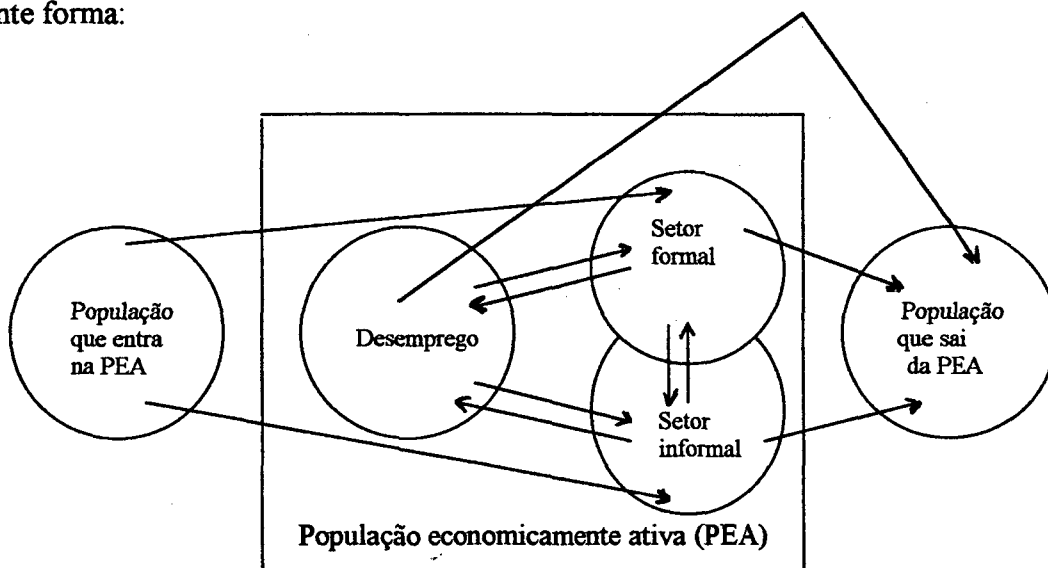
Quanto à questão da relação entre setor formal e informal discute-se se esta é paralela ou complementar. Os que afirmam o paralelismo entre os dois setores apontam a autonomia de funcionamento de cada um como ponto chave. Para estes a tendência histórica iria no sentido do setor informal ser absorvido e integrado no setor formal. Outros, como Souza, Cacciamali, Amadeo analisam o setor informal como funcionalmente integrado e necessário ao setor formal. A prova, no caso brasileiro, deste caráter de complementariedade, estaria no fato de observarem-se taxas de desemprego relativamente

baixas. O setor informal funcionaria como um colchão, que “absorve a mão de obra excedente do setor formal em períodos de recessão e fornece trabalho em períodos de crescimento e aquecimento” (Sabóia, 1986, p. 83). A economia informal seria decorrência direta do excedente relativo de oferta de trabalho existente no mercado de trabalho.

A maior ocupação dos informais no setor terciário e na indústria da construção civil repousa no fato de estes setores requerem mão-de-obra menos qualificada. No setor terciário, especificamente o comércio em pequena escala, necessita de pouco capital para o seu funcionamento, o que facilitaria ao desempregado engajar-se como vendedor ambulante.

Do setor informal também fazem parte pequenas e microempresas sem registro legal e, portanto, operando fora do âmbito de regulação do Estado, mesmo que por vezes empreguem diversos indivíduos sob a forma de assalariamento, mas cujo vínculo é infomal. Conforme Amadeo et al (1993) o setor informal possibilita maior flexibilidade ao mercado de trabalho, além de reduzir os custos decorrentes dos processos de ajuste econômico, pois acaba absorvendo e dando outras formas de emprego e rendimento para os despedidos do setor formal.

Esquemáticamente pode-se representar o funcionamento do mercado de trabalho da seguinte forma:



FONTE: SABÓIA:1986, p. 84

Figura II.2. Funcionamento do Mercado de Trabalho

Na figura II.2 a população economicamente ativa compreende o setor formal, o setor informal e os desempregados. Existe uma entrada normal de indivíduos na População Economicamente Ativa (PEA), seja por crescimento demográfico, que é o caso das crianças e jovens, seja pela migração. Dentro do contexto da PEA ocorrem deslocamentos entre o

grupo desemprego, setor formal e setor informal. Estes deslocamentos estão ligados aos ciclos econômicos e demonstram o grau de flexibilidade existente numa dada economia. Para alguém que perde o emprego no setor formal apresentam-se três possibilidades: procurar novo emprego no setor formal, ingressar no setor informal ou desistir de procurar trabalho, saindo assim da PEA.

No conjunto da população que sai da PEA agregam-se pessoas desempregadas que desistem de procurar emprego, os que se aposentam e aqueles que morrem.

A passagem do setor formal ao informal, segundo Sabóia, nem sempre é imediata e sem dificuldades, mas normalmente ocorre num período de tempo bem curto. Esta passagem também é até certo ponto complexa, pois existem algumas formas de barreira, mesmo que seja o de conseguir um espaço físico onde realizar seu comércio.

Uma vez apresentados os principais modelos teóricos sobre o mercado de trabalho e examinada a teorização sobre mercado de trabalho formal e mercado de trabalho informal, passa-se agora à descrição do que ocorreu no mercado de trabalho da economia brasileira nas últimas décadas.

CAPÍTULO III

3. A ECONOMIA BRASILEIRA E O MERCADO DE TRABALHO

Em vista do objetivo proposto para o presente estudo, torna-se necessário, neste capítulo, sintetizar, de forma descritiva, o ocorrido com a economia brasileira, procurando centrar o enfoque no mercado de trabalho. A economia de um determinado país é constituída pela interação dos diferentes agentes econômicos que nela atuam. Há agentes produtores, distribuidores e consumidores, sendo que deve-se agregar a eles a ação do governo. O processo que constitui a economia é dinâmico e suas relações vão se diversificando e complexificando no transcorrer do tempo. O mercado de trabalho situa-se no contexto dessas múltiplas relações, influenciando e recebendo influências.

Na primeira subseção procura-se descrever o ocorrido no mercado de trabalho, procurando fazer distinções por setores, regiões, sexo e rendimentos. Na segunda subseção serão caracterizados os quatro Planos de Estabilização implantados na economia brasileira no período 1986-1990. Será dado destaque aos objetivos e medidas centrais de cada Plano, notadamente as que dizem respeito ao mercado de trabalho, mesmo que seja de forma indireta.

3.1. Configuração do Mercado de Trabalho entre 1940-1990

Na presente seção far-se-á uma caracterização da economia brasileira, sob o ponto de vista do mercado de trabalho, no período de 1940 a 1990. Inicia-se na década de 40 porque foi a partir desse período que a economia brasileira começou a passar por profundas mudanças. Levando em consideração um período de 50 anos já é possível elaborar uma boa descrição do comportamento do mercado de trabalho. A ênfase maior será, evidentemente, para os anos 1986-1990, período no qual situam-se os Planos de Estabilização.

Afirma-se que nos “30 anos pós II Guerra a economia brasileira multiplicou por dez o seu produto real e por quatro o valor da renda real per capita”(FIBGE: 1979, p. 75). Nestas três décadas ocorreram “transformações estruturais, tais como modificações na estrutura industrial, consolidação do eixo dinâmico da economia nas atividades urbano-industriais e alterações ao nível da composição setorial do produto” (FIBGE:1979, p. 75). O reflexo decorrente das transformações foi um “intenso processo de redivisão interregional e intersetorial do trabalho na economia”(FIBGE: 1980, p. 75). A década de 80, por outro

lado, muitas vezes é avaliada na literatura econômica como a “década perdida”, pois a economia brasileira enfrentou sérias recessões, altas e crescentes taxas de inflação, com o PIB crescendo muito pouco em termos de média anual para a década, quando comparado à década anterior.

A temática em torno da alta de preços e suas causas é uma constante desde os primórdios dos estudos modernos de economia. É no século XX, porém, que muitos países enfrentam taxas relativamente mais altas de inflação. Muitas vezes a discussão ficou polarizada entre os que apontam como causas da inflação os desequilíbrios monetários e os que conectam a inflação com problemas fiscais no âmbito governamental. Ao lado desses há os que atribuem a inflação à variação dos custos e outros que apontam o excesso de demanda como raiz da alta de preços. Outrossim discute-se se alguma taxa de inflação, em níveis baixos, não seria necessária e benéfica para o crescimento econômico. O fato é que a economia brasileira vem experimentando taxas de inflação contínuas e, em diversos períodos, crescentes, chegando a taxas mensais que, segundo a literatura econômica, caracterizam uma situação de hiperinflação. Este estágio significa uma total desorganização da economia.

As tabelas III.1 e III.2 mostram a evolução da taxa de inflação ao longo dos anos. O ritmo de crescimento da taxa de inflação foi diferente nos vários períodos.

Tabela III.1
Taxas de Inflação (IGP/FGV)
Brasil (Médias Anuais)

1947 - 1958: 14,4%
1959 - 1964: 55,5%
1965 - 1978: 28,4%
1979 - 1985: 142,2%
FONTE: Lemgruber, 1986

Há um sensível incremento da inflação brasileira no período relativo à primeira metade da década de 60. No período 1947-1958 as taxas anuais são as mais baixas relativamente aos outros períodos apresentados na tabela III.1. Por outro lado, na primeira metade da década de 80, as taxas de inflação são sensivelmente superiores em comparação às taxas dos períodos precedentes. As crescentes taxas de inflação do início dos anos 80 levaram os governantes à aplicação de medidas saneadoras, as quais conduziram o país a uma profunda recessão, cujo ano central foi 1983.

O avanço do processo inflacionário é melhor apreendido quando analisado ano a anos, conforme a tabela III.2. Excetuando o ano de 1981, houve um contínuo crescimento das taxas de inflação na primeira metade da década de 80. Em 1986 a taxa recua para 65% ao ano e a explicação é o Plano de estabilização que foi implantado em março deste ano.

Tabela III.2

Taxa Anual de Inflação (IGP-DI/FGV)

Ano	%	Ano	%
1969	19,3	1980	110,2
1970	19,3	1981	95,1
1971	19,5	1982	99,7
1972	15,8	1983	211,0
1973	15,5	1984	223,8
1974	34,6	1985	235,1
1975	29,4	1986	65,0
1976	46,2	1987	415,8
1977	38,8	1988	1.037,6
1978	40,8	1989	1.782,9
1979	77,2	1990	1.476,6

FONTE: Bresser Pereira & Nakano, 1991, p. 92

Numa economia de primeiro mundo as taxas observadas em 1988 e 1989 seriam consideradas hiperinflações. Na economia brasileira uma inflação dessa magnitude não desorganizou totalmente a economia em virtude da intensa indexação com a qual os agentes econômicos procuravam defender-se da desvalorização de seus ativos. Seguramente que o processo inflacionário possui uma faceta trágica, especificamente em relação àqueles, no caso brasileiro, grande parcela da população, que não possuem renda suficiente para proteger-se através da aplicação financeira. Este custo significa uma transferência de renda dos mais pobres para os que possuem acesso ao sistema financeiro.

Tabela III.3

Taxa Mensal de Inflação (IGP-DI/FGV)

	1986	1987	1988	1989	1990
Jan.	17,8	12,0	19,1	36,6	71,9
Fev.	22,4	14,1	17,6	11,8	71,7
Már	(-)1,0	15,0	18,2	4,2	81,3
Abr	(-)0,6	20,1	20,3	5,2	11,3
Mai	0,3	27,7	19,5	12,8	9,1
Jun	0,5	25,9	20,8	26,8	9,0
Jul	0,6	9,3	21,5	37,9	13,0
Ago	1,3	4,5	22,9	36,5	12,9
Set	1,1	8,0	25,8	38,9	11,7
Out	1,4	11,2	27,6	39,7	14,1
Nov	2,5	14,5	28,0	44,3	17,5
Dez	7,6	15,9	28,9	49,4	16,5

FONTE: Bresser Pereira & Nakano, 1991,

Se as taxas anualizadas já permitem perceber a magnitude do processo inflacionário brasileiro, este é ainda melhor apreendido apresentando as taxas mês a mês, para o período 1986-1990, contexto de implementação dos Planos Cruzado, Bresser, Verão e Collor.

Os meses onde as taxas de inflação são relativamente mais baixas são os meses de implantação de Planos de estabilização. Nos meses subsequentes aos Planos, diferentemente em cada caso, ainda persiste uma taxa relativamente baixa de inflação. No período pós-Cruzado, março e abril de 1986, a taxa de inflação foi negativa. A redução drástica da taxa de inflação de um mês a outro decorreu dos congelamentos que foram adotados.

O que eram taxas anuais de inflação na década de 70, passam a ser mensais no final de 1989 e inícios de 1990. Este quadro representa o descalabro no qual mergulhou a economia brasileira e só isto já mostra a necessidade de efetuar-se alguma plano de estabilização de preços para conter o processo inflacionário.

Ao nível do debate econômico discute-se muito sobre a natureza do processo inflacionário brasileiro, assunto que não cabe desenvolver aqui, pois foge aos objetivos do trabalho. Por ocasião da caracterização de cada Plano de Estabilização este debate será brevemente abordado.

O período 1940-1990 pode ser dividido em subperíodos, nos quais há o predomínio de características específicas: 1940-1949, 1950-1960, 1961-1967, 1968-1973, 1973-1976, 1976-1985, 1986-1990. As subdivisões variam de autor para autor e dependem em muito da variável usada como critério de divisão. Esta divisão repousa basicamente nos ritmos específicos que a economia brasileira viveu em cada momento. Na primeira metade da década de 40 está-se em plena II Guerra Mundial, período no qual o setor externo brasileiro conseguiu um saldo positivo, especialmente em função do fornecimento de artigos para os países em guerra.

Nos anos 50 a FIBGE destaca, na indústria, “a introdução de ramos novos de produção, notadamente bens de capital, insumos básicos e bens de consumo duráveis”(p. 75). Isto significou uma modificação do perfil do setor industrial. “O Brasil teve um crescimento espetacular entre 1950-1970, passando de uma economia agrícola atrasada para uma economia capitalista industrial” (Souza, 1980, p.25). Souza também destaca e caracteriza alguns subperíodos específicos.

Para 1952-1959, assim como no estudo da FIBGE, destaca-se a “expansão econômica, a transformação da estrutura produtiva, a elevação substancial dos salários, sendo o financiamento de fonte exógena, basicamente inflação e expansão dos meios de pagamentos” (Souza, 1980, p. 20). No período subsequente, 1960-1963, instala-se uma crise econômica, caracterizada pela tensão entre repartição dos ganhos do crescimento econômico e continuação do crescimento. Optou-se pela continuação do crescimento,

baseado num processo concentrador de renda. Vive-se um processo de aceleração da inflação, o que acarreta uma modificação no financiamento. Segundo Souza ocorre uma diminuição da participação dos salários em relação aos lucros no produto. Souza afirma também que no período de 1945 a 1964 ocorre “participação crescente dos sindicatos no processo de fixação dos salários” (Souza, 1980, p. 104).

Entre 1964-1967 há uma “redifinição dos mecanismos de articulação econômica, um novo esquema de financiamento, que implica num novo esquema de acumulação real, baseado nos bens duráveis, enquanto os salários sofrem um pressão no sentido de diminuição. Como o país vivia sob a ditadura militar as reivindicações por reposição salarial ficaram sufocadas. O problema era mudar o padrão de acumulação, para o que era necessário mudar a taxa (salário de base do mercado de trabalho) de salários” (Souza, 1980, p.21).

O período 1968-1973 caracteriza-se por uma aceleração do crescimento econômico, aumento da produtividade e a taxa de salários real permanecendo relativamente constante, segundo Souza. Neste período a economia brasileira apresentou taxas de crescimento extraordinárias, entre 11 e 12% ao ano.

Em 1974-1978 “diminui o ritmo do aumento da produtividade, há desaceleração econômica e baixas condições técnicas para aumento do salário real” (Souza, 1980, p.21). Na economia internacional ocorre um forte aumento dos preços do petróleo, conhecido como primeiro e segundo choque do petróleo, que teve intensa repercussão nas economias industrializadas. A economia brasileira absorveu estes choques através de financiamento externo e não fazendo os devidos ajustes internos

No seu estudo sobre o mercado de trabalho brasileiro, o FIBGE também faz uma distinção entre os períodos 1968-1973 e 1974-1976. Enquanto o primeiro caracteriza-se por uma expansão econômica, crescimento médio anual do produto interno bruto (PIB) de 11,5%, com aumento das pessoas ocupadas à base de 3,6% ao ano, o segundo apresenta uma diminuição no ritmo de crescimento da absorção de mão de obra e a média de crescimento anual do PIB baixa para 8,1%.

Nos primórdios dos anos 80 a economia brasileira enfrentou diversos problemas. Ao nível interno instalou-se uma forte recessão, vinculada e, segundo alguns autores causada, pela crise da dívida externa. O endividamento continuou a crescer, através de novos empréstimos e rolagem das amortizações e juros, durante e após os choques do petróleo. Mas em inícios 1981 os novos financiamentos no sistema financeiro internacional estavam

cada vez mais difíceis e as taxas de juros estavam em franca ascensão. O Brasil chegou num dado momento em que o serviço da dívida ficou praticamente impagável.

Para reverter a situação com os credores externos houve uma orientação da produção em função da exportação, procurando gerar superávites na balança comercial e assim obter dólares para encaminhar a questão da dívida externa.

No âmbito interno, segundo Sabóia (1986) no período 1980-83 o PIB decresceu 3,8%, o desempenho da renda per capita foi de (-)10,6% e a produção industrial decresceu 11,4%. Para Amadeo et al(1994), em virtude da recessão, entre 1981 e 1990, houve uma perda de produtividade da ordem de 17% e os salários reais tiveram uma queda de 14%.

Em função da intensificação da industrialização brasileira a partir da década de 50 o setor industrial foi ampliando sua participação relativa na renda nacional, quando comparado aos outros setores. O aumento na participação na renda estendeu-se até o final da década de 70, quando o setor começa a entrar num ritmo mais lento de expansão.

Outrossim, na esteira do processo de industrialização da economia brasileira, houve uma significativa expansão do setor terciário. A própria urbanização implementada pela industrialização contribui para o crescimento do setor terciário. Criam-se necessidades de serviços de apoio à produção, tais como comércio, transporte e intermediação financeira. A aglomeração urbana é propícia enquanto fomenta economias de escala às indústrias e significa maior proximidade do mercado consumidor. Deve-se destacar a liberação do trabalhador do setor agrícola como importante fator à expansão urbana brasileira, onde é proletarizado. Outro fator de expansão urbana é a alta taxa de crescimento demográfico.

Os seguintes dados indicam a intensidade da taxa de urbanização da população brasileira. Residem em área urbana, em relação a toda a população: 1940 = 31,2%, 1950 = 36,2%, 1960 = 44,7%, 1970 = 55,9%, 1980 = 67,6%, 1990 = 75,5%. A relação entre população urbana e população rural inverteu-se nos últimos cinquenta anos.

O processo de industrialização e urbanização da economia brasileira engendrou um progressivo estabelecimento de relações de trabalho predominantemente capitalistas, cuja característica central é o assalariamento. Concomitantemente criaram-se diversos problemas em termos de ocupação do espaço urbano, necessidade de infra-estrutura e marginalização.

No setor primário “igualmente chegam os impactos da transformação, dando resposta à elevação da demanda por matérias-primas e gêneros alimentícios. (...) Contudo, a sua participação nas oportunidades e renda global da economia é decrescente” (FIGBE: 1979, p. 75). A geração de empregos em atividades agrícolas cresce a taxas decrescentes.

Para uma maior compreensão dos movimentos da população economicamente ativa, no período 1940 a 1990, tem-se, na Tabela III.4, o crescimento percentual da PEA de um período a outro.

Em função de clareza nos conceitos cabe aqui apresentar o conceito de PEA: A população economicamente ativa, segundo o IBGE, é constituída pelo potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, compreendendo: a) as *pessoas ocupadas*: aqueles que num determinado período de referência trabalham ou tinham trabalho mas não trabalhavam (por exemplo, pessoas em férias). Os ocupados estão divididos em empregados, conta-própria, empregadores e não remunerados (os que exercem uma ocupação econômica ao menos por 15 horas semanais); b) as *pessoas desocupadas*: aquelas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho.

Tabela III.4
CRESCIMENTO DA PEA
BRASIL 1940 - 1990

ANOS	NÚMERO ABSOLUTO	CRESCIMENTO %
1940	14.020.100	-
1950	17.117.362	22,09
1960	22.750.028	32,91
1970	29.557.224	29,92
1980	43.235.712	40,28
1990	64.467.981	49,11

FONTE: FIBGE, 1979; IBGE, 1994. (Elaboração Própria)

É notório o incremento na população economicamente ativa que ocorreu nas décadas de 70 e 80. Este grande crescimento está vinculado diretamente ao crescimento demográfico, especialmente nas décadas de 50 e 60, que se reflete na população entrante no mercado de trabalho na década de 70 e 80.

Traçada esta panorâmica, de caráter mais genérico, sobre a economia brasileira, vai-se observar agora como o mercado de trabalho comportou-se neste período. Para facilitar a compreensão e percepção das alterações desdobra-se o mercado de trabalho por setores de atividade econômica, por regiões e por situação das pessoas ocupadas.

3.1.1 - Mercado de Trabalho por Setores

A classificação da economia e, conseqüentemente, do mercado de trabalho, por setores é amplamente difundida, apesar de haver autores que preferam usar outras categorias para distinguir os diversos âmbitos de uma economia. Para uma caracterização geral e

apresentação da evolução ao longo dos últimos cinquenta anos adota-se a tradicional divisão em três setores: primário, também denominado de agropecuário; secundário ou industrial; terciário ou serviços.

No processo de mudanças ocorridas no Brasil nas últimas cinco décadas, a indústria elevou sua participação no Produto Interno de 24,1%, em 1950, para 40,6%, em 1980. Durante a década de 80 a participação da indústria no PIB foi a seguinte: 37,4% em 1983, 41,8% em 1986 e 34,2% em 1990.

Tabela III.5
DISTRIBUIÇÃO DO PIB E DA PEA,
SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - 1950-1990
BRASIL

SETOR DE ATIVIDADE	1950		1960		1970		1980		1990	
	PIB	PEA	PIB	PEA	PIB	PEA	PIB	PEA	PIB	PEA
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agropecuária	24.3	59.9	17.8	54.0	11.6	44.6	10.2	29.3	9.3	22.8
Indústria	24.1	13.7	32.2	12.9	35.8	18.0	40.6	24.9	34.2	22.7
Serviços	51.6	26.4	50.0	33.1	52.6	37.4	49.2	45.8	56.5	54.5

FONTE: OLIVEIRA, 1993, Tabela p. 9

A agricultura teve sua participação no PIB em declínio, passando de 24,3% em 1950, para 10,2% em 1980. Em 1983 e 1986 houve um pequeno crescimento, passando para 10,5% e 10,6% do PIB, respectivamente. No primeiro ano da década de 90 a participação do setor primário no PIB havia decrescido. A participação relativa da agropecuária decresceu tanto no PIB quanto na PEA. Aliás, a perda de participação proporcional no PIB foi muito mais intensa do que a verificada relativamente à PEA. Segundo análise da FIBGE o comportamento do setor primário quanto à absorção de população está ligado “à questão fundiária do país, especialmente a presença ainda importante em determinadas regiões das unidades agrícolas minifundiárias” (FIBGE, 1979).

No setor primário verifica-se que

o processo de modernização porque passa a grande propriedade - produção crescentemente dirigida ao mercado, cada vez mais especializada, requerendo trabalho mais contínuo e técnicas mais apuradas - é expresso mais particularmente na queda da categoria empregado (no setor primário) e numa tendência à concentração fundiária espelhada na participação relativa decrescente da categoria empregador (no setor primário) de 2,6% em 1940 para 1,6% em 1970 (FIBGE, 1979, p. 79).

O comportamento do setor terciário relativamente à participação no PIB não apresentou alteração substancial de 1950 a 1990. Cabe destacar, contudo, que esta participação sempre esteve em torno dos 50%, passando em 1990 para 56,5%.

É interessante notar que a indústria, nas décadas de 50, 60 e 70 aumentou sua participação no PIB mais do que a sua participação na PEA, tendência que foi invertida na década de 80, quando a participação relativa no PIB, comparando 1990 a 1980, diminuiu em 6,4%, enquanto que sua absorção da PEA diminuiu apenas 2,2%. A partir de 1965 há significativa absorção de pessoas ocupadas na indústria de transformação e na construção civil, e, nesta particularmente pela “dinamização dos programas habitacionais e intensificação do investimento em obras de infra-estrutura”(FIBGE, 1979). Em relação aos anos 80 confirma-se o que acima foi analisado, ou seja, foi um período marcado pela recessão, que produziu grandes efeitos no setor industrial brasileiro. Além disso aponta-se como causa da perda de importância do setor industrial a não modernização de seu parque industrial, operando com equipamentos obsoletos.

O setor de serviços, enquanto teve pouca variação na participação relativa em relação ao PIB, praticamente dobrou a parcela da população economicamente ativa que absorveu. Isto pode indicar que grande parcela da população que perdeu o emprego ou que entrou no mercado de trabalho conseguiu colocação neste setor. Se sua participação no PIB permaneceu praticamente constante e dobrou o efetivo de pessoas ocupadas conclui-se que o rendimento médio das pessoas ocupadas no setor terciário deve ter sofrido uma gradativa diminuição.

Uma vez feita esta descrição mais ampla das alterações, em termos setoriais, havidas no mercado de trabalho no período 1940-1990, pode-se agora concentrar a atenção especificamente no período 1979-1990, período de maior interesse em virtude dos objetivos do presente estudo.

Para o Dieese população ocupada significa

os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual; possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie/benefício, sem procura de trabalho; não se incluem as pessoas que de forma bastante excepcional fizeram algum trabalho (Dieese, 1993, p. 163)

Os dados da tabela III.6 indicam uma continuação do declínio da participação relativa da população ocupada nos setores primário e secundário. Esta tendência à queda verificada no setor secundário acontece pela primeira vez desde 1940, segundo o Dieese.

Enquanto no período 1980-1983 a participação do setor no PIB diminuiu, sua participação relativa na população ocupada aumentou. Provável indicio de queda na produtividade.

Tabela III.6
EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO OCUPACIONAL,
BRASIL 1983 - 1990

Setor de Atividade	(em %)			
	1979	1983	1986	1990
PRIMÁRIO	32,5	27,1	25,8	22,8
SECUNDÁRIO	23,9	25,4	24,2	22,6
Indústria	17,0	15,8	17,7	16,6
Construção Civil	6,9	9,6	6,5	6,2
TERCIÁRIO	43,6	47,5	50,0	54,4
Comércio	9,7	10,5	11,3	12,8
Serviços	30,4	32,9	34,0	36,6
Administração Pública	3,6	4,1	4,7	5,0
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: DIEESE, 1994, p. 32.

O setor terciário aumentou sua participação relativa na absorção de população ocupada. O maior incremento ocorreu no subsetor serviços, onde estão presentes, segundo o Dieese, tanto empregos modernos (escritórios, setor financeiro) quanto ocupações de baixa produtividade e remuneração. Como causas da terciarização são apontados os processos de ajuste produtivo e de externalização de serviços industriais, a ampliação e diversificação da rede de comércio e serviços. O processo de terceirização de uma série de serviços por parte das indústrias engendrou um grande incremento no setor terciário.

Sob o ponto de vista dos setores de atividade percebe-se os seguintes movimentos dentro do período 1940-1990: o setor primário vem diminuindo sua participação relativa na população economicamente ativa. O setor secundário, até 1983, apresentou uma contínua expansão da participação relativa na PEA, mas passou a uma tendência declinante nos anos finais do período em análise. No setor terciário ocorreu processo inverso ao do setor primário, porém numa intensidade bem maior. O ocorrido em relação à participação de cada setor na proporcionalidade do PIB foi semelhante ao verificado na participação relativa na PEA.

À luz da economia regional e urbana existe um segundo ângulo em cuja perspectiva é possível analisar o mercado de trabalho. Trata-se do comportamento do mercado de trabalho por regiões. No Brasil, devido à sua extensão geográfica, a subdivisão em regiões assume um significado todo especial. A importância econômica relativa entre as regiões foi

se alterando ao longo do tempo. Procura-se apreender as alterações havidas em termos de participação relativa na absorção da população economicamente ativa.

3.1.2. Divisão Regional do Trabalho

Ao falar em regiões nas quais está subdividido o Brasil faz-se referência às seguintes regiões: Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste, Norte. É a divisão adotada pelos estudos de geografia. Cada região possui suas peculiaridades em termos de constituição sócio-econômica. Nos tempos de Brasil-colônia o Nordeste, através do açúcar, era o grande centro econômico e populacional. No período do ouro o centro passou a ser na região Sudeste, especialmente Minas Gerais e Rio de Janeiro, que era a capital. Em finais do século XIX e inícios do XX, quando o café passou a ser a grande riqueza econômica, São Paulo tornou-se o grande centro econômico. Na esteira da crise do café a industrialização, inclusive com capitais excedentes do setor cafeeiro, teve seus primórdios em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A região Sul, mesmo em décadas mais recentes, sempre teve sua economia baseada na agricultura e só mais recentemente nos setores industrial e serviços. Foi a partir das décadas de 60 e 70, inclusive por causa das políticas governamentais de implemento de maior integração interregional que a industrialização e os serviços assumiram maior presença em todo o território brasileiro.

A região Centro-Oeste obteve maior expressão econômica a partir do intenso processo de colonização efetuado durante os anos 70. Até há pouco tempo sua grande riqueza estava baseada na exploração madeireira. A partir da segunda metade da década de 80 ocorreu uma grande expansão agrícola, especialmente com o plantio de soja, aliada à expansão da pecuária. Esta região, como também a região Norte, caracterizam-se pela imensa área geográfica e baixa densidade populacional. Em função da colonização da região Centro-Oeste, especialmente os Estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Norte e Rondônia houve um intenso deslocamento de população para estas áreas, procedente basicamente do Sul e Sudeste, bem como do Nordeste.

O conjunto de transformações estruturais levadas a efeito no período 1940-1970, além de se refletir sobre a distribuição setorial do trabalho na economia, decorrentes do processo global de industrialização e urbanização, tendeu a afetar igualmente a divisão espacial do trabalho, redefinindo-a em termos de vantagens comparativas regionais (FIBGE, 1979, p. 93)

Segundo aponta estudo da FIBGE, no reordenamento interregional do mercado de trabalho ocorreu o surgimento de pólos dinâmicos. Estes pólos dinâmicos estão vinculados à industrialização e ao benefício decorrente de crescentes economias de aglomeração. A tendência à especialização regional em algum ramo produtivo conduz a absorção, regionalmente diferenciada, da mão de obra. Neste contexto é exemplar o crescimento na participação industrial da região Sudeste, notadamente São Paulo. A concentração crescente da atividade industrial, beneficiada pelas economias de aglomeração, tende a aumentar em função de si mesma e provoca uma concorrência com outras regiões. O Sudeste absorveu, em virtude de sua expansão, atraiu grande parcela da população, especialmente os expulsos pela seca nordestina.

A tabela III.7, da página seguinte, permite visualizar bem a distribuição da população ocupada por regiões. Em vista da disponibilidade de dados apenas se contempla o período 1985 a 1990.

A População Ocupada, para o IBGE, significa aquelas pessoas, de 10 anos e mais idade, que num determinado período de referência trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). O percentual de absorção de cada região e de cada ramo produtivo é sempre relativo ao nacional (100%).

A região Sudeste é a região onde se localiza-se a maior parcela relativa de pessoas ocupadas, correspondendo à aproximadamente 45%. Este percentual apresenta pequenas oscilações entre 1985 e 1990. O Nordeste, apesar de uma pequena queda no período, possui o segundo maior contingente de pessoas ocupadas, destacando-se o setor agrícola, que em 1990 absorvia 45% da população ocupada no ramo de atividade agrícola do Brasil. Na região Norte, apesar de possuir a menor parcela da população ocupada, apresentou um crescimento de quase 21% entre 1985-1990.

Na região Centro-Oeste os ramos agrícola e prestação de serviços concentravam a maior parcela relativa de pessoas.

Na região Sul, dentro do período em análise, houve pouca alteração nas taxas relativas, sendo que em relação à população ocupada do país perdeu alguma participação. Mas a população ocupada permanece situada em grande percentual na área agrícola, correspondendo a 38,18% da população ocupada da região em 1985 e a 30,72% em 1990.

Tabela III.7

POPULAÇÃO OCUPADA - POR REGIÕES E RAMOS DE ATIVIDADE
BRASIL:1985-1990

(Em %)

Regiões e ramos atividade	1985	1986	1987	1988	1989	1990
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agrícola	28,53	25,85	24,59	24,24	23,15	22,83
Indústrias de transformação	14,74	16,21	15,69	15,30	15,92	15,15
Indústria da construção	5,82	6,47	6,64	6,34	6,25	6,16
Outras atividades industriais	1,58	1,48	1,49	1,70	1,53	1,39
Comércio de mercadorias	10,92	11,28	11,59	11,56	12,27	12,84
Prestação de serviços	16,63	16,60	17,60	17,56	17,61	17,93
Serviços auxiliares da ativ. econômica	2,69	2,83	2,88	3,14	3,19	3,26
Transporte e comunicação	3,60	3,59	3,76	3,76	3,75	3,93
Social	7,80	8,21	8,11	8,74	8,70	8,72
Administração pública	4,41	4,66	4,67	4,85	4,74	5,02
Outras Atividades	3,28	2,82	2,98	2,81	2,89	2,76
NORTE	2,55	2,77	2,88	2,93	3,05	3,08
Agrícola	0,23	0,20	0,24	0,22	0,22	0,23
Indústrias de transformação	0,32	0,38	0,37	0,37	0,40	0,39
Indústria da construção	0,18	0,20	0,22	0,22	0,21	0,21
Outras atividades industriais	0,07	0,08	0,08	0,08	0,08	0,06
Comércio de mercadorias	0,47	0,52	0,49	0,52	0,54	0,61
Prestação de serviços	0,46	0,48	0,56	0,61	0,61	0,61
Serviços auxiliares da ativ. econômica	0,08	0,09	0,10	0,10	0,11	0,11
Transporte e comunicação	0,14	0,16	0,17	0,15	0,16	0,15
Social	0,26	0,31	0,30	0,33	0,35	0,34
Administração pública	0,24	0,26	0,27	0,26	0,27	0,29
Outras Atividades	0,10	0,09	0,10	0,08	0,08	0,08
NORDESTE	27,52	26,61	26,50	26,89	26,61	26,82
Agrícola	12,76	11,60	10,40	11,03	10,51	10,18
Indústrias de transformação	2,33	2,42	2,46	2,31	2,54	2,44
Indústria da construção	1,38	1,54	1,82	1,49	1,51	1,45
Outras atividades industriais	0,43	0,40	0,42	0,46	0,38	0,35
Comércio de mercadorias	2,66	2,54	2,84	2,75	2,94	3,13
Prestação de serviços	3,45	3,55	3,88	3,82	3,82	4,07
Serviços auxiliares da ativ. econômica	0,36	0,37	0,37	0,44	0,45	0,47
Transporte e comunicação	0,70	0,68	0,72	0,76	0,74	0,78
Social	1,86	1,98	2,03	2,25	2,18	2,20
Administração pública	1,07	1,12	1,11	1,15	1,28	1,34
Outras Atividades	0,51	0,41	0,45	0,45	0,42	0,41
SUDESTE	45,87	46,69	46,13	45,96	46,05	45,65
Agrícola	7,14	6,49	6,48	5,98	5,64	5,51
Indústrias de transformação	9,21	10,23	9,71	9,51	9,86	9,31
Indústria da construção	3,00	3,29	3,18	3,17	3,15	3,06
Outras atividades industriais	0,67	0,58	0,59	0,72	0,63	0,59
Comércio de mercadorias	5,35	5,55	5,55	5,54	5,79	6,07
Prestação de serviços	9,13	9,04	9,14	9,14	9,11	9,12
Serviços auxiliares da ativ. econômica	1,58	1,69	1,73	1,86	1,91	2,00
Transporte e comunicação	1,94	1,94	1,97	2,02	2,00	2,11
Social	3,95	4,07	3,96	4,25	4,27	4,23
Administração pública	2,01	2,12	2,09	2,15	1,97	2,07
Outras Atividades	1,91	1,69	1,74	1,63	1,71	1,63
SUL	17,34	17,17	17,57	17,14	17,20	17,25
Agrícola	6,62	5,89	5,81	5,38	5,26	5,30
Indústrias de transformação	2,40	2,66	2,65	2,62	2,60	2,49
Indústria da construção	0,80	0,96	0,97	0,98	1,06	0,97
Outras atividades industriais	0,23	0,22	0,23	0,24	0,23	0,21
Comércio de mercadorias	1,68	1,84	1,86	1,85	2,03	2,07
Prestação de serviços	2,33	2,26	2,60	2,57	2,59	2,67
Serviços auxiliares da ativ. econômica	0,46	0,45	0,47	0,50	0,48	0,47
Transporte e comunicação	0,58	0,55	0,61	0,59	0,58	0,61
Social	1,13	1,22	1,20	1,24	1,23	1,27
Administração pública	0,59	0,67	0,70	0,74	0,68	0,74
Outras Atividades	0,53	0,43	0,48	0,43	0,45	0,44
CENTRO-OESTE	6,72	6,77	6,91	7,08	7,10	7,20
Agrícola	1,80	1,67	1,66	1,62	1,52	1,62
Indústrias de transformação	0,48	0,52	0,50	0,49	0,52	0,52
Indústria da construção	0,46	0,48	0,45	0,49	0,47	0,48
Outras atividades industriais	0,18	0,20	0,18	0,20	0,21	0,18
Comércio de mercadorias	0,75	0,83	0,85	0,91	0,97	0,96
Prestação de serviços	1,27	1,27	1,42	1,44	1,49	1,46
Serviços auxiliares da ativ. econômica	0,21	0,22	0,21	0,25	0,24	0,25
Transporte e comunicação	0,25	0,26	0,29	0,25	0,26	0,27
Social	0,60	0,62	0,62	0,67	0,17	0,69
Administração pública	0,50	0,49	0,51	0,54	0,54	0,57
Outras Atividades	0,24	0,20	0,22	0,22	0,22	0,21

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração Própria)

A tabela III.8 retrata a situação da população brasileira ocupada segundo posição na ocupação: empregados, conta própria, empregadores e não remunerados. Para a perfeita compreensão dos dados deve-se estar ciente de que nos anos 1988 a 1990 não houve especificação dos “sem declaração”, apesar de estarem presentes nos números absolutos.

Tabela III.8
POPULAÇÃO OCUPADA
POR ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1985-1990

(Em %)

Atividade e posição na ocupação	1985	1986	1987	1988	1989	1990
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Empregados	64,59	66,11	66,05	66,07	65,97	64,69
Conta própria	22,75	22,89	22,58	22,97	21,89	22,69
Empregadores	3,20	3,42	3,47	3,33	4,29	4,59
Não remunerados	9,46	7,57	7,90	7,62	7,85	8,02
Atividade agrícola	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Empregados	38,16	39,22	39,76	38,80	37,47	36,92
Conta própria	29,99	32,03	29,90	31,62	31,22	30,83
Empregadores	3,38	3,52	3,60	2,97	4,31	4,66
Não remunerados	28,47	25,23	26,75	26,62	19,88	27,59
Atividade não agrícola	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Empregados	75,15	75,49	74,62	74,80	74,55	72,91
Conta própria	19,86	19,70	20,20	20,20	19,07	20,28
Empregadores	3,12	3,39	3,42	3,45	4,28	4,58
Não remunerados	1,87	1,42	1,76	1,55	2,08	2,23

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração Própria)

Na atividade não agrícola o percentual de pessoas ocupadas classificadas como empregados é significativo, atingindo mais de 75% em 1985 e caindo para aproximadamente 73% em 1990. Ao longo do período analisado os denominados conta própria experimentaram um pequeno crescimento na área não agrícola. Nesta atividade é expressivo o aumento do percentual dos sem remuneração.

No contexto agrícola os empregados apresentam um crescimento percentual nos anos 1985-1987 e uma diminuição no triênio final. Os conta própria mantiveram participação relativamente constante, mas houve uma redução relativa dos não remunerados.

Destaca-se em ambas as atividades o crescimento percentual dos empregadores ao longo do período 1985-1990. Os movimentos percebidos em âmbito de Brasil também ocorreram nas regiões, aspecto apresentado detalhadamente no anexo 2.

Na tabela III.9, que apresenta a distribuição percentual da população economicamente ativa, do Brasil e das regiões, entre homens e mulheres, há algumas particularidades que convêm destacar. Em todas as regiões há um aumento da participação relativa das mulheres quando comparada à participação dos homens. Isto indica o aumento

de mulheres que se engajaram no mercado de trabalho no período 1985-1990. Existe, contudo, uma grande homogeneidade entre as diferentes regiões quanto à proporcionalidade feminina na PEA.

Tabela III.9
PEA POR SEXO E REGIÕES
BRASIL 1985 - 1990

(Em %) (1)

REGIÕES	1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
BRASIL	66,47	33,53	66,17	33,83	65,29	34,71	64,92	35,08	64,82	35,18	64,53	35,47
NORTE	65,96	34,04	65,47	34,53	64,32	35,68	63,29	36,71	63,18	36,82	63,62	36,38
NORDESTE	66,74	33,26	67,92	32,08	66,02	33,98	65,87	34,13	65,94	34,06	65,64	34,36
SUDESTE	66,22	33,78	64,96	35,04	65,05	34,95	64,60	35,44	64,31	35,69	63,83	36,17
SUL	65,31	34,69	65,59	34,41	63,82	36,18	63,58	36,42	63,81	36,37	63,90	36,10
CENTRO-OESTE	70,32	29,68	69,44	30,56	68,16	31,84	67,55	32,45	67,12	32,88	66,76	33,24

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração Própria)

H = Homens, M = Mulheres

(1) O percentual relativo é resultante da divisão do número absoluto, de cada sexo, pelo número total da respectiva região

No Brasil como um todo, dentro do período analisado, ocorre uma pequena diminuição da participação relativa dos homens, passando de 66,47%, em 1985, para 64,53%, em 1990. No conjunto existe um evidente predomínio da participação masculina na PEA, particularmente acentuada na região Centro-Oeste.

Tabela III.10
PEA POR SEXO
REGIÕES DO BRASIL - 1990

(Em %) (1)

	PEA FEMININA	PEA MASCULINA
NORTE:	3,2%	3,0%
CENTRO-OESTE	6,7%	7,4%
SUL	17,4%	17,0%
NORDESTE	25,9%	27,2%
SUDESTE	46,8%	45,4%

FONTE: DIEESE, 1993, p. 72-73.

(1) Percentual relativo de homens e mulheres de cada região em relação ao Brasil.

Há diversos aspectos que apareceram nesta descrição do mercado de trabalho por regiões. Destaca-se a grande concentração de população economicamente ativa situada na região Sudeste. Um segundo elemento característico é que mais de $\frac{3}{4}$ da população ocupada encontra-se em atividades não agrícolas. Outro ponto de destaque é a participação relativa entre homens e mulheres no mercado de trabalho, sendo que aqueles representam em torno de 65%.

Continuando na busca da descrição do mercado de trabalho, sob o ponto de vista da população economicamente ativa, passa-se a seguir para os elementos grau de instrução, faixa etária e níveis de remuneração.

3.1.3. Situação das Pessoas Ocupadas

O primeiro aspecto abordado é a questão da faixa etária da população economicamente ativa. A tabela III.11 possibilita visualizar a distribuição da PEA por anos de estudo segundo o sexo. Este aspecto é interessante pois indica o grau de qualificação da mão de obra existente no mercado de trabalho brasileiro. Quanto maior for o grau de instrução mais facilmente efetuam-se os ajustes no mercado de trabalho, facilitando principalmente a inserção em nova atividade de quem tiver sido dispensado num determinado emprego. Assim como foi feito anteriormente, também aqui se restringe a descrição ao período de 1985 a 1990.

Tabela III.11
PEA, POR SEXO, SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO
BRASIL 1985 - 1990

(Em %)

ANOS DE	1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
BRASIL (1)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
S. int. e (-) de 1 ano (2)	20,15	16,45	19,14	16,47	18,58	14,78	18,38	14,15	18,03	13,58	17,81	12,78
1 e 2 anos	12,73	10,16	12,08	10,18	12,43	9,60	12,11	9,56	11,77	9,14	11,66	9,17
3 e 4 anos	28,44	26,12	26,98	26,13	27,31	25,08	27,22	24,43	26,74	24,56	26,34	23,78
5 e 8 anos	21,76	21,24	20,62	21,22	23,24	22,94	23,08	22,66	24,12	22,90	24,08	23,57
9 anos e mais	16,92	26,04	21,16	26,00	18,44	27,59	19,21	29,19	19,35	29,83	20,12	30,71

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração Própria)

(1) Excluídos os com anos de estudos não determinados e os sem declaração

(2) Sem instrução e menos de 1 anos

No conjunto há um sensível incremento nos anos de estudo da PEA, tanto masculina quanto feminina, no período de 1985 a 1990. Ao final do período, contudo, a PEA feminina possui relativamente mais anos de estudo que a PEA masculina. Entre as mulheres 30,71%, em 1990, detinham 9 e mais anos de estudo.

Se na PEA masculina 20,15%, em 1985, situavam-se na faixa 'sem instrução e menos de um ano', em 1990 há 20,12% com 9 anos e mais de estudo. Considerando todavia que o índice de repetência escolar é alto no Brasil, o significado de mais anos de estudo pode não ultrapassar muito o primário, quando muito chegar a um primeiro grau incompleto. Sob este ponto de vista a formação da mão de obra brasileira, em termos de estudos básicos, deixa ainda muito a desejar. Uma economia, cujos processos produtivos e serviços se baseiam cada vez mais em aplicação de conhecimento, terá sérias dificuldades em absorver uma mão de obra com a qualificação verificada na brasileira.

Um segundo elemento caracterizador da situação das pessoas economicamente ativas é a sua divisão por faixas etárias. Conforme o percentual de pessoas em cada faixa etária pode-se traçar uma certa tendência para a configuração da PEA nos próximos anos.

A tabela III.12 retrata a distribuição percentual da população economicamente ativa por faixas etárias.

Tabela III.12
PEA POR GRUPOS DE IDADE

BRASIL 1985 - 1990		(Em %)				
Grupos de idade	1985	1986	1987	1988	1989	1990
10 a 14 anos	5,19	5,45	4,86	4,85	4,94	4,61
15 a 17 anos	7,96	8,32	7,63	7,35	7,35	7,37
18 a 19 anos	6,50	6,69	6,01	6,04	5,96	5,75
20 a 24 anos	15,97	17,35	15,89	15,40	14,90	14,63
25 a 29 anos	14,10	14,49	13,76	13,81	13,88	13,76
30 a 39 anos	22,62	24,65	23,20	23,28	23,66	24,05
40 a 49 anos	14,80	9,25	15,37	15,60	15,76	15,97
50 a 59 anos	8,54	9,26	8,70	9,03	8,89	9,07
60 anos ou mais	4,31	4,54	4,57	4,64	4,65	4,80
Idade ignorada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00
Total	100	100	100	100	100	100

FONTE: ANUARIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração Própria)

As faixas etárias dos 20 aos 49 anos são as que concentram o maior contingente da PEA e é normal, pois é o período de maior intensidade produtiva.

Em termos globais chama a atenção o percentual de crianças, 10 a 14 anos, e jovens, 15 a 17 anos, atuantes no mercado de trabalho. Uma das explicações para a alta presença de crianças na PEA seguramente reside no nível de pobreza em que vive uma grande parcela das famílias brasileira. O trabalho da criança é importante contributo no sustento da casa. O significado do ingresso das crianças, assim como a participação maior das mulheres, no mercado de trabalho, segundo Oliveira, pode ter sua causa na pauperização, um fruto do aviltamento dos níveis salariais e um fator de realimentação desse processo por representarem mão de obra mais barata, contribuindo para o rebaixamento da remuneração média. Existe evidentemente uma relação direta entre presença de crianças no mercado de trabalho e evasão escolar ou ao menos baixo aproveitamento escolar, refletido nos altos índices de repetência.

O ingresso de jovens no mercado de trabalho apresentou alguma dificuldade, pois o percentual das faixas etárias 15-17, 18-19 e 20-24 diminuiu quando se compara o ano de 1990 com 1985. Provavelmente as oportunidades de emprego para os jovens, muitas vezes sem experiência profissional, foram reduzidas. Observando os grupos de idade mais altos, percebe-se a presença de um razoável percentual de pessoas na PEA. No período em estudo a distribuição percentual entre os diversos grupos de idade não sofre grande alteração. Uma significativa alteração da distribuição da PEA entre faixas etárias traduz movimentos de envergadura estrutural, perceptíveis numa dimensão temporal mais ampla.

Mesmo não sendo objeto da investigação específica do presente estudo faz-se também uma configuração do mercado de trabalho brasileiro sob o ângulo dos rendimentos.

O nível de bem estar dos empregados de determinada economia não se traduz tanto na disponibilidade de vagas para trabalhar, mas na remuneração que é auferida pela jornada de trabalho. O Brasil é tragicamente famoso, a nível internacional, pelo alto índice de concentração de renda. Segundo diversas publicações, inclusive de organismos internacionais, a renda brasileira não só é altamente concentrada, mas o processo concentrador continua se aprofundando.

Para a imensa maioria da população o meio de auferir alguma renda ocorre através da sua inserção no mercado de trabalho. Presume-se que haja conexão entre parcela da renda apropriada pelo trabalho e concentração de renda. O mercado de trabalho é um dos mecanismos, se não o principal, pelo qual transcorre o processo concentrador de renda.

Segundo Oliveira

embora em média o rendimento real das pessoas ocupadas, medido em salário mínimo, tenha permanecido o mesmo, em 1981 e 1990 (4,9 salários mínimos), variações significativas e com sinais diferentes ocorreram tanto em termos de setores de atividade, quanto em termos da forma de inserção dos agentes no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 1993, p. 29).

Tabela III.13

RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL DOS TRABALHO PRINCIPAL, DA POPULAÇÃO OCUPADA
COM RENDIMENTO, EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS, POR SEXO,
SEGUNDO CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS
BRASIL 1985 - 1990

CATEGORIAS SÓCIO-OCUPACIONAIS	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL (Salário mínimo)			
	Homens		Mulheres	
	1981	1990	1981	1990
Não-Agrícola	6.0	5.4	2.9	3.2
Empregadores	15.8	17.0	10.4	1.4
Empregados públicos(1)	7.0	7.3	4.4	4.7
Ocupações nível	15.9	17.3	8.6	9.1
Em ocupações de nível médio	5.5	5.7	3.6	4.1
Em ocupações manuais	3.3	3.1	1.9	1.6
Empregados particulares(2)	5.5	4.8	3.7	3.4
Ocupações nível	20.8	16.3	10.0	9.0
Em ocupações de nível médio	8.2	6.7	4.8	4.1
Em ocupações manuais	3.6	3.2	2.2	1.9
Empregados autônomos	5.4	5.8	1.8	2.6
Ocupações nível	18.3	20.5	9.6	4.5
Em ocupações de nível médio	8.8	9.8	3.5	5.1
Em ocupações manuais	4.7	4.9	1.6	2.1
Trabalhadores domésticos	1.7	1.4	1.0	1.0

FONTE: OLIVERIA, 1993, p. 31

(1) Inclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos

(2) Exclusive ensino, previdência social e serviços médicos públicos

A tabela III.13, apresentando o rendimento médio mensal da população ocupada, relativamente ao trabalho principal, mostra bem o que ocorreu com os rendimentos médios no período 1981-1990.

Chama a atenção a perda de rendimentos da categoria empregados particulares, de 1981 para 1990, juntamente com os trabalhadores domésticos. Na primeira categoria esta perda é concomitante para homens e mulheres. Por outro lado, além dos empregados públicos, exceto os em ocupações manuais, os empregados autônomos tiveram um aumento de rendimento, particularmente expressivo para as mulheres engajadas na categoria empregados autônomos. Isto pode indicar que houve, por um lado, uma precarização das relações de emprego através de menos carteiras de trabalho assinadas, mas por outro lado significou um ganho de rendimento para os que foram incorporadas na categoria de trabalhadores autônomos.

Dentro da lógica de usar o salário mínimo como parâmetro de descrição do comportamento dos rendimentos, a tabela III.14 explicita a distribuição da população ocupada segundo classes de rendimentos.

Tabela III.14
PESSOAS DE 10 E MAIS ANOS DE IDADE, OCUPADAS,
SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSALIS

	BRASIL 1985 - 1990					
	(Em %)					
Classes de rendimento mensal	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Até 1/2 salário mínimo	12,78	8,83	10,93	57,82	10,79	8,03
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	19,97	19,45	15,32	8,41	16,90	16,68
Mais de 1 a 2 salários mínimos	22,54	22,62	23,07	11,40	21,52	20,46
Mais de 2 a 5 salários mínimos	21,82	26,21	27,15	11,19	25,20	26,65
Mais de 5 a 10 salários	8,20	8,94	8,70	4,08	9,11	11,27
Mais de 10 salários mínimos	4,68	5,77	6,12	3,02	7,84	7,90
Sem rendimento	9,65	7,74	8,17	3,74	8,07	8,38
Sem declaração	0,37	0,43	0,54	0,33	0,57	0,62
TOTAL	100	100	100	100	100	100

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração Própria)

No período 1985-1990 ocorreu uma melhoria nos rendimentos da população ocupada, visto que diminuiu o percentual na classe até 1/2 salário mínimo. Apesar da queda verificada o percentual de pessoas com rendimento até 1/2 salário mínimo continua bastante elevado. Por outro lado houve um incremento na proporcionalidade de pessoas ocupadas situadas nas classes de rendimento mais altos, notadamente na classe 'mais de 10 salários mínimos'. Isoladamente o comportamento apresentado pela tabela III.14 poderia indicar uma melhoria na distribuição da renda, mas é bom lembrar que se trata somente da população ocupada.

A análise do comportamento do rendimento médio real por grupos de renda também possibilita uma boa apreensão do comportamento da renda. A tabela III.15, informa, sucintamente a situação existente nos anos 1981, 1986 e 1990.

Tabela III.15
RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS E VARIAÇÃO NOS ANOS 80
BRASIL 1981 - 1990

Grupos de renda	Rendimento médio real (em saláriosmínimos)			Variação do rendimento real (em %)		
	1981	1986	1990	86/81	90/86	90/81
Os 10% mais pobres	0,26	0,33	0,17	28,60	-46,86	-31,66
Os 20% mais pobres	0,54	0,71	0,39	30,44	-44,58	-27,71
Os 30% mais pobres	0,82	0,93	0,48	12,73	-47,86	-41,22
Os 40% mais pobres	1,06	1,14	0,65	7,71	-42,83	-38,43
Os 50% mais pobres	1,32	1,51	0,88	13,78	-41,45	-33,38
Os 60% mais pobres	1,68	1,95	1,19	16,46	-39,11	-29,09
Os 70% mais pobres	2,17	2,54	1,60	16,95	-37,14	-26,49
Os 80% mais pobres	2,95	3,51	2,25	18,88	-35,97	-23,88
Os 90% mais pobres	4,46	5,43	3,52	21,88	-35,20	-21,02
Os 10% mais ricos	12,44	16,20	10,31	30,25	-36,34	-17,08
Os 5% mais ricos	17,66	23,20	14,74	31,34	-36,47	-16,56
O 1% mais rico	33,51	47,94	29,77	43,05	-37,91	-11,17
TOTAL	2,77	3,42	2,15	23,62	-37,36	-22,57

FONTE: DIEESE, 1995, p. 13

Comparando o ano de 1986 ao de 1981 vê-se uma variação positiva do rendimento médio real. A variação foi mais elevada nos dois extremos dos grupos de renda, notadamente para o 1% mais rico. Na primeira metade da década de 80, apesar de ter havido um incremento positivo do rendimento médio real para todos os grupos, o processo de concentração de renda persistiu. O segundo grupo de renda, que congrega os 20% mais pobres, teve seus rendimentos aumentados em 30,4% no período 1981 e 1986. Este estrato, segundo o Dieese, é formado “por trabalhadores autônomos que exercem trabalhos pouco freqüentes e de baixa remuneração, tais como empregados domésticos e assalariados sem carteira de trabalho assinada”.

O período da segunda metade dos anos 80, incluindo 1990, mostra uma perda generalizada de renda, da ordem de 37,4%, quando comparado à situação de 1986. Em virtude da má distribuição de renda existente no Brasil, os 10% mais pobres amargaram uma perda de 46,9%. Os estratos mais ricos também perderam renda, mas num percentual relativamente bem menor. Persiste um claro processo concentrador de renda.

Quando se compara os extremos da década, 1981 e 1990, constata-se uma perda geral de renda de 22,57%, porém na camada dos 10% mais pobres essa queda chegou a 31,66%. Esta perda diferenciada de renda, menos maléfica para as camadas mais ricas,

mostra que estes conseguiram proteger-se contra o processo inflacionário vigente neste período. Como análise geral sobre o período da década de 80 diz-se o seguinte:

Ao contrário do que ocorreu no passado, a década de 80 foi marcada por uma deterioração do perfil distributivo, acompanhada de quedas generalizadas dos rendimentos. Ou seja, a situação tornou-se ainda mais dramática, pois o que ocorreu não foi a divisão desigual de um "bolo" em crescimento, mas repartição injusta de uma renda menor. (...) A concentração de renda nos anos 80 significou, na realidade, uma transferência direta de renda das camadas mais pobres da pirâmide social brasileira para as mais ricas. (DIEESE, 1995, p. 14).

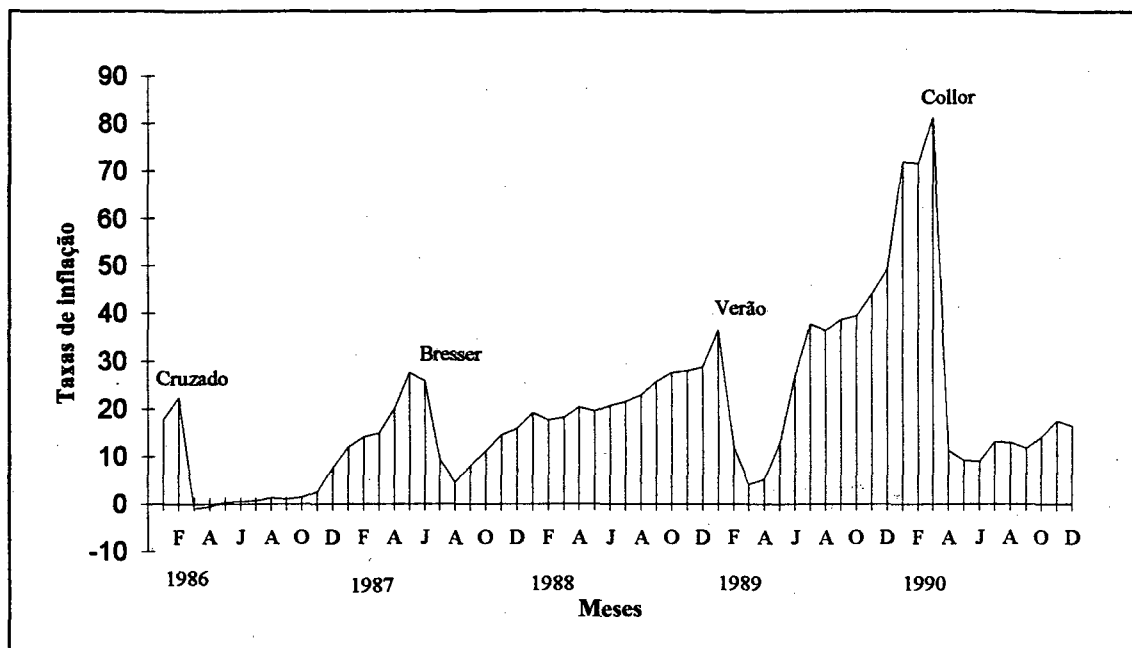
Com a caracterização do mercado de trabalho, especificamente na década de 80 e 1990, sob a perspectiva dos anos de estudo, faixa etária e relação entre rendimentos e população ocupada, encerra-se este capítulo. A análise do mercado de trabalho por setores, por regiões e pela situação das pessoas ocupadas contextualiza suficientemente a economia brasileira, sob o ponto de vista do trabalho, para entrar agora na caracterização do Planos de Estabilização.

3.2. Planos de Estabilização

Uma característica marcante na economia brasileira durante a década de 80 é a persistência de um processo inflacionário contínuo e ascendente. Existem muitas arguições ao nível de teoria econômica sobre a origem desse processo inflacionário e das causas de sua persistência. No caso da economia brasileira chegou-se a uma situação de estagflação: taxas relativamente altas de inflação, num contexto de recessão econômica. Houve tentativas de controlar a inflação e suas presumidas causas através da aplicação de políticas ortodoxas, principalmente na área monetária e normalmente através de um controle, quando não decréscimo, dos salários, especificamente no início da década de 80.

A partir de 1986, como as crescentes taxas de inflação persistiam, começou um período caracterizado pela implantação de Planos de Estabilização heterodoxos. O principal elemento heterodoxo é a aplicação de um congelamento geral de preços. No presente estudo optou-se pela apresentação dos objetivos e medidas centrais de quatro Planos, pois foram os de maior destaque e de medidas mais abrangentes. Deliberadamente excluiu-se o Plano Real, ainda (1995) em implementação, sendo por isso cedo para avaliar suas repercussões mais profundas. Na literatura econômica encontram-se proporcionalmente mais escritos sobre o Plano Cruzado e isto por três razões básicas: foi o primeiro desta nova série de Planos, suas medidas atingiram praticamente todos os setores da economia e

também porque é uma referência para a análise dos Planos posteriores. Também não serão considerados como Planos as eventuais reformulações necessárias a cada Plano.



FONTE: Tabela III.3 (Elaboração Própria)

Figura III.1. Brasil: taxas de inflação mensais

A necessidade de quatro Planos num período de tempo relativamente curto foi necessário porque não se conseguia uma estabilização duradoura. A figura III.1 demonstra as variações das taxas de inflação, mês a mês, no período 1986-1990.

As medidas centrais que em cada Plano foram adotadas subjaz uma determinada avaliação das causas da inflação. É em função do diagnóstico do processo inflacionário que as medidas centrais de cada Plano agiam mais sobre a demanda agregada, sobre a indexação, sobre os níveis salariais, sobre o déficit público, sobre a política fiscal e monetária e sobre o câmbio.

Antes da análise mais aprofundada de cada Plano especificamente, o quadro 3.1 possibilita ter uma visão de conjunto sobre os Planos implementados, destacando as semelhanças e as diferenças. Diversos elementos foram parte integrante dos quatro Planos. Buscava-se, em cada Plano, sanar os aspectos que nos anteriores não haviam produzido o efeito esperado.

Quadro III.1
 PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO
 UM QUADRO HISTÓRICO

MEDIDAS	CRUZADO 28.02.86	BRESSER 01.06.87	VERÃO 15.01.89	COLLOR 1 16.03.90
ESTRATÉGIA POLÍTICA	Pacote Surpresa	Pacote Surpresa	Pacote Surpresa	Pacote Surpresa
PREÇOS	Congelamento	Congelamento	Congelamento	Congelamento
SALÁRIOS	Média dos últimos 6 meses + 8%	Congelamento por 3 meses	URP de Jan/89 + con- gelamento pela média últimos 12 meses	Congelamento
NOVA POLÍTICA SALARIAL	Gatilho com 20% de inflação, repo- sição de 60% na data-base.	Resíduo do gatilho parcelado em 6 me- ses. Congelamento por 3 meses. Reajuste trimestral pela URP.	Congelamento (Reindexação a partir de Junho)	Pré-fixação todo dia 15 (livre nego- ciação; média real entre as datas-base com correção 2 vezes por ano
MOEDA	Corte de 3 zeros Cruzado	Cruzado	Corte de 3 zeros Cruzado Novo	Cruzeiro Confisco de 70% da riqueza financeira.
INDEXAÇÃO	Desindexação Tablita	Indexação Tablita	Desindexação Tablita	Desindexação Tablita

FONTE: DIEESE - Mimeografado

Na seqüência será realizada uma análise mais detalhada de cada um dos quatro Planos de Estabilização. Além das características gerais, apresentadas no quadro 3.1, é importante ressaltar que à estratégia “pacote surpresa” subjaz uma ausência de debate entre o poder executivo, legislativo e órgãos representativos da sociedade civil. A expectativa que se criava em torno da ação do governo, principalmente a partir do segundo Plano, em muito contribuía para a aceleração inflacionária no período imediatamente anterior aos Planos, pois havia receios de congelamento e com isto ocorrer um desajuste de preços relativos de um determinado agente ou setor econômico.

3.2.1. Plano Cruzado

No contexto acadêmico, desde meados de 1984, discutia-se em torno da necessidade de adotar Planos de caráter heterodoxo para o combate ao processo inflacionário. O elemento central no diagnóstico sobre a inflação brasileira foi o de que ela é essencialmente inercial. Os remédios, portanto, deveriam apagar a memória inflacionária, presente na ação dos agentes econômicos através dos mecanismos de indexação. Na versão do governo havia, em inícios de 1986, razoável equilíbrio nas contas públicas e ambiente propício para a implantação de medidas que revertissem o processo inflacionário em curso.

Baseado em Marques (1988), Dieese (1991), Zottmann (1986), Cardoso & Dorn-

busch(1987) e Bresser Pereira (1986) destaca-se as medidas centrais do Plano.

a) introdução de nova moeda, Cruzado, com paridade de mil cruzeiros por um cruzado (Cr\$ 1.000,00/ Cz\$ 1,00); b) Congelamento dos preços e câmbio; c) Conversão em cruzados dos salários e demais remunerações pela média real dos últimos seis meses antes do Plano, acrescentando aos salários um abono de 8% (16,1% no caso do salário mínimo); d) reajuste automático dos salários sempre que a taxa de inflação acumulada ultrapassar 20%; e) reposição parcial do valor real dos salários na data-base das diversas categorias profissionais, na proporção de 60% da variação do IPC (índice de preços ao consumidor) ocorrida no período, sendo os 40% restantes delegados a livre negociação; f) tablita para eliminar a inflação esperada e presente nos contratos; g) proibição de cláusulas de correção monetária para contratos de prazo inferior a um ano, sendo excetuados as cadernetas de poupança, saldos do FGTS, PIS/PASEP, que voltaram a ser reajustados trimestralmente; h) atualização e congelamento dos aluguéis e prestações do Sistema Financeiro de Habitação.

No contexto de implantação das medidas do Plano Cruzado, segundo Cardoso & Dornbusch (1987: p. 663), havia elementos favoráveis no âmbito da economia internacional, como queda na taxa de juros, com conseqüente diminuição do serviço da dívida; redução dos preços do petróleo e depreciação do dólar, o que aumentava a competitividade dos produtos brasileiros exportados.

Na avaliação do DIEESE (1991, p. 6) “a inflação, em função do congelamento, sofreu uma redução brutal nos meses subseqüentes”. Enquanto Marques (1988) levanta dúvidas acerca da existência de equilíbrio nos preços relativos no momento do congelamento, Bresser Pereira (1986, p. 12) afirma que “os preços relativos estavam razoavelmente ajustados, não havendo distorções causadas por congelamentos parciais ou subsídios”.

Destaca-se também na avaliação do Plano Cruzado seu embasamento numa política de rendas. O aumento do salário real, na visão de Cardoso e Dornbusch (1987), leva à redução das margens de lucro das empresas, uma vez que os preços estão congelados.

3.2.2. Plano Bresser

Em meados de 1987 o processo inflacionário já havia retornado com todo o ímpeto e muitas das medidas do Plano Cruzado, principalmente complementares, já não surtiam qualquer efeito. O processo de indexação, como mecanismo de proteção contra os efeitos da inflação, era outra vez generalizado.

Elaborou-se e implantou-se um novo Plano de Estabilização, denominado Plano Bresser, visto que a condução do Plano estava basicamente a cargo do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. O objetivo central do Plano Bresser era novamente acabar com a inflação. A medida central consistiu no congelamento de preços e salários, mas desta vez realizado de modo um pouco diferente do que no Plano Cruzado. Houve praticamente um anúncio antecipado do congelamento e o prazo de duração foi previamente definido em 90 dias. Diversamente do Cruzado, o governo efetivou um reajuste de preços das tarifas públicas antes do congelamento.

Junto com o congelamento de preços e salários, extinguiu-se a correção monetária, mantida somente para correção da poupança, FGTS e PIS/PASEP. Foi alterado o sistema de cálculo da inflação, sendo expurgada inflação da primeira quinzena de junho. Foi decretado o fim do subsídio ao trigo e medidas de contenção dos gastos públicos. Buscava-se limitar o déficit público em 3,5% do PIB e conseguir um superávit da balança comercial de 8 bilhões de dólares.

Criou-se um novo índice, a Unidade de Referência de Preço (URP), calculado sobre a média mensal da inflação dos últimos três meses e aplicado no trimestre seguinte. Os salários e preços seriam reajustados pela URP e o resíduo do disparo do último gatilho (escala móvel de 20%), resquício do Plano Cruzado, seria pago após os 90 dias de congelamento, parcelado em seis vezes. Proibiu-se o repasse aos preços de quaisquer aumentos salariais que as empresas concedessem. Eventuais concessões salariais deveriam ser feitas a título de antecipação. A inflação apurada na primeira metade do mês de junho/87, antes do Plano, foi excluída de qualquer reajuste salarial, segundo o Dieese.

3.2.3. Plano Verão

A duração efêmera do Plano Bresser possibilitou um rápido retorno do processo inflacionário à economia brasileira. Se, por um lado, em inícios de 1989, tornava-se urgente alguma medida de estabilização econômica, por outro lado, o fracasso dos Planos anteriores inspirava apreensão a diversos segmentos sociais, especialmente na área trabalhista.

O governo Sarney, agora na atuação do ministro Mailson da Nóbrega, resolveu implantar outro Plano de Estabilização, denominado Verão, em função da época do ano em que foi decretado, ou seja, mês de janeiro de 1989. O objetivo central do Plano já não consistia tanto em liquidar o processo inflacionário, mas mantê-lo em patamares estáveis,

possibilitando que a economia brasileira chegasse ao ano seguinte, ocasião em que assumiria um novo presidente da República.

Entre as diversas medidas do Plano, extinguiu-se novamente a correção monetária com o fim da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). O índice de preços ao consumidor (IPC) foi adotado como índice oficial de inflação. O Cruzado foi desvalorizado em 1.000% e a moeda nacional passou a ser denominada Cruzado Novo (Ncz\$). Realizou-se uma desvalorização de 17% do Cruzado Novo em relação ao dólar, seguida de congelamento do câmbio. O principal objetivo desta desvalorização cambial foi o aumento do superávit comercial. Buscou-se o ataque ao déficit público através do corte linear de despesas e da elevação dos preços das tarifas públicas antes do congelamento.

Para conter eventual aumento de demanda o crédito direto ao consumidor foi reduzido e limitado em três meses. Manteve-se a política de juros altos para conter a demanda e estimular a poupança financeira.

Os salários foram convertidos pela média mensal dos últimos 12 meses. Sobre esta média acrescentou-se a URP de Janeiro/89 (26,05%). Aos aluguéis foi dispensado o mesmo tratamento que receberam os salários. Segundo o Dieese, não foi determinado nenhum mecanismo de reajuste salarial, o que representaria uma tentativa de extinção da política salarial. Em função da indeterminação de mecanismos de reajuste salarial ocorreu grande pressão por parte do sindicatos de trabalhadores para tentar reverter esta medida.

3.3.4. Plano Collor

Com o fracasso do Plano Verão, que durou em torno de quatro meses, a inflação em inícios de 1990, em termos mensais, chegou aos 70%. Isto configurava uma clara situação de hiperinflação. A desorganização da economia brasileira não foi generalizada em função da indexação que foi retomada logo após o Plano Verão. Em março de 1990 assumiu o poder executivo um presidente eleito diretamente pelo voto popular. Criou-se ampla expectativa em torno da ação do novo governo, inclusive no sentido de processar-se um reordenamento total da economia brasileira, principalmente em vista da retomada do crescimento econômico.

No dia seguinte à posse, o governo anunciou um conjunto de medidas, que se constituíram no chamado Plano Collor. No contexto de descontrole inflacionário o governo Collor adotou medidas drásticas, tais como congelamento geral de preços e salários e confisco de grande parte dos recursos financeiros disponíveis.

Na avaliação de Bresser Pereira & Nakano o Plano de Estabilização adotado pelo governo Collor possuía as seguintes medidas:

No curto prazo: a) uma reforma monetária, que incluía o bloqueio de 70% dos ativos financeiros do setor privado; b) um ajuste fiscal; c) uma política de rendas baseada num novo congelamento de preços; e d) a introdução de uma taxa de câmbio flutuante. Como políticas de médio prazo: a liberalização do comércio exterior e privatização. (Bresser & Nakano, 1991, p. 98)

O confisco dos ativos foi uma moratória interna adotada pelo governo no sentido de tentar controlar a inflação através de um aperto monetário radical.

No âmbito salarial, segundo o Dieese (1991), o governo “deliberou que a partir de abril de 1990 os salários seriam reajustados mensalmente pelo mecanismo de prefixação, revogando a política salarial em vigor”(p.8). Por parte dos órgãos representativos dos trabalhadores houve grande resistência e oposição, especialmente pela não incorporação aos salários do índice de inflação de 84,2%, relativo à segunda quinzena de fevereiro e primeira quinzena de março, conforme apuração da FIBGE.

Contudo, na avaliação do Dieese, as medidas do Plano Collor, especialmente o enxugamento radical da liquidez da economia, poderiam conduzir a uma violenta recessão, com demissões em massa.

A estabilidade de preços, buscada com cada Plano, efetivamente não foi alcançada. Quanto às razões das causas do fracasso dos Planos e da não implementação de uma estabilidade de preços mais duradoura há uma grande divergência entre os analistas. Para alguns não ocorreu ajuste nas contas do setor público, para outros foi a política monetária, baseada em taxas de juros reais altas, que impediu a estabilização. Uma terceira corrente aponta como causa do fracasso dos Planos a não resolução dos problemas distributivos, decorrente do modelo econômico em vigor no país. Para estes é preciso reordenar todo o modelo de desenvolvimento econômico e assim caminhar para uma estabilização duradoura.

Mesmo que medidas dos Planos tenham assumido conotação nitidamente conjuntural, não deixaram de produzir algum efeito em âmbito estrutural. No próximo capítulo busca-se analisar os efeitos provocados por cada Plano na economia brasileira, especialmente no mercado de trabalho.

A partir dos efeitos macroeconômicos será realizada uma avaliação do impacto dos Planos sobre o mercado de trabalho, tanto em termos de alocação de trabalhadores, quanto em termos de alterações dos rendimentos.

CAPÍTULO IV

4. PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

O objetivo central deste capítulo é analisar a relação entre os Planos de Estabilização, implementados no Brasil no período 1986-1990, e o mercado de trabalho, ou melhor, as repercussões dos Planos de Estabilização sobre o mercado de trabalho. Em vista desta meta será realizada uma avaliação do contexto macroeconômico que a economia brasileira vivenciou no período de vigência de cada Plano. Em seguida apresentam-se dados estatísticos sobre alocação da força de trabalho, níveis de atividade, taxas de desemprego e alterações nos rendimentos médios do fator trabalho. Por fim busca-se evidenciar as relações entre Planos de estabilização e mercado de trabalho.

4.1. Impacto Macroeconômico dos Planos

Os quatro Planos de estabilização conseguiram, pelo menos no início de sua implantação e particularmente em função dos congelamentos de preços, reduzir drasticamente as taxas de inflação. Discute-se a validade de alguns índices de inflação apurados em função de alterações nas metodologias de aferição. A mudança nos índices de medição da inflação provocou a reação dos sindicatos, os quais pleitearam a concessão da inflação expurgada. A reação foi mais expressiva nos Planos Bresser e Collor. As alterações na política salarial, na ótica dos sindicatos, eram prejudiciais aos trabalhadores, cujos salários já haviam tido uma sensível perda em função das altas taxas inflacionárias.

A análise do impacto macroeconômico dos Planos será no âmbito das variações da demanda agregada por bens de consumo, produtividade e emprego e produção.

O aumento da demanda por bens de consumo, duráveis e não-duráveis, comumente acontece em função de aumentos reais dos rendimentos. No contexto de estabilização repentina dos preços, outros dois fatores podem levar à expansão da demanda. Trata-se do imposto inflacionário e da ilusão monetária. Denomina-se imposto inflacionário a ação corrosiva provocada pela inflação sobre a moeda não protegida na aplicação financeira. Este processo atinge grande parcela dos assalariados brasileiros à medida em que não possuem acesso ao sistema de aplicação financeira, no qual ao menos a correção monetária fica assegurada.

A ilusão monetária, relacionada à remuneração nominal das aplicações financeiras, diminui acentuadamente quando as taxas de inflação situam-se em níveis baixos. A diminuição da remuneração nominal leva muitos a aplicarem as poupanças no consumo.

A expansão da demanda por bens de consumo foi particularmente significativa no período de vigência do Plano Cruzado, cuja razão básica, além do fim do imposto inflacionário, foi o aumento global dos rendimentos propiciado pelo abono de 8% sobre todos os salários e de 16% sobre o salário mínimo. Referindo-se ao período março-julho Marques (1988, p. 121) afirma que

Os indícios de que a demanda continuava muito aquecida, em grande medida pelo aumento do consumo, estavam cada vez mais nítidos. As vendas no varejo aumentaram 23,6% em termos reais entre janeiro e julho, em comparação a igual período do ano anterior; (...) as ações e imóveis valorizaram-se de modo acentuado, assim como aumentaram fortemente os preços de mercadorias nos mercados futuros

As tabelas IV.1 e IV.2 ilustram a taxa de crescimento do consumo nos meses após a implantação de cada Plano de Estabilização. O comércio em geral apresenta crescimento significativo após os Planos Cruzado, Verão e Collor. Nos meses seguintes ao Plano Bresser também houve crescimento, mas numa escala bem menor.

Tabela IV.1
TAXA DE CRESCIMENTO DO CONSUMO
COMÉRCIO GERAL
BRASIL 1986-1990 (Em %)

Anos	1986	1987	1988	1989	1990
Janeiro	0,00	-38,11	2,09	-1,36	5,46
Fevereiro	-5,61	-8,13	5,50	11,18	-16,60
Março	9,25	-8,24	3,47	18,24	-12,29
Abril	14,31	2,19	-5,73	-11,39	16,33
Mai	8,82	5,04	-8,38	-4,85	16,02
Junho	-4,46	-11,33	16,80	4,89	-11,78
Julho	12,38	1,38	-11,06	-9,51	-7,52
Agosto	-17,74	2,38	-0,99	1,31	13,52
Setembro	25,05	0,00	-2,22	1,08	0,58
Outubro	8,51	-1,88	-10,00	-3,42	-1,84
Novembro	-4,39	0,00	8,46	-2,66	-4,57
Dezembro	23,76	2,71	2,44	2,05	-1,23

FONTE: LUQUE, 1993 (Elaboração Própria)

OBS: a partir de Junho de 1987 os índices são dessazonalizados

O crescimento do comércio em geral, que vigorou três meses após a implantação do Plano Cruzado, atingiu apenas um bimestre no caso dos outros Planos. No Plano Cruzado, com preços congelados, começou a haver problemas na aquisição de insumos básicos para a

produção industrial. Em virtude do desequilíbrio entre demanda e oferta instalou-se um ágio crescente no mercado de bens.

Os problemas na oferta de alimentos eram agravados, porque, segundo Marques (1988), “esperava-se uma substancial quebra de safra em 1986, devido principalmente à forte estiagem que atingiu o Centro-Sul entre outubro de 1985 e janeiro de 1986” (p.122). Em função da crise na pecuária, onde o abate de bovinos foi parcialmente paralisado, a demanda crescente por alimentos foi direcionada para substitutos, tais como aves, suínos e peixes. Isto acabou criando problemas de oferta destes produtos. No Plano Cruzado, em função da expansão da demanda, a indústria ocupou aceleradamente a capacidade ociosa existente, chegando, em alguns casos, à plena capacidade.

Tabela IV.2
TAXA DE CRESCIMENTO DO CONSUMO
BENS DURÁVEIS
BRASIL 1986 - 1990 (Em %)

Anos	1987	1988	1989	1990
Janeiro		0,49	-0,21	-2,94
Fevereiro		17,75	17,85	-14,06
Março		9,83	25,61	-4,09
Abril		-13,65	-13,85	23,70
Maiο		-7,73	6,17	19,06
Junho	0,00	9,42	-10,05	-18,34
Julho	9,19	-10,43	-19,63	-6,31
Agosto	3,80	-10,29	5,21	17,25
Setembro	0,17	-3,68	2,58	-1,79
Outubro	-10,79	-2,70	-5,84	4,84
Novembro	-1,56	4,27	2,46	-8,36
Dezembro	0,59	4,43	10,01	-

FONTE: LUQUE, 1993 (Elaboração Própria)
OBS: Índices dessazonalizados

A tabela IV.2 mostra o crescimento do consumo de bens duráveis após cada Plano, exceto para o Plano Cruzado. A taxa de crescimento é muito expressiva após os Planos Verão e Collor

A expansão bem menor da demanda de consumo no Plano Bresser pode estar associada à não recomposição dos rendimentos médios da população ocupada no mercado de trabalho. O relativo alinhamento de preços, sob certa medida preventivo em relação a um possível congelamento, que ocorreu antes da implantação do Plano, igualmente concorreu para um menor crescimento da demanda. A retomada do processo inflacionário dois meses depois da implantação do Plano implicou num declínio dos salários e conseqüente reflexo sobre a demanda.

A razão do crescimento da demanda após os Planos Verão e Collor deve-se, além do fim do imposto inflacionário, à conversão das aplicações financeiras em consumo. Havia uma certa desconfiança em relação às aplicações financeiras, especialmente após o confisco realizado no Plano Collor.

A partir de abril de 1990, em função da retenção de boa parcela dos ativos financeiros das empresas, instalou-se um cenário de recessão e depressão econômica, levando à ameaça de demissões e conseqüente aumento do desemprego. Efetivamente, decorrido o primeiro trimestre do Plano Collor, instalou-se uma recessão na economia brasileira.

Sobre o desempenho da produção, emprego e produtividade na indústria, no período 1986-1990, a tabela IV.3 é sugestiva.

Tabela IV.3
PRODUÇÃO, EMPREGO E PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA
BRASIL 1985 - 1990 (Em %)

ANO	PRODUÇÃO	EMPREGO	PRODUTIVIDADE
1986	10.9	11.0	-0.1
1987	0.9	1.2	-0.3
1988	-3.2	-4.2	1.0
1989	2.9	2.1	0.8
1990	-8.9	-5.4	-3.7

FONTE: DIEESE, 1992, p. 17

O desempenho mais negativo ocorreu no ano de 1990, prova da recessão na economia brasileira após o Plano Collor. O melhor resultado, em termos de crescimento da produção e do emprego, foi em 1986, ano de vigência do Plano Cruzado. Na média, relativamente ao período 1986-1987, a produtividade apresentou um saldo negativo. A queda de produtividade decorre, basicamente, da não atualização de equipamentos e da falta de treinamento dos operários.

Feita uma rápida avaliação das repercussões dos Planos sobre a demanda, especificamente nos meses subseqüentes, passa-se a explicitar, na próxima seção, os impactos dos Planos de Estabilização sobre o mercado de trabalho, objetivo central do presente estudo.

4.2. Alterações nas Taxas de Desemprego Aberto durante o período de vigência dos Planos

Em vista do curto período de tempo no qual foram realizadas as quatro tentativas de estabilização da economia brasileira, é mais difícil apreender as alterações estruturais do mercado de trabalho, cujas dinâmicas tendencial é perceptível no longo prazo. Para perceber as alterações ocorridas faz-se uma avaliação das taxas de crescimento das variáveis taxa de atividade, taxa de desemprego, distribuição dos ocupados, índice de rendimentos médios mensais.

Os quadros IV.1 e IV.2, sucinta e esquematicamente permitem compreender as relações entre os diversos conceitos relativos ao mercado de trabalho. Tem-se, outrossim, a diferença entre os conceitos do IBGE e os do DIEESE.

QUADRO IV.1

CONCEITOS PRINCIPAIS - IBGE

POPULAÇÃO RESIDENTE (Número total de Pessoas residentes no Brasil)	
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (Pessoas com 10 anos ou mais de idade)	
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	
PESSOAS OCUPADAS	
EMPREGADOS	
CONTA-PRÓPRIA	
NÃO REMUNERADOS	
PESSOAS DESOCUPADAS	
POPULAÇÃO NÃO-ECONOMICAMENTE ATIVA	
TAXA DE ATIVIDADE:	relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa
TAXA DE OCUPAÇÃO:	relação entre o número de pessoas ocupadas e o população economicamente ativa

FONTE: IBGE, 1990 (Elaboração Própria)

QUADRO IV.2

CONCEITOS PRINCIPAIS - DIEESE

POPULAÇÃO RESIDENTE	
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA: Pessoas com 10 anos ou mais	
OCUPADOS	
DESOCUPADOS	

FONTE: DIEESE, 1993 (Elaboração Própria)

A taxa de atividade, segundo o IBGE (1990), é a “relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa num determinado período de referência”. O período de referência, no caso da tabela IV.4, é o mês anterior à pesquisa. Os dados são relativos às pessoas de 15 anos e mais de idade. O crescimento da taxa de atividade repousa nos seguintes fatores: melhores oportunidades de trabalho; diminuição dos rendimentos médios, obrigando mais membros da família a ingressarem no mercado de trabalho para prover o sustento. Segundo Amadeo (1994b) o crescimento

verificado na taxa de atividade da população ativa do Brasil está mais vinculada ao segundo fator. No período de 1986-1990 a taxa de atividade média, para o Brasil, foi de 61%.

Tabela IV.4

TAXA DE CRESCIMENTO ⁽¹⁾ DA TAXA DE ATIVIDADE ⁽²⁾

	BRASIL 1985 - 1990					(Em %)
	1986	1987	1988	1989	1990	
Janeiro	0,00	-0,11	-0,28	-0,91	-0,66	
Fevereiro	0,29	-0,44	0,46	-0,23	0,10	
Março	0,64	-1,16	0,35	-0,13	-0,42	
Abril	0,33	-0,36	-0,23	-0,48	0,45	
Maiο	1,68	1,63	0,71	0,46	1,49	
Junho	0,21	0,75	-0,08	0,56	0,33	
Julho	0,34	-0,36	0,15	0,57	0,57	
Agosto	0,65	-0,20	2,24	0,72	1,35	
Setembro	0,40	0,16	-0,13	-0,23	0,42	
Outubro	-0,11	-0,02	-0,35	-0,44	0,25	
Novembro	-0,13	0,10	0,02	-0,50	0,14	
Dezembro	-0,77	-1,48	-1,28	-0,88	-1,89	

FONTE: IBGE, 1990 (Elaboração Própria)

(1) $[(T_{11} - T_{10})/T_{10}]$, Refere-se ao mês imediatamente anterior

(2) Relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de pessoas em idade ativa num determinado período de referência

Os números em negrito na tabela IV.4 indicam o que ocorreu com a taxa de atividade nos meses seguintes aos Planos de Estabilização. Após o Plano cruzado ocorre um contínuo crescimento da taxa de atividade durante sete meses. Após o Plano Collor o crescimento estende-se por oito meses. Em ambos os casos a taxa de crescimento chega a superar 1% ao mês. Os Planos Bresser e Verão, contrariamente, acarretam, no respectivo bimestre subsequente, uma pequena taxa negativa.

A segunda variável que possibilita analisar os movimentos no mercado de trabalho é a taxa de desemprego.

Tabela IV.5

TAXA DE CRESCIMENTO DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (SEMANA) ⁽¹⁾

	BRASIL 1985 - 1990					(Em %)
	1986	1987	1988	1989	1990	
Janeiro	32,7	47,7	32,9	32,5	39,8	
Fevereiro	5,3	6,0	13,9	3,1	3,9	
Março	-0,2	-3,0	-0,7	4,8	17,8	
Abril	-5,0	-3,4	-5,1	-5,7	18,1	
Maiο	-2,2	17,1	-1,0	-14,5	10,5	
Junho	-7,8	11,6	-3,5	0,0	-7,0	
Julho	-4,3	0,9	-1,5	-5,9	-7,6	
Agosto	-2,8	-5,6	8,3	1,6	-0,7	
Setembro	-7,7	-4,5	-7,7	0,0	-5,6	
Outubro	-7,7	-1,7	-4,9	-7,5	-0,9	
Novembro	-11,4	-8,3	-9,0	-16,4	1,0	
Dezembro	-18,2	-21,2	-12,0	-5,2	-7,5	

FONTE: IBGE, 1990 (Elaboração Própria)

(1) Relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando emprego) e o número de pessoas economicamente ativas na semana precedente à pesquisa.

O significado da taxa de desemprego varia conforme o método de mensuração utilizado. O IBGE pesquisa regularmente a taxa de desemprego aberto, que é “a relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência”(IBGE, 1990). A taxa de desemprego aberto é calculada por Semana de Referência (semana de domingo a sábado que precede a semana estabelecida para a realização da entrevista); por Período de Referência de 30 dias (são os 30 dias que antecedem a semana fixada para a entrevista) e por Mês de Referência (aquele que antecede ao mês de realização da pesquisa).

Nos meses seguintes aos Planos de Estabilização, em negrito na tabela IV.5, está nitido o movimento da taxa de desemprego aberto (semana). É necessário um certo período de tempo até que as medidas de um Plano de Estabilização comecem a surtir efeitos mais profundos. Por isso destacam-se cinco meses após a implantação de cada Plano. Após os Planos Cruzado e Bresser a taxa de crescimento negativo da taxa de desemprego aberto é nitida e expressiva. Os Planos Verão e Collor não implicam em redução imediata da taxa de desemprego, mas somente a partir do terceiro mês. Para o Plano Collor é preciso salientar que umas das medidas centrais foi o confisco dos ativos monetários, fato que praticamente paralisou as atividades econômicas no bimestre subsequente.

A tabela IV.6 retrata o que ocorre com as taxas de desemprego aberto (30 dias).

Tabela IV.6

TAXA DE CRESCIMENTO DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (30 DIAS) ⁽¹⁾

	BRASIL 1985 - 1990				
	(Em %)				
	1986	1987	1988	1989	1990
Janeiro	24,5	35,8	28,6	26,0	31,9
Fevereiro	6,6	4,3	17,4	4,5	7,6
Março	-2,4	0,8	-2,1	3,0	14,9
Abril	-6,2	1,9	-8,4	-6,4	17,5
Maiο	-2,2	15,2	-0,9	-14,9	9,3
Junho	-6,9	12,8	-3,2	0,3	-6,5
Julho	-4,1	0,0	0,2	-5,8	-8,0
Agosto	-3,5	-6,0	4,1	1,8	0,0
Setembro	-7,3	-3,5	-3,9	-0,9	-5,6
Outubro	-9,2	-3,4	-6,7	-4,7	-0,9
Novembro	-10,5	-7,5	-7,9	-16,8	0,0
Dezembro	-11,4	-18,3	-7,2	-1,1	-2,0

FONTE: IBGE, 1990 (Elaboração própria)

(1) Relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas no mês anterior à pesquisa

Os movimentos no crescimento da taxa de desemprego aberto (30 dias), nos cinco meses subsequentes a cada Plano de Estabilização, são similares aos verificados

relativamente às taxas de desemprego aberto (semana). Conforme a tabela IV.6 o decréscimo das taxas de desemprego aberto após os Planos Cruzado e Bresser é imediato e expressivo. O Plano Verão implica numa diminuição da taxa de crescimento do desemprego aberto no primeiro bimestre subsequente. Após ocorrem taxas de decréscimo do desemprego aberto, numa dimensão bastante expressiva. O Plano Collor, conforme analisado acima, provoca um aumento da taxa de crescimento da taxa de desemprego aberto no mês ulterior. Mas em maio ocorre uma desaceleração da taxa de crescimento. Em junho e agosto a taxa de crescimento é negativa.

Nas tabelas relativas às taxas de desemprego aberto deve-se salientar que as taxas de crescimento do desemprego aberto assumem uma tendência ascendente alguns meses depois da implantação dos Planos. A razão é que os efeitos das medidas dos Planos de Estabilização esgotam-se após um certo tempo.

Segundo o IBGE, o desemprego aberto apresenta movimentos tipicamente sazonais no último trimestre no ano, quando declina o número de pessoas desocupadas. Nas tabelas apresentadas sobre taxas de desemprego aberto o efeito sazonalidade está presente e por é preciso ter certo cuidado para não relacionar aos Planos de Estabilização a queda na taxa de desemprego aberto que ocorre no último trimestre de cada ano.

Por último, para melhor detalhar os movimentos ocorridos na taxa de desemprego, é analisada a taxa de desemprego aberto por setor de atividade. Esta taxa representa a “relação entre o número de pessoas desocupadas cujo último trabalho foi num determinado setor e o número de pessoas economicamente ativas no respectivo setor, num determinado período de referência” (IBGE, 1990).

Na tabela IV.7 as taxas em negrito mostram o movimento do desemprego aberto por setores de atividade. Verifica-se a ocorrência de taxa de crescimento negativa da taxa de desemprego aberto em praticamente todos os setores nos meses seguintes aos quatro Planos. Existem exceções, mas sua importância fica relativizada quando comparada ao conjunto dos setores. Convém ter presente a proporção relativa de pessoas ocupadas que cada setor absorve. Comércio e serviços, conforme analisado no capítulo anterior, são responsáveis pela geração de grande parcela de empregos.

Tabela IV.7

TAXA DE CRESCIMENTO DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO POR SETOR

BRASIL 1986 - 1990		(Em %) ⁽¹⁾			
	Indústria de Transformação	Construção Civil	Comércio	Serviços	Outras Atividades
1986					
Janeiro	28,5	19,6	34,4	32,3	29,3
Fevereiro	6,2	-4,1	6,2	12,0	2,5
Março	0,0	-16,3	14,8	2,8	1,9
Abril	0,2	4,6	-17,8	-7,2	-0,9
Maió	-4,9	-0,9	7,0	0,6	-14,8
Junho	-2,5	-4,3	-19,1	-7,0	-11,7
Julho	-7,8	-6,5	-9,4	-1,7	-1,9
Agosto	-5,8	-17,3	0,3	-1,7	-4,5
Setembro	-8,7	-0,3	-7,3	-4,3	0,0
Outubro	-3,5	-15,5	-5,7	-8,6	-19,6
Novembro	-9,6	-24,4	-11,5	-7,7	-23,5
Dezembro	-17,9	22,7	-27,9	-20,3	7,7
1987					
Janeiro	67,1	25,5	67,3	30,4	21,4
Fevereiro	-0,3	-7,1	15,9	12,3	1,7
Março	-3,7	7,0	2,6	-8,3	33,9
Abril	13,9	0,0	3,8	1,2	-13,0
Maió	20,0	32,8	9,2	15,0	29,8
Junho	15,4	36,8	-0,4	14,8	2,2
Julho	12,3	-11,8	1,8	-6,5	10,2
Agosto	-6,9	-8,3	3,1	-8,2	-18,9
Setembro	-11,9	-10,7	-6,6	6,1	19,2
Outubro	1,7	-13,2	-2,5	-0,3	-24,1
Novembro	-12,2	7,3	-13,1	-4,4	-29,1
Dezembro	-29,9	-22,0	-18,6	-20,9	28,0
1988					
Janeiro	39,0	32,8	28,1	32,3	0,7
Fevereiro	17,8	-0,7	8,0	14,2	34,8
Março	-2,8	3,4	11,5	-30,9	8,6
Abril	-3,6	-18,1	3,0	37,8	-27,7
Maió	6,2	2,0	-2,9	-7,5	-19,2
Junho	-5,2	16,2	-6,4	-5,4	6,8
Julho	-2,2	-8,6	-5,0	1,4	28,6
Agosto	-3,0	11,0	16,4	10,9	11,1
Setembro	-3,5	-9,7	-7,7	-5,4	-27,8
Outubro	-7,3	2,4	-0,9	-2,0	-13,8
Novembro	-11,0	-10,2	-13,8	-5,1	-9,8
Dezembro	-11,8	-6,1	-17,4	-15,5	15,8
1989					
Janeiro	34,4	32,5	29,6	27,2	26,5
Fevereiro	5,3	6,8	1,2	0,7	36,5
Março	3,1	12,0	13,1	2,7	-6,9
Abril	-9,3	-14,3	-3,6	-3,9	-6,4
Maió	-11,0	-23,9	-13,8	-13,1	-11,9
Junho	1,0	-1,8	3,4	-1,2	0,0
Julho	-13,0	11,3	-10,3	-3,1	-12,3
Agosto	6,9	-17,3	13,4	-2,0	0,7
Setembro	1,1	8,6	-8,4	6,2	8,8
Outubro	-13,3	2,4	-6,7	-3,5	-30,2
Novembro	-11,0	-22,9	-18,7	-18,1	-17,3
Dezembro	2,7	13,9	-6,7	-15,8	-16,3
1990					
Janeiro	33,4	27,8	41,7	40,9	95,8
Fevereiro	6,8	-13,8	5,9	0,0	-27,0
Março	17,4	45,8	15,9	13,7	85,4
Abril	31,0	52,5	0,2	21,2	4,2
Maió	9,8	-10,2	10,7	19,6	-7,0
Junho	-11,1	-6,8	-2,4	-5,5	-10,8
Julho	-10,0	-6,4	-0,2	-10,9	-4,2
Agosto	-5,0	-2,8	-7,3	1,8	-3,8
Setembro	-5,9	-7,5	3,3	-2,6	7,9
Outubro	-0,4	-8,8	-2,7	-2,4	-15,2
Novembro	3,3	4,3	-10,8	5,9	18,0
Dezembro	-0,8	-12,2	-6,3	-9,9	-23,2

FONTE: IBGE, 1990 (Elaboração própria)

1) Taxa média Regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

No Plano Collor, no primeiro mês subsequente, ocorre um incremento da taxa de crescimento da taxa de desemprego aberto, vinculado à paralisia provocada na economia devido à retenção dos ativos financeiros. Do segundo mês em diante a taxa de crescimento assume uma tendência declinante, chegando a ser negativa em vários setores.

É importante destacar que as repercussões das medidas dos Planos de Estabilização sobre a taxa de crescimento do desemprego aberto, nos diferentes setores, varia em intensidade e espaço de tempo.

Destacadas as consequências das medidas dos Planos de Estabilização sobre as taxas de desemprego aberto, analisa-se na próxima seção os impactos dos Planos sobre os rendimentos.

4.3. Movimentos nos Rendimentos Reais em Função dos Planos de Estabilização

A caracterização do mercado de trabalho, predominantemente realizada numa perspectiva quantitativa, igualmente pode ser realizada sob o ângulo qualitativo. Uma das variáveis centrais de qualidade é o rendimento médio real. Para captar os movimentos ocorridos nos rendimentos médios reais analisa-se o comportamento da taxa de crescimento do rendimento médio real. Para salvaguardar as peculiaridades regionais é apresentada a taxa de crescimento mensal dos rendimentos médios reais, das pessoas de 15 e mais anos, empregadas, por regiões metropolitanas. O rendimento médio real refere-se ao trabalho principal das pessoas empregadas. Analisa-se separadamente o rendimento médio real dos empregados com carteira de trabalho assinada e dos empregados sem carteira de trabalho assinada. Pela categoria empregado sem carteira de trabalho assinada é possível perceber o que ocorreu na economia informal, pois uma de suas características é não haver carteira assinada.

O IBGE (1990) conceitua empregado como sendo “aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento. Incluem-se os que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos.

As próximas tabelas são específicas para cada um dos quatro Planos de Estabilização. Para o cálculo da taxa de crescimento do rendimento médio real usou-se a seguinte fórmula: $\{(Taxa_{t1} - Taxa_{t0}) / Taxa_{t0}\} * 100$.

Tabela IV.8

TAXA DE CRESCIMENTO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO
PRINCIPAL DOS EMPREGADOS DE 15 ANOS E MAIS DE IDADE

PLANO CRUZADO - 1986: Fevereiro-Julho

REGIÕES METROPOLITANAS ⁽¹⁾

(Em %)

Meses	COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA				SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA			
	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.
Fevereiro	1,9	-0,3	-1,1	6,1	-3,6	3,0	-4,9	9,8
Março	4,9	7,4	4,0	6,4	6,2	1,4	5,5	3,7
Abril	-4,2	8,5	6,0	0,7	6,8	8,5	11,8	7,0
Maiο	14,8	1,1	3,6	4,8	3,3	2,7	4,3	7,4
Junho	2,0	7,0	0,5	-0,9	8,5	-1,0	-2,3	2,7
Julho	0,9	0,7	5,6	5,1	9,2	2,0	5,9	1,3

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração própria)

(1) B.H. = Belo Horizonte; R.J. = Rio de Janeiro; S.P. = São Paulo; P.A. = Porto Alegre

Nos cinco meses seguintes ao Plano Cruzado, em todas as regiões metropolitanas, ocorre um aumento da taxa de crescimento mensal do rendimento médio, mas a partir do terceiro mês as taxas assumem uma tendência declinante. O crescimento do rendimento médio do trabalho principal dos empregados explica o aumento verificado na demanda por bens de consumo após a implantação do real.

Tabela IV.9

TAXA DE CRESCIMENTO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO
PRINCIPAL DOS EMPREGADOS DE 15 ANOS E MAIS DE IDADE

PLANO BRESSER - 1987: Junho-Novembro

REGIÕES METROPOLITANAS ⁽¹⁾

(Em %)

Meses	COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA						SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA					
	Rec	Salv.	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	Rec	Salv.	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.
Fevereiro	-5,1	-4,3	-6,2	-3,9	-6,0	-6,4	8,4	-0,7	-6,7	-3,9	0,4	0,9
Março	2,6	-2,4	1,5	-4,1	-1,7	-2,5	-12,9	7,7	-5,3	-0,9	-4,5	2,2
Abril	3,8	4,4	3,3	2,0	3,6	2,2	4,3	7,5	15,0	1,9	10,1	2,5
Maiο	-5,3	-1,5	0,9	4,7	4,2	3,1	4,0	2,0	2,5	1,6	-5,6	3,3
Junho	6,5	4,3	-0,2	-0,7	-2,2	0,6	-1,7	4,1	-0,8	2,6	-1,2	-2,8
Julho	-1,8	-1,8	4,7	2,9	4,1	2,7	9,5	-15,6	11,0	0,9	4,8	1,5

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração própria)

(1) B.H. = Belo Horizonte; R.J. = Rio de Janeiro; S.P. = São Paulo; P.A. = Porto Alegre

Nos cinco meses subsequentes ao Plano Bresser, conforme a tabela IV.9, a taxa de crescimento mensal do rendimento médio real foi predominantemente negativa. A diminuição do rendimento médio real foi mais significativa para os empregados com carteira de trabalho assinada. O Plano Bresser congelou os salários por três meses, mas estes haviam sofrido uma significativa perda em função da inflação dos meses anteriores ao Plano. Os salários foram congelados num nível médio real relativamente baixo. Antes da decretação do Plano houve reajustes de preços em diversos setores, enquanto o salário foi privado deste repasse. Antes do reajuste do salário, após o Plano Bresser, já haviam ocorrido novamente diversos reajustes de preços.

Tabela IV.10

TAXA DE CRESCIMENTO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO
PRINCIPAL DOS EMPREGADOS DE 15 ANOS E MAIS DE IDADE

PLANO VERÃO - 1989: Janeiro- Junho

REGIÕES METROPOLITANAS ⁽¹⁾

(Em %)

Meses	COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA						SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA						
	Rec	Salv	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	Rec.	Salv.	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	-0,5	-5,5	-7,2	-5,4	-3,6	-10,2	6,5	13,9	-9,8	-1,0	8,0	4,3	
Março	-4,5	6,2	5,0	1,6	6,5	5,0	-3,5	-3,1	-1,4	4,0	7,9	-1,1	
Abril	5,8	-5,5	3,9	3,6	3,2	4,3	12,6	11,8	9,6	-1,0	7,7	4,6	
Maió	10,9	3,6	-0,4	0,4	2,2	8,3	2,4	-0,7	1,3	7,4	4,8	2,2	
Junho	-8,9	0,4	-4,6	-3,9	-10,7	-2,7	-7,8	-9,9	1,2	-9,6	-5,7	-8,5	

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração própria)

(1) B.H. = Belo Horizonte; R.J. = Rio de Janeiro; S.P. = São Paulo; P.A. = Porto Alegre

Para os empregados com carteira de trabalho assinada, no primeiro mês subsequente ao Plano Verão, a tabela IV.10 aponta uma taxa de crescimento negativo do rendimento médio real. Nos meses de março, abril e maio ocorre novamente uma expansão positiva da taxa de crescimento do rendimento médio real.

Os empregados sem carteira de trabalho assinada o rendimento médio real foi bem menos afetado pelas medidas do Plano Verão. Na região metropolitana de São Paulo houve taxas de crescimento positivo no quadrimestre subsequente ao Plano.

Tabela IV.11

TAXA DE CRESCIMENTO DO RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO
PRINCIPAL DOS EMPREGADOS DE 15 ANOS E MAIS DE IDADE

PLANO COLLOR - 1990: Março-Agosto

REGIÕES METROPOLITANAS ⁽¹⁾

(Em %)

Meses	COM CARTEIRA ASSINADA						SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA						
	Rec	Salv	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	Rec.	Salv.	B.H.	R.J.	S.P.	P.A.	
Março	-20,1	-14,7	-17,0	-29,1	-26,4	-22,9	-34,1	-22,2	-3,4	-20,3	-28,5	-30,7	
Abril	-8,7	-14,4	-7,6	3,5	-4,1	-4,5	20,5	-8,9	-6,7	-0,5	4,7	-2,0	
Maió	7,8	-2,9	3,1	1,9	8,4	4,1	-7,6	3,0	6,5	1,7	14,6	-0,8	
Junho	-2,1	4,6	0,0	-6,5	0,3	1,4	-9,3	8,6	6,6	-6,9	-3,6	3,1	
Julho	2,2	1,9	-0,1	4,6	1,1	0,3	11,4	25,3	-8,9	-5,5	5,2	3,7	
Agosto	-8,7	-2,1	2,5	0,7	0,9	2,1	-7,8	-10,2	11,2	-0,6	1,9	1,0	

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992 (Elaboração própria)

(1) B.H. = Belo Horizonte; R.J. = Rio de Janeiro; S.P. = São Paulo; P.A. = Porto Alegre

No mês de implantação do Plano Collor, segundo a tabela IV.11, tanto para os empregados com carteira de trabalho assinada quanto para os sem carteira, em todas as regiões, ocorreu uma diminuição significativa do rendimento médio real. Em abril, primeiro mês após a decretação do Plano, a taxa de crescimento do rendimento médio real continua negativa em todas as regiões metropolitanas. Conclui-se que ocorreu um violento arrocho salarial nos meses de março e abril de 1990.

Em maio a taxa de crescimento do rendimento médio real é positiva em quase todas as regiões. Uma vez que as medidas de estabilização do Plano Collor foram absorvidas

pelos agentes econômicos retomou-se parcialmente a atividade econômica. Em maio muitas empresas já haviam conseguido liberar o dinheiro bloqueado, nos bancos, pelo governo. As medidas do Plano Collor tiveram uma duração relativamente pequena, pois antes do final de 1990 houve necessidade de várias medidas complementares, já que a inflação estava novamente ressurgindo.

As medidas dos Planos de Estabilização, mesmo que tenham tido muitas vezes uma curta duração, produziram alterações no rendimento médio real, mesmo que o efeito só se faça sentir num espaço de tempo mais alongado. O comportamento do rendimento médio está estreitamente vinculado à política salarial vigente no país e também à capacidade de mobilização e negociação dos órgãos representativos dos trabalhadores. A ocorrência de alterações significativas do rendimento médio real provoca mudanças na alocação das pessoas economicamente ativas à medida em que faz parcelas da população em idade ativa ingressar ou não no mercado de trabalho. Uma queda no rendimento médio real obriga mais membros das famílias a procurar trabalho para poder manter o mesmo nível sócio-econômico. Segundo Barros & Mendonça (1994) a remuneração dos empregados corresponde a 40% do PIB brasileiro e para as famílias de baixa renda o trabalho responde por 90% da renda auferida. Por isso uma diminuição do rendimento médio real significa uma degradação do nível de vida de grande parcela da população brasileira.

Realizada a análise do que ocorreu no mercado de trabalho, sob a perspectiva das taxas de desemprego aberto e do rendimento médio real, passa-se à caracterização das relações entre Planos de Estabilização e mercado de trabalho.

4.4. Os Planos de Estabilização e o Mercado de Trabalho

Na análise do mercado de trabalho precisa-se levar em consideração a distinção entre elementos estruturais e conjunturais. Alterações estruturais são observadas ao longo de períodos de tempo mais extensos. Uma mudança na taxa de crescimento das pessoas em idade ativa decorre de fatores situados muito anteriormente no tempo, como por exemplo a taxa de crescimento demográfico que, por sua vez, é dependente de uma série de variáveis.

Dentro dos objetivos do presente estudo, condicionados pela delimitação do período temporal, 1986-1990, é mais fácil apreender movimentos conjunturais, que podem ou não implicar em alterações estruturais. Metodologicamente, num contexto de ciência

econômica, enquanto os fatos estudados ainda estão muito próximos do analista, nem sempre é possível distinguir o estrutural do conjuntural.

A análise das relações entre Planos de Estabilização e mercado de trabalho não pode ser desvinculada do contexto histórico-econômico anterior a determinado Plano. A economia brasileira possui especificidades que vem sendo geradas por um longo processo de evolução das relações econômicas, inclusive no âmbito das relações de trabalho. Segundo o DIEESE, até o final dos anos 70, considerável contingente da população ocupada encontrava-se no mercado de trabalho não regulamentado: conta própria, serviço doméstico, subcontratações, pequenos vendedores. Com referência à década de 80, em cuja segunda metade foram implementados os Planos de Estabilização, afirma-se:

A partir dos anos 80, com o aprofundamento da crise econômica, a tendência de estruturação do mercado de trabalho se viu comprometida, ampliando-se ainda mais o fosso que separa a grande parte da população de uma minoria mais protegida. Com a estagnação das taxas de crescimento da renda per capita e mesmo com a implementação, sem sucesso, de algumas medidas públicas de estímulo ao emprego e de proteção ao desempregado, voltaram a aumentar ainda mais as disparidades setoriais e regionais de produtividade. É possível, inclusive, observar sinais de reversão do processo de integração do mercado nacional de trabalho assalariado, com a expansão do contingente de excluídos e interrupção dos fluxos de mobilidade e ascensão social. (DIEESE, 1994, p. 7).

Ao instaurar-se a Nova República, em 1985, sob o governo de Sarney, elaborou-se algumas diretrizes básicas para nortear uma política de emprego, mas sem avanços significativos. O resultado efetivo foi a implantação do seguro-desemprego, em 1986, juntamente com a implementação do Plano Cruzado.

Os quatro Planos de Estabilização estudados, em função do tempo de sua duração, caracterizam-se claramente como conjunturais. Talvez daqui a duas ou três décadas, estando historicamente mais distanciados, os estudos sobre a economia brasileira apontem para alterações estruturais ocorridas em função da existência dos Planos.

Os impactos de um Plano de Estabilização sobre o mercado de trabalho são proporcionais à abrangência das medidas adotadas. Assim, quanto mais os diversos setores da economia, num determinado período de tempo, forem atingidos, maiores serão os efeitos sobre a oferta e demanda por trabalho. A análise indica que os Planos Cruzado e Collor tiveram impactos bem maiores sobre a economia brasileira do que os Planos Bresser e Verão. A explicação pode estar no fato das medidas daqueles Planos terem sido bem mais profundas e abrangentes, visando não só a estabilização dos preços, mas também alterar o rumo do desenvolvimento econômico do Brasil.

A hipótese lançada no início do presente estudo afirma que os Planos de Estabilização provocam, primeiro, uma expansão do emprego e, depois, uma contração. Um indicativo para a avaliação da expansão do emprego são os movimentos observados nas taxas de desemprego. A análise do comportamento da taxa de crescimento das taxas de desemprego aberto confirma fortemente a hipótese lançada. A variação da demanda por trabalho é positivamente relacionada com o comportamento da demanda agregada.

Comprovou-se igualmente que logo após a implantação dos Planos ocorreu uma expansão da taxa de crescimento dos indicadores de consumo, associadas ao fim do imposto inflacionário e da ilusão monetária. A expansão da demanda por bens de consumo foi particularmente significativa nos primeiros meses de vigência do Plano Cruzado. Mas à medida em que recomeçou o aumento dos preços a economia retornou à instabilidade, própria dos períodos com taxas de inflação crescentes. Os Planos Bresser e Verão igualmente provocaram, num primeiro momento, um aquecimento da demanda agregada e uma diminuição da taxa de desemprego, mas por um período bem curto. O efeito do Plano Collor sobre a taxa de desemprego, no primeiro mês, foi no sentido de expansão, mas depois ocorreram quedas acentuadas.

Os efeitos do Plano Collor sobre o mercado de trabalho são bem diferentes do que os observados nos Planos de Estabilização anteriores; a reação do mercado de trabalho à implementação do Plano Collor foi muito mais uma tentativa de garantir a estabilidade do emprego do que uma disputa sobre salário real.(...) O que se observou nas primeiras semanas foi uma tendência a garantir a estabilidade de emprego através de redução da jornada de trabalho e da concessão de licença remunerada (LANDAU, Sem data).

O que diferencia profundamente o Plano Collor em relação aos anteriores é a retenção de grande parcela dos ativos financeiros das pessoas jurídicas e físicas. Este fator criou expectativas bem diferenciadas e em função disso a reação dos agentes econômicos foi muito diversa da que ocorreu nos três Planos anteriores.

A variável rendimento médio real está diretamente vinculada ao mercado de trabalho e por isto realizou-se uma análise pormenorizada do seu comportamento. Segundo Urani (1993) “há interações entre oscilações da desigualdade de renda e instabilidade macroeconômica” e existe uma “relação positiva entre aceleração inflacionária, com retrações no nível de atividade, e aumento da concentração de renda”.

Estudando o ajuste estrutural e a flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil Amadeo(1993) conclui que houve

um relativo dinamismo do mercado de trabalho brasileiro ao longo dos anos 80, no sentido de gerar empregos.(...) Ocorreu uma significativa queda da produtividade do trabalho. Essa queda de produtividade se refletiu diretamente em quedas da renda

real da média dos trabalhadores e na relativa estabilidade na taxa de desemprego aberta, o que sugere um mercado de trabalho relativamente competitivo, no qual a renda real e não a taxa de desemprego é a principal variável de ajuste às flutuações econômicas. Porém, para os trabalhadores industriais e mais organizados, observa-se uma grande rigidez das rendas reais. Como resultado, o grau de desigualdade da distribuição da renda do trabalho tendeu a aumentar ao longo do período (Amadeo, 1993, p. 584)

A permanência da taxa de desemprego aberto na economia brasileira num nível relativamente baixo está vinculada com a segmentação do mercado de trabalho. O setor informal absorve grande parcela da população que perde o emprego no setor formal. Conforme Amadeo et al. (1994) existe conexão entre flutuações da desigualdade de renda na década de 80 e a segmentação do mercado de trabalho em setor informal e formal.

O funcionamento do mercado de trabalho no Brasil parece ser muito mais um revelador de desigualdades preexistentes na força de trabalho do que um gerador de desigualdades. Segundo os estudos de Amadeo et al. (1994) o atributo educação explica entre 30 e 35% da desigualdade de renda que ocorre no mercado de trabalho. Um dos grandes geradores de desigualdade, portanto, é o sistema educacional brasileiro.

A flexibilidade do mercado de trabalho, entendida como a capacidade desse de retornar a uma situação de pleno emprego, com o mínimo de perdas de produtividade e de salários reais, está associada a três fatores básicos: ao nível de qualificação da força de trabalho; ao grau de integração regional e de informalidade; ao conjunto de instituições que regem o funcionamento do mercado de trabalho e os contratos de trabalho. A flexibilidade do mercado de trabalho brasileiro, na década de 80, consistiu basicamente no excessivo grau de mobilidade. O resultado foi uma baixa produtividade da força de trabalho e uma baixa qualidade dos postos de trabalho gerados.

As relações de trabalho na economia brasileira, durante a década de 80, segundo avaliação de Amadeo et al. (1994), tornaram-se ligeiramente mais formais, apesar do simultâneo aumento absoluto da informalização no meio urbano.

Uma melhoria acentuada do padrão médio de vida dos brasileiros não depende somente da retomada do crescimento econômico, mas supõe uma melhor qualificação da população economicamente ativa, visto que o acesso à renda vincula-se à possibilidade de acesso a empregos melhor qualificados.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

No presente capítulo apresentam-se as principais conclusões do estudo e algumas recomendações em vista da continuação e aprofundamento das análises empreendidas.

5.1. Conclusão

A partir do conjunto de análises realizadas no presente trabalho pode-se estabelecer algumas conclusões importantes.

Os Planos de Estabilização efetivamente provocam impactos no mercado de trabalho, particularmente sobre a taxa de desemprego. As alterações são tanto mais profundas quanto mais abrangentes forem as medidas de um Plano de Estabilização. O efeito mais imediato, no âmbito do mercado de trabalho, ocorre na alteração da taxa de crescimento da taxa de desemprego. Pela análise conclui-se que a taxa de desemprego diminui logo após a implantação de cada Plano, ou seja, o número de pessoas empregas em toda a economia aumenta. Passado, porém, o efeito dos Planos, que dura entre três a seis meses, a taxa de desemprego retorna aos níveis existentes antes dos Planos.

A maior absorção de pessoas ocorre basicamente em função do aquecimento que a estabilização de preços provoca na demanda por bens, especialmente bens não-duráveis. O aumento da demanda é provocado por dois fatores básicos: o fim do imposto inflacionário, que estabiliza e aumenta o poder de compra da renda das camadas mais pobres da população; a reversão de poupanças em consumo, visto que a remuneração nominal declina consideravelmente. Mas com o retorno do processo inflacionário costuma haver diminuição da rendimento médio real e uma conseqüente queda na demanda por bens de consumo.

As alterações que os Planos de Estabilização provocam na taxa de desemprego são diferentes em cada setor de atividade. Em alguns setores o efeito é quase imediato e noutros é necessário um certo período de tempo.

O rendimento médio real, diretamente relacionado com o mercado de trabalho, foi igualmente afetado pelos Planos de Estabilização-Cruzado, Bresser, Verão e Collor. Há claros indícios de que a participação do fator trabalho na apropriação da renda nacional sofreu diminuição nos últimos anos da década de 80 e no ano de 1990. A razão básica é a perda que os salários, fonte básica do rendimento da PEA, sofreram em virtude do processo

inflacionário. As medidas dos Planos de estabilização, exceto o Plano Cruzado, na área salarial não visavam uma recuperação das perdas havidas no passado.

No âmbito histórico do desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro, destaca-se a grande terciarização que ocorreu nas décadas de 60, 70, 80. Paralelamente houve uma drástica diminuição da população economicamente ativa empregada no setor primário. No setor secundário houve, nas décadas de 60 e 70, um grande incremento na proporção da PEA absorvida. Na década de 80, contudo, em função das crises vividas pela economia brasileira, a parcela relativa da PEA ocupada no setor secundário diminuiu.

Sobre a concepção de mercado de trabalho e emprego presente nas diversas correntes de pensamento econômico impõe-se uma adequação quando aplicadas à economia brasileira. Para uma efetiva aplicabilidade de qualquer teoria é necessário que ela incorpore a segmentação entre mercados formal e informal existentes na economia brasileira. A análise do setor informal é necessário inclusive para compreender o comportamento do mercado de trabalho formal, pois entre os dois há relações de interdependência.

Por último; mas nem por isso menos importante, conclui-se que o estudo da relação entre Planos de Estabilização e mercado de trabalho possibilita adquirir uma visão de conjunto da ciência econômica. Isto porque o mercado de trabalho vincula-se com a economia monetária, fiscal, internacional, agrícola, regional e urbana.

5.2. Recomendações

Para o aprimoramento do estudo da relação entre Planos de Estabilização e mercado de trabalho pode-se analisar as medidas de cada Plano na ótica do grau de explicação, das alterações havidas no mercado de trabalho, atribuível a cada medida. Para tanto é necessário usar instrumentos estatísticos mais sofisticados.

Pode-se igualmente aprofundar o estudo da política salarial presente em cada Plano e seu efeito sobre o rendimento médio real das diferentes categorias de trabalhadores.

Um terceiro aspecto, para ampliar o presente trabalho, é estudar o comportamento dos setores formal e informal, em termos de ampliação ou redução, no período de vigência dos Planos de Estabilização.

Um quarto enfoque a ser trabalhado para melhor captar o comportamento do mercado de trabalho é relacioná-lo com o comportamento dos investimentos no período de vigência de cada Plano de Estabilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL [do IBGE]. Rio de Janeiro, IBGE, v. 47, 48, 49, 50, 51 e 52 (anos 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992).
- AMADEO, Eduardo et al (1993). Ajuste estrutural e flexibilidade do mercado de trabalho. IN: PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA-1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 2v. V.2. p.583-610.
- AMADEO, Eduardo et al (1994). A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980. IN: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 1994, Florianópolis. ANAIS... Rio de Janeiro:SBE, 1994, 1080p. p.108-127.
- BARROS, Ricardo Paes de, MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de (1994). Pobreza, estrutura familiar e trabalho. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 1994, Florianópolis. Anais... São Paulo: ANPEC, 1994, 2V, v.2, p. 1-18.
- BRESSER PEREIRA, Luiz C.(1986). Inflação.Inercial e Plano Cruzado.*Revista de economia política*. São Paulo, v.6, n.3, p.9-24, Jul./set.1986.
- BRESSER PEREIRA, Luiz C. NAKANO, Yoshiaki (1991). Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. *Revista de economia política*. São Paulo, v.11, n.4, p.89-114, Out./dez.1991.
- CACCIAMALI, M. Cristina (1989). Emprego no Brasil durante a primeira metade da década de 80. IN: MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA COLETÂNEA. 1989, Rio de Janeiro: IPEA/INPES (Série monográfica, 35). 330p. p.155-178.
- _____ (1990).As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda.IN:ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 1990, Brasília, Anais... Brasília: ANPEC, 1990, 3v. V.3, p. 831-850.
- CARNEIRO, Francisco Galvão (1990). Intervenção estatal, expectativas e economia informal.IN:ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 1990, Brasília, Anais... Brasília: ANPEC, 1990, 3v. V.3, p. 815-829.

- CARDOSO, Eliana A., DORNBUSCH, Rudiger (1987). El plan tropical del Brasil. *El trimestre económico*. México, v. LIV(3), n. 215, p.655-666, Jul./sep.1987.
- COUTROT, Thomas J. L (1990). Sistema urbano de emprego e informalidade no Brasil. IN: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 1990, Brasília, Anais... Brasília: ANPEC, 1990, 3v. V.3, p. 851-882.
- DIEESE (1991). A necessidade de uma política salarial no Brasil. *Pesquisa DIEESE*, São Paulo, DIEESE, Ed. Especial, ago.1991, 24 p.
- DIEESE (1992). A recessão e os trabalhadores. *Pesquisa DIEESE*, São Paulo, DIEESE, n.5, Set.1992, 36 p.
- DIEESE (1993). *Anuário dos trabalhadores:1994*. 3ª Ed. São Paulo: DIEESE, 1993, 176 p.
- DIEESE (1994). O desemprego e as políticas de emprego e renda. *Pesquisa DIEESE*, São Paulo, DIEESE, n. 10, Out.1994, 49 p.
- DIEESE (1995). Desigualdade e concentração de renda no Brasil. *Pesquisa DIEESE*, São Paulo, DIEESE, n. 11, Ago.1995, 47 p.
- DORNBUSCH, Rudiger, FISCHER, Stanley (1991). *Macroeconomia*. Tradução por Roberto Luis Troster. São Paulo: McGraw-Hill, 1991. 930 p.
- EICHENBERG SILVA, Luiz Carlos (1992). *O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida*. Rio de Janeiro: IPEA, 1992 (Texto para discussão Nº 274).
- FIBGE (Fundação instituto brasileiro de geografia e estatística) (1979). *Indicadores Sociais: Relatório 1979*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1979, 441 p.
- FIGUEROA, Adolfo (1994). La naturaleza del mercado laboral. *El trimestre económico*. México, V. LXI(2), n. 242, p.335-360, Abr./jun.1994.
- IBGE (1990). Pesquisa mensal de Emprego: 1982-89. *Estatísticas básicas: séries retrospectivas - número 1*. IBGE, 1990, 102 p.

- IBGE (1994). *Mapa do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, 1994. 192p.
- LANDAU, Elena (Sem data) . O mercado de trabalho e o Plano de Estabilização econômica. IN: SEMINÁRIO INTERNO SOBRE OS ASPECTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DO PLANO COLLOR. Confederação Nacional da Indústria (mimeografado).
- LEMGRUBER, Antonio C. (1986). Anotações sobre o Plano Cruzado. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, v.40, n.4, p.25-26, Abr.1986.
- LUQUE, Carlos Antônio (1993). Observações sobre o processo inflacionário brasileiro: 1986-1991. *Revista de economia política*, São Paulo, v.13, n.2(50), p. 46-60, abr./jun. 1993.
- MARQUES, Maria Sílvia Bastos (1988). O Plano Cruzado: teoria e prática. *Revista de economia política*. São Paulo, v.8, n.3, p. 101-130, Jul./set.1988.
- MIRANDA, Luiz (1991). Os postulados (neo)clássicos do emprego e a determinação dos salários em Keynes. *Revista de Economia política*, São Paulo, v. 11, n. 4(44), p.50-69, out./nov.1991.
- OLIVEIRA, Jane Souto de (org) (1993). *O traço da desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 45 p.
- SABÓIA, João L. M(1986). Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.6, n.3, p. 82-106, Jul./set.1986
- SEDLACEK, Guilherme L (1989). Uma análise empírica do efeito de mudanças no nível de atividade econômica na proporção dos empregados com carteira assinada. IN: MERCADO DE TRABALHO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA COLETÂNEA. 1989, Rio de Janeiro: IPEA/INPES (Série monográfica, 35). 330 p. p.135-153.
- SOLIMANO, Andrés (1988). Mercado de trabalho: quatro enfoques em busca de um paradigma. *Pesquisa e planejamento econômico*. Rio de Janeiro, v.18(3), p.561-594, dez./1988.

- SOUZA, Paulo Renato (1980). *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: HUCITEC; Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1980. 193 p.
- TEIXEIRA, Ib (1995). As raízes do desemprego. *Conjuntura econômica*, Rio de Janeiro: FGV, v. 49, n. 02 , p.32-34. Fev.1995
- TOKMAN, Víctor E (1994). El sector informal: quince años después. *El trimestre económico*. México, V. LIV(3), p.513-536, jul./set.1994.
- URANI, André (1993). Mercado de trabalho e distribuição de renda durante o governo Collor. IN: PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA-1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. 2v. V.2. p.513-525
- ZOTTMANN, Luiz (1986). Problemas e soluções do Plano Cruzado como processo. *Revista Brasileira de economia*. Rio de Janeiro, v.40, n.2, p. 145-162, abr./jun.1986.

PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE, OCUPADAS, POR REGIÕES E RAMOS DE ATIVIDADE
BRASIL: 1985-1990

Regiões e ramos de atividade	1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual
BRASIL	53.236.936	100,00	55.435.973	100,00	57.409.975	100,00	58.728.534	100,00	60.621.934	100,00	62.100.499	100,00
Agrícola	15.190.393	28,53	14.330.630	25,85	14.116.155	24,59	14.233.308	24,24	14.034.883	23,15	14.180.519	22,83
Indústrias de transformação	7.847.317	14,74	8.986.445	16,21	9.005.076	15,69	8.985.990	15,30	9.653.023	15,92	9.410.712	15,15
Indústria da construção	3.097.386	5,82	3.588.651	6,47	3.813.384	6,64	3.726.210	6,34	3.785.981	6,25	3.823.154	6,16
Outras atividades industriais	839.275	1,58	820.609	1,48	856.315	1,49	995.960	1,70	929.254	1,53	860.453	1,39
Comércio de mercadorias	5.814.660	10,92	6.252.111	11,28	6.655.291	11,59	6.788.819	11,56	7.436.943	12,27	7.975.670	12,84
Prestação de serviços	8.854.159	16,63	9.202.255	16,60	10.101.374	17,60	10.313.445	17,56	10.675.894	17,61	11.136.869	17,93
Serviços auxil. da ativ. econôm.	1.433.471	2,69	1.569.188	2,83	1.654.087	2,88	1.843.093	3,14	1.936.541	3,19	2.023.389	3,26
Transporte e comunicação	1.916.009	3,60	1.988.692	3,59	2.161.421	3,76	2.209.593	3,76	2.273.669	3,75	2.439.920	3,93
Social	4.150.928	7,80	4.550.760	8,21	4.654.500	8,11	5.133.741	8,74	5.271.609	8,70	5.417.210	8,72
Administração pública	2.346.736	4,41	2.584.511	4,66	2.683.854	4,67	2.845.569	4,85	2.875.164	4,74	3.117.005	5,02
Outras Atividades	1.746.602	3,28	1.562.121	2,82	1.708.518	2,98	1.652.806	2,81	1.748.973	2,89	1.715.598	2,76
NORTE	1.359.317	2,55	1.534.390	2,77	1.654.077	2,88	1.722.714	2,93	1.847.929	3,05	1.910.598	3,08
Agrícola	121.972	0,23	112.899	0,20	135.102	0,24	129.850	0,22	136.276	0,22	140.798	0,23
Indústrias de transformação	172.785	0,32	208.417	0,38	213.006	0,37	216.045	0,37	240.954	0,40	243.826	0,39
Indústria da construção	97.379	0,18	110.394	0,20	127.037	0,22	128.858	0,22	127.924	0,21	127.798	0,21
Outras atividades industriais	39.019	0,07	43.141	0,08	45.329	0,08	44.123	0,08	49.557	0,08	35.755	0,06
Comércio de mercadorias	249.980	0,47	286.871	0,52	279.917	0,49	302.790	0,52	327.735	0,54	379.287	0,61
Prestação de serviços	246.899	0,46	267.242	0,48	320.206	0,56	360.344	0,61	370.933	0,61	380.674	0,61
Serviços auxil. da ativ. econôm.	43.183	0,08	48.832	0,09	58.231	0,10	55.854	0,10	65.056	0,11	69.031	0,11
Transporte e comunicação	72.264	0,14	86.687	0,16	97.463	0,17	87.775	0,15	98.097	0,16	95.085	0,15
Social	136.956	0,26	173.982	0,31	170.400	0,30	193.888	0,33	215.085	0,35	211.146	0,34
Administração pública	127.682	0,24	146.184	0,26	152.454	0,27	155.521	0,26	165.174	0,27	179.171	0,29
Outras Atividades	51.198	0,10	49.741	0,09	54.932	0,10	47.666	0,08	51.136	0,08	48.027	0,08

(Continua)

ANEXO 1 (Continuação)

PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE, OCUPADAS, POR REGIÕES E RAMOS DE ATIVIDADE

BRASIL: 1985-1990

Regiões e ramos de atividade	1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual
BRASIL	53.236.936	100,00	55.435.973	100,00	57.409.975	100,00	58.728.534	100,00	60.621.934	100,00	62.100.499	100,00
NORDESTE	14.649.574	27,52	14.750.873	26,61	15.215.371	26,50	15.790.016	26,89	16.130.023	26,61	16.656.360	26,82
Agricultura	6.790.798	12,76	6.428.996	11,60	5.973.421	10,40	6.476.220	11,03	6.372.892	10,51	6.319.482	10,18
Indústrias de transformação	1.240.649	2,33	1.343.035	2,42	1.410.677	2,46	1.354.682	2,31	1.541.790	2,54	1.517.964	2,44
Indústria da construção	736.562	1,38	855.776	1,54	1.042.148	1,82	872.155	1,49	917.407	1,51	899.486	1,45
Outras atividades industriais	228.880	0,43	219.949	0,40	239.697	0,42	268.097	0,46	230.279	0,38	215.987	0,35
Comércio de mercadorias	1.417.127	2,66	1.408.732	2,54	1.631.938	2,84	1.612.973	2,75	1.782.461	2,94	1.946.263	3,13
Prestação de serviços	1.836.258	3,45	1.967.250	3,55	2.230.033	3,88	2.243.761	3,82	2.314.619	3,82	2.530.305	4,07
Serviços auxil. da ativ. econôm.	194.135	0,36	206.108	0,37	211.911	0,37	256.188	0,44	274.019	0,45	292.233	0,47
Transporte e comunicação	372.592	0,70	377.284	0,68	416.100	0,72	443.595	0,76	449.323	0,74	482.780	0,78
Social	988.405	1,86	1.097.218	1,98	1.166.787	2,03	1.320.405	2,25	1.318.971	2,18	1.366.241	2,20
Administração pública	570.794	1,07	619.630	1,12	637.041	1,11	674.910	1,15	774.203	1,28	832.762	1,34
Outras Atividades	273.374	0,51	226.895	0,41	255.618	0,45	267.030	0,45	254.059	0,42	252.857	0,41
SUDESTE	24.419.457	45,87	25.882.215	46,69	26.484.322	46,13	26.991.644	45,96	27.914.949	46,05	28.346.976	45,65
Agricultura	3.798.770	7,14	3.595.258	6,49	3.718.664	6,48	3.511.913	5,98	3.416.819	5,64	3.422.986	5,51
Indústrias de transformação	4.900.580	9,21	5.671.936	10,23	5.574.534	9,71	5.586.368	9,51	5.975.685	9,86	5.782.747	9,31
Indústria da construção	1.596.157	3,00	1.821.780	3,29	1.824.633	3,18	1.861.877	3,17	1.912.331	3,15	1.897.455	3,06
Outras atividades industriais	354.508	0,67	323.717	0,58	340.196	0,59	421.486	0,72	383.676	0,63	363.468	0,59
Comércio de mercadorias	2.850.376	5,35	3.074.608	5,55	3.185.906	5,55	3.253.108	5,54	3.509.586	5,79	3.768.471	6,07
Prestação de serviços	4.859.556	9,13	5.012.694	9,04	5.245.443	9,14	5.368.250	9,14	5.521.113	9,11	5.661.636	9,12
Serviços auxil. da ativ. econôm.	840.318	1,58	939.100	1,69	992.141	1,73	1.094.073	1,86	1.159.804	1,91	1.21.251	0,20
Transporte e comunicação	1.031.807	1,94	1.076.680	1,94	1.128.348	1,97	1.187.176	2,02	1.212.842	2,00	1.313.262	2,11
Social	2.102.298	3,95	2.256.026	4,07	2.272.375	3,96	2.496.418	4,25	2.591.541	4,27	2.623.950	4,23
Administração pública	1.070.869	2,01	1.174.717	2,12	1.201.621	2,09	1.264.201	2,15	1.194.794	1,97	1.286.570	2,07
Outras Atividades	1.014.218	1,91	935.699	1,69	1.000.461	1,74	958.774	1,63	1.036.758	1,71	1.013.921	1,63

(Continua)

ANEXO I (Conclusão)

PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE, OCUPADAS, POR REGIÕES E RAMOS DE ATIVIDADE

BRASIL: 1985-1990

Regiões e ramos de atividade	1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual
BRASIL	53.236.936	100,00	55.435.973	100,00	57.409.975	100,00	58.728.534	100,00	60.621.934	100,00	62.100.499	100,00
SUL	9.229.449	17,34	9.518.210	17,17	10.087.479	17,57	10.063.318	17,14	10.424.836	17,20	10.713.525	17,25
Agricultura	3.522.340	6,62	3.267.212	5,89	3.334.324	5,81	3.161.720	5,38	3.186.559	5,26	3.289.969	5,30
Indústrias de transformação	1.276.984	2,40	1.473.372	2,66	1.518.609	2,65	1.538.881	2,62	1.576.971	2,60	1.543.817	2,49
Indústria da construção	424.673	0,80	533.433	0,96	559.176	0,97	573.550	0,98	643.141	1,06	603.170	0,97
Outras atividades industriais	121.430	0,23	124.121	0,22	130.537	0,23	142.290	0,24	139.071	0,23	133.331	0,21
Comércio de mercadorias	896.227	1,68	1.022.748	1,84	1.069.856	1,86	1.086.324	1,85	1.231.696	2,03	1.287.947	2,07
Prestação de serviços	1.237.766	2,33	1.251.455	2,26	1.491.640	2,60	1.508.331	2,57	1.567.353	2,59	1.660.575	2,67
Serviços auxil. da ativ. econôm.	246.256	0,46	251.654	0,45	270.946	0,47	291.330	0,50	291.295	0,48	293.233	0,47
Transporte e comunicação	306.384	0,58	305.568	0,55	350.732	0,61	345.815	0,59	353.354	0,58	381.629	0,61
Social	603.660	1,13	678.711	1,22	686.385	1,20	730.286	1,24	745.806	1,23	785.865	1,27
Administração pública	312.335	0,59	370.666	0,67	401.488	0,70	433.530	0,74	414.065	0,68	461.921	0,74
Outras Atividades	281.394	0,53	239.270	0,43	273.786	0,48	251.261	0,43	275.525	0,45	272.068	0,44
CENTRO-OESTE	3.579.139	6,72	3.750.285	6,77	3.968.726	6,91	4.160.842	7,08	4.304.199	7,10	4.473.040	7,20
Agricultura	956.513	1,80	926.265	1,67	954.644	1,66	953.605	1,62	922.337	1,52	1.007.284	1,62
Indústrias de transformação	256.319	0,48	289.685	0,52	288.250	0,50	290.014	0,49	317.623	0,52	322.358	0,52
Indústria da construção	242.615	0,46	267.268	0,48	260.390	0,45	289.770	0,49	285.178	0,47	295.245	0,48
Outras atividades industriais	95.438	0,18	109.681	0,20	100.556	0,18	119.964	0,20	126.671	0,21	111.912	0,18
Comércio de mercadorias	400.950	0,75	459.152	0,83	487.674	0,85	533.624	0,91	585.465	0,97	593.702	0,96
Prestação de serviços	673.680	1,27	703.614	1,27	814.052	1,42	844.759	1,44	901.876	1,49	903.679	1,46
Serviços auxil. da ativ. econôm.	109.579	0,21	123.494	0,22	120.858	0,21	145.648	0,25	146.367	0,24	156.382	0,25
Transporte e comunicação	132.962	0,25	142.473	0,26	168.778	0,29	145.232	0,25	160.053	0,26	167.164	0,27
Social	319.609	0,60	344.823	0,62	358.553	0,62	392.744	0,67	100.206	0,17	430.008	0,69
Administração pública	265.056	0,50	273.314	0,49	291.250	0,51	317.407	0,54	326.928	0,54	356.581	0,57
Outras Atividades	126.418	0,24	110.516	0,20	123.721	0,22	128.075	0,22	131.495	0,22	128.725	0,21

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE,
OCUPADAS, POR ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1985-1990

Regiões, atividade e posição na ocupação	1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual
BRASIL	53.236.936	100,00	55.435.973	100,00	57.409.975	100,00	58.728.534	100,00	60.621.934	100,00	62.100.499	100,00
Empregados	34.387.739	64,59	36.650.702	66,11	37.918.925	66,05	38.802.675	66,07	39.991.230	65,97	40.175.322	64,69
Conta própria	12.112.151	22,75	12.688.770	22,89	12.963.992	22,58	13.490.167	22,97	13.268.161	21,89	14.092.280	22,69
Empregadores	1.701.418	3,20	1.897.591	3,42	1.989.534	3,47	1.958.426	3,33	2.598.758	4,29	2.852.745	4,59
Não remunerados	5.035.628	9,46	4.198.910	7,57	4.537.524	7,90	4.477.000	7,62	4.760.384	7,85	4.979.913	8,02
Atividade agrícola	15.190.393	100,00	14.330.630	100,00	14.116.155	100,00	14.233.308	100,00	14.034.883	100,00	14.180.519	100,00
Empregados	5.796.585	38,16	5.621.051	39,22	5.612.075	39,76	5.522.333	38,80	5.258.622	37,47	5.235.836	36,92
Conta própria	4.555.540	29,99	4.589.495	32,03	4.220.564	29,90	4.500.342	31,62	4.382.056	31,22	4.372.405	30,83
Empregadores	513.508	3,38	505.021	3,52	507.996	3,60	422.301	2,97	604.674	4,31	660.185	4,66
Não remunerados	4.324.760	28,47	3.615.063	25,23	3.775.520	26,75	3.788.332	26,62	2.789.531	19,88	3.912.093	27,59
Atividade não agrícola	38.046.543	100,00	41.105.343	100,00	43.293.820	100,00	44.495.226	100,00	46.587.051	100,00	47.919.980	100,00
Empregados	28.591.154	75,15	31.029.651	75,49	32.306.850	74,62	33.280.342	74,80	34.732.608	74,55	34.939.486	72,91
Conta própria	7.556.611	19,86	8.099.275	19,70	8.743.428	20,20	8.989.825	20,20	8.886.105	19,07	9.719.875	20,28
Empregadores	1.187.910	3,12	1.392.570	3,39	1.481.538	3,42	1.536.125	3,45	1.994.084	4,28	2.192.560	4,58
Não remunerados	710.868	1,87	583.847	1,42	762.004	1,76	688.668	1,55	970.853	2,08	1.067.820	2,23
NORTE	1.359.317	100,00	1.534.390	100,00	1.654.077	100,00	1.722.714	100,00	1.847.927	100,00	1.910.598	100,00
Empregados	929.133	68,35	1.085.788	70,76	1.127.501	68,16	1.164.869	67,62	1.248.082	67,54	1.283.226	67,16
Conta própria	348.188	25,61	380.101	24,77	427.974	25,87	461.859	26,81	442.633	23,95	456.915	23,91
Empregadores	32.336	2,38	40.345	2,63	45.338	2,74	49.666	2,88	91.706	4,96	54.117	2,83
Não remunerados	49.660	3,65	28.156	1,83	53.264	3,22	46.320	2,69	64.912	3,51	76.340	4,00
Atividade agrícola	121.972	100,00	112.899	100,00	135.102	100,00	129.850	100,00	136.276	100,00	140.798	100,00
Empregados	45.579	37,37	53.451	47,34	53.774	39,80	41.421	31,90	46.309	33,98	57.484	40,83
Conta própria	54.918	45,03	44.303	39,24	55.023	40,73	65.738	50,63	57.257	42,02	51.278	36,42
Empregadores	4.661	3,82	6.158	5,45	5.522	4,09	4.392	3,38	12.001	8,81	13.111	9,31
Não remunerados	16.814	13,79	8.987	7,96	20.783	15,38	18.299	14,09	20.709	15,20	18.925	13,44
Atividade não agrícola	1.237.345	100,00	1.421.491	100,00	1.518.975	100,00	1.592.884	100,00	1.711.651	100,00	1.769.800	100,00
Empregados	883.554	71,41	1.032.337	72,62	1.073.727	70,69	1.123.448	70,53	1.201.773	70,21	1.225.742	69,26
Conta própria	293.270	23,70	335.798	23,62	372.951	24,55	396.121	24,87	385.376	22,51	405.637	22,92
Empregadores	27.675	2,24	34.187	2,41	39.816	2,62	45.274	2,84	79.705	4,66	81.006	4,58
Não remunerados	32.846	2,65	19.169	1,35	32.481	2,14	28.021	1,76	44.203	2,58	57.415	3,24

(Continua)

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE,
OCUPADAS, POR ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1985-1990

Regiões, atividade e posição na ocupação	1985		1986		1987		1988		1989		1990	
	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual	Números Absolutos	Distribuição Percentual
BRASIL	53.236.936	100,00	55.435.973	100,00	57.409.975	100,00	58.728.534	100,00	60.621.934	100,00	62.100.499	100,00
NORDESTE	14.649.574	100,00	14.750.873	100,00	15.215.371	100,00	15.790.016	100,00	16.130.023	100,00	15.656.360	100,00
Empregados	7.630.501	52,09	8.011.404	54,31	8.508.708	55,92	8.793.158	55,69	8.795.754	54,53	9.070.971	57,94
Conta própria	4.648.466	31,73	4.752.820	32,22	4.705.074	30,92	4.790.288	30,34	4.813.187	29,84	4.980.234	31,81
Empregadores	298.702	2,04	308.187	2,09	342.227	2,25	304.748	1,93	479.001	2,97	549.621	3,51
Não remunerados	2.072.205	14,15	1.678.462	11,38	1.659.362	10,91	1.901.556	12,04	2.040.466	12,65	2.055.534	13,13
Atividade agrícola	6.790.798	100,00	6.428.996	100,00	5.973.421	100,00	6.476.220	100,00	6.372.892	100,00	6.319.482	100,00
Empregados	2.373.068	34,95	2.333.180	36,29	2.227.485	37,29	2.394.910	36,98	2.110.855	33,12	2.141.965	33,89
Conta própria	2.430.452	35,79	2.474.875	38,50	2.181.571	36,52	2.275.907	35,14	2.383.056	37,39	2.286.078	36,18
Empregadores	153.539	2,26	133.672	2,08	148.835	2,49	115.878	1,79	176.687	2,77	207.072	3,28
Não remunerados	1.833.739	27,00	1.487.269	23,13	1.415.530	23,70	1.689.525	26,09	1.692.294	26,55	1.684.367	26,65
Atividade não agrícola	7.858.776	100,00	8.321.877	100,00	9.241.950	100,00	9.313.796	100,00	9.757.131	100,00	10.336.878	100,00
Empregados	5.257.433	66,90	5.678.224	68,23	6.281.223	67,96	6.398.248	68,70	6.674.899	68,41	3.929.006	38,01
Conta própria	2.217.714	28,22	2.277.945	27,37	2.523.503	27,30	2.514.381	27,00	2.430.131	24,91	2.694.156	26,06
Empregadores	145.163	1,85	174.515	2,10	193.392	2,09	188.870	2,03	302.314	3,10	342.549	3,31
Não remunerados	238.466	3,03	191.193	2,30	243.832	2,64	212.031	2,28	348.172	3,57	372.167	3,60
SUDESTE	24.419.457	100,00	25.882.215	100,00	26.484.322	100,00	26.991.644	100,00	27.914.949	100,00	28.346.976	100,00
Empregados	18.359.662	75,18	19.394.622	74,93	19.810.810	74,80	20.125.043	74,56	20.934.334	74,99	20.744.692	73,18
Conta própria	4.109.006	16,83	4.494.056	17,36	4.598.154	17,36	4.897.330	18,14	4.724.281	16,92	5.197.007	18,33
Empregadores	969.481	3,97	1.120.088	4,33	1.100.499	4,16	1.104.389	4,09	1.328.604	4,76	1.426.643	5,03
Não remunerados	981.308	4,02	873.449	3,37	974.859	3,68	884.882	3,28	927.023	3,32	978.395	3,45
Atividade agrícola	3.798.770	100,00	3.595.258	100,00	3.718.664	100,00	3.511.913	100,00	3.416.819	100,00	3.422.986	100,00
Empregados	2.223.396	58,53	2.003.436	55,72	2.160.572	58,10	1.956.904	55,72	1.974.642	57,79	1.885.102	55,07
Conta própria	645.047	16,98	717.617	19,96	650.295	17,49	748.509	21,31	618.536	18,10	669.559	19,56
Empregadores	215.791	5,68	228.212	6,35	220.811	5,94	185.107	5,27	229.832	6,73	252.652	7,38
Não remunerados	714.536	18,81	645.993	17,97	686.986	18,47	621.393	17,69	593.809	17,38	615.673	17,99
Atividade não agrícola	20.620.687	100,00	22.286.957	100,00	22.765.658	100,00	23.479.731	100,00	24.498.130	100,00	24.923.990	100,00
Empregados	16.136.266	78,25	13.391.186	60,09	17.650.238	77,53	16.168.139	68,86	18.959.692	77,39	18.859.590	75,67
Conta própria	3.463.959	16,80	3.776.439	16,94	3.947.859	17,34	4.148.821	17,67	4.105.745	16,76	4.527.448	18,17
Empregadores	753.690	3,66	891.876	4,00	879.688	3,86	919.282	3,92	1.098.772	4,49	1.173.991	4,71
Não remunerados	266.772	1,29	227.456	1,02	287.873	1,26	243.489	1,04	333.214	1,36	362.722	1,46

(Continua)

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE,
OCUPADAS, POR ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
BRASIL - 1985-1990

Regiões, atividade e posição na ocupação	1985			1986			1987			1988			1989			1990		
	Números Absolutos	Distribuição Percentual		Números Absolutos	Distribuição Percentual		Números Absolutos	Distribuição Percentual		Números Absolutos	Distribuição Percentual		Números Absolutos	Distribuição Percentual		Números Absolutos	Distribuição Percentual	
BRASIL	53.236.936	100,00		55.435.973	100,00		57.409.975	100,00		58.728.534	100,00		60.621.934	100,00		62.100.499	100,00	
SUL	9.229.449	100,00		8.518.210	100,00		10.087.479	100,00		10.063.318	100,00		10.424.836	100,00		10.713.525	100,00	
Empregados	5.065.748	54,89		5.638.438	66,19		5.798.695	57,48		5.862.948	58,26		6.078.052	58,30		6.071.762	56,67	
Conta própria	2.170.531	23,52		2.167.821	25,45		2.353.830	23,33		2.406.535	23,91		2.410.165	23,12		2.543.439	23,74	
Empregadores	273.613	2,96		270.432	3,17		328.898	3,26		340.859	3,39		432.595	4,15		480.631	4,49	
Não remunerados	1.719.557	18,63		1.441.519	16,92		1.606.056	15,92		1.452.976	14,44		1.503.804	14,43		1.617.693	15,10	
Atividade agrícola	3.522.340	100,00		3.267.212	100,00		3.334.324	100,00		3.161.720	100,00		3.186.559	100,00		3.289.969	100,00	
Empregados	720.311	20,45		782.723	23,96		720.668	21,61		666.210	21,07		685.828	21,52		667.919	20,30	
Conta própria	1.118.278	31,75		1.062.808	32,53		1.062.570	31,87		1.118.142	35,36		1.068.763	33,54		1.106.787	33,64	
Empregadores	87.016	2,47		80.210	2,45		70.300	2,11		66.364	2,10		98.318	3,09		93.905	2,85	
Não remunerados	1.596.735	45,33		1.341.471	41,06		1.480.786	44,41		1.311.004	41,46		1.333.650	41,85		1.421.358	43,20	
Atividade não agrícola	8.707.109	100,00		6.250.998	100,00		6.753.155	100,00		6.901.598	100,00		7.238.277	100,00		7.423.556	100,00	
Empregados	4.345.437	49,91		4.855.715	77,68		5.078.027	75,19		5.196.738	75,30		5.392.224	74,50		5.403.843	72,79	
Conta própria	1.052.253	12,08		1.105.013	17,68		1.291.260	19,12		1.288.393	18,67		1.341.402	18,53		1.436.652	19,35	
Empregadores	186.597	2,14		190.222	3,04		258.598	3,83		274.495	3,98		334.277	4,62		386.726	5,21	
Não remunerados	122.822	1,41		100.048	1,60		125.270	1,85		141.972	2,06		170.154	2,35		196.335	2,64	
CENTRO-OESTE	2.579.139	100,00		3.750.285	100,00		3.968.726	100,00		4.160.842	100,00		4.304.199	100,00		4.473.040	100,00	
Empregados	2.402.695	93,16		2.520.450	67,21		2.673.211	67,36		2.856.657	68,66		2.935.008	68,19		3.004.671	67,17	
Conta própria	836.260	32,42		893.972	23,84		878.960	22,15		934.155	22,45		877.895	20,40		914.685	20,45	
Empregadores	127.286	4,94		158.539	4,23		172.572	4,35		158.764	3,82		266.852	6,20		301.733	6,75	
Não remunerados	212.898	8,25		177.324	4,73		243.983	6,15		211.266	5,08		224.179	5,21		251.951	5,63	
Atividade agrícola	956.513	100,00		926.265	100,00		954.644	100,00		953.605	100,00		922.337	100,00		1.007.284	100,00	
Empregados	434.231	45,40		448.261	48,39		449.576	47,09		462.888	48,54		430.988	46,73		483.366	47,99	
Conta própria	306.845	32,08		289.892	31,30		271.105	28,40		292.046	30,63		254.444	27,59		258.703	25,68	
Empregadores	52.501	5,49		56.769	6,13		62.528	6,55		50.560	5,30		87.836	9,52		93.445	9,28	
Não remunerados	162.936	17,03		131.343	14,18		171.435	17,96		148.111	15,53		149.069	16,16		171.770	17,05	
Atividade não agrícola	2.622.626	100,00		2.824.020	100,00		3.014.082	100,00		3.207.237	100,00		3.381.862	100,00		3.465.756	100,00	
Empregados	1.968.464	75,06		2.072.189	73,38		2.223.635	73,77		2.393.769	74,64		2.504.020	74,04		2.521.305	72,75	
Conta própria	529.415	20,19		604.080	21,39		607.855	20,17		642.109	20,02		623.451	18,44		655.982	18,93	
Empregadores	74.785	2,85		101.770	3,60		110.044	3,65		108.204	3,37		179.016	5,29		208.288	6,01	
Não remunerados	49.962	1,91		45.981	1,63		72.548	2,41		63.155	1,97		75.110	2,22		80.181	2,31	

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992

ANEXO 3

PEA POR SEXO

1985-1990

BRASIL - REGIÕES

REGIÕES	1985				1986				1987						
	Total	Homens		mulheres		Total	Homens		mulheres		Total	Homens		mulheres	
		Absoluto	% (1)	Absoluto	%		Absoluto	%	Absoluto	%		Absoluto	%	Absoluto	%
BRASIL	55.098.494	36.625.371	66,47	18.473.123	33,53	56.816.215	37.596.569	66,17	19.219.946	33,83	59.542.958	38.873.968	65,29	20.668.990	34,71
NORTE	1.403.745	925.885	65,96	477.860	34,04	1.579.858	1.034.338	65,47	545.520	34,53	1.704.483	1.096.252	64,32	608.231	35,68
NORDESTE	15.032.492	10.033.250	66,74	4.999.242	33,26	15.097.378	10.253.487	67,92	4.843.891	32,08	15.755.734	10.402.243	66,02	5.353.491	33,98
SUDESTE	25.508.645	16.891.765	66,22	8.616.880	33,78	26.622.799	17.295.469	64,96	9.327.330	35,04	27.627.398	17.972.987	65,05	9.654.411	34,95
SUL	9.487.424	6.196.377	65,31	3.291.047	34,69	9.685.563	6.353.136	65,59	3.332.427	34,41	10.366.851	6.615.709	63,82	3.751.142	36,18
CENTRO-OESTE	3.666.188	2.578.094	70,32	1.088.094	29,68	3.830.617	2.660.139	69,44	1.170.478	30,56	4.088.492	2.786.777	68,16	1.301.715	31,84

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992

(1) % = Percentual relativo sobre o total do País e região, respectivamente

(continuação)

REGIÕES	1988				1989				1990						
	Total	Homens		mulheres		Total	Homens		mulheres		Total	Homens		mulheres	
		Absoluto	%	Absoluto	%		Absoluto	%	Absoluto	%		Absoluto	%	Absoluto	%
BRASIL	61.047.964	39.632.040	64,92	21.415.914	35,08	62.513.176	40.523.550	64,82	21.989.626	35,18	64.467.981	41.599.870	64,53	22.868.111	35,47
NORTE	1.803.549	1.141.386	63,29	662.163	36,71	1.907.317	1.205.017	63,18	702.300	36,82	1.983.422	1.261.754	63,62	721.668	36,38
NORDESTE	16.405.477	10.806.949	65,87	5.598.528	34,13	16.669.963	10.992.088	65,94	5.677.875	34,06	17.231.677	11.310.061	65,64	5.921.616	34,36
SUDESTE	28.128.418	18.169.812	64,60	9.968.606	35,44	28.836.950	18.545.130	64,31	10.291.820	35,69	29.601.295	18.895.120	63,83	10.706.175	36,17
SUL	10.416.959	6.623.574	63,58	3.793.385	36,42	10.682.388	6.816.897	63,81	3.885.491	36,37	11.043.014	7.056.317	63,90	3.986.697	36,10
CENTRO-OESTE	4.293.551	2.900.319	67,55	1.393.232	32,45	4.416.558	2.964.418	67,12	1.452.140	32,88	4.608.573	3.076.618	66,76	1.531.855	33,24

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992

ANEXO 4

RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS
EMPREGADOS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE
BRASIL - 1986-1990
REGIÕES METROPOLITANAS

MESES E REGIÕES	COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA					SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA				
	1986(1)	1987(1)	1988(1)	1989(1)(2)	1990(3)	1986(1)	1987(1)	1988(1)	1989(2)	1990(3)
RECIFE										
Janeiro		2.148	1.983	2,01	53.266,20		1.333	1.174	1,08	30.773,31
Fevereiro		2.050	2.017	2,00	50.756,44		1.152	1.225	1,15	33.988,52
Março		2.008	2.076	1,91	40.577,71		1.156	1.249	1,11	22.264,97
Abril		2.027	2.081	2,02	37.047,69		1.122	1.187	1,25	26.832,85
Maiο		1.998	1.964	2,24	39.947,86		1.105	1.054	1,28	24.784,25
Junho		1.897	1.859	2,04	39.113,02		1.198	1.018	1,18	22.481,33
Julho		1.946	1.992	1,98	39.962,64		1.043	1.159	1,16	25.033,59
Agosto		2.019	2.064	2,06	36.500,92		1.088	1.250	1,11	23.075,64
Setembro		1.911	2.020	2,02	35.969,70		1.131	1.181	1,24	22.993,97
Outubro		2.035	2.025	2,54	36.210,43		1.112	1.088	1,44	24.179,35
Novembro		1.999	2.135	2,35	33.497,01		1.218	1.265	1,35	22.486,51
Dezembro		2.173	2.452	2,41	37.117,85		1.275	1.383	1,27	21.912,23
SALVADOR										
Janeiro		2.656	2.539	2,37	69.378,87		1.601	1.532	1,15	30.818,60
Fevereiro		2.639	2.504	2,24	62.497,27		1.572	1.630	1,31	31.563,78
Março		2.546	2.650	2,38	53.304,47		1.575	1.578	1,27	24.553,61
Abril		2.579	2.606	2,25	45.631,11		1.313	1.459	1,42	22.362,17
Maiο		2.530	2.422	2,33	44.322,33		1.271	1.501	1,41	23.035,41
Junho		2.421	2.464	2,34	46.372,95		1.262	1.312	1,27	25.017,30
Julho		2.364	2.596	2,41	47.268,11		1.359	1.129	1,18	31.355,46
Agosto		2.469	2.699	2,58	46.293,55		1.461	1.288	1,34	28.147,36
Setembro		2.433	2.689	2,56	47.074,24		1.490	1.316	1,13	26.421,46
Outubro		2.537	2.832	3,19	43.821,19		1.551	1.259	1,49	26.094,23
Novembro		2.491	2.794	3,12	42.539,82		1.309	1.430	1,36	27.097,73
Dezembro		2.886	2.916	3,34	45.123,62		1.705	1.306	1,68	25.526,92
BELO HORIZONTE										
Janeiro	2.339	2.567	2.301	2,37	63.347,02	1.427	2.029	1.722	1,64	44.063,68
Fevereiro	2.384	2.486	2.264	2,20	54.789,40	1.375	1.851	1.635	1,48	38.837,55
Março	2.502	2.470	2.291	2,31	45.469,58	1.460	1.663	1.552	1,46	37.502,97
Abril	2.398	2.364	2.306	2,40	42.002,21	1.559	1.564	1.418	1,60	35.004,50
Maiο	2.754	2.268	2.262	2,39	43.304,11	1.610	1.393	1.365	1,62	37.266,21
Junho	2.808	2.127	2.189	2,28	43.303,23	1.747	1.300	1.359	1,64	39.711,89
Julho	2.834	2.159	2.253	2,28	43.255,14	1.907	1.231	1.431	1,73	36.178,50
Agosto	2.809	2.231	2.272	2,29	44.339,10	1.949	1.416	1.426	1,84	40.212,56
Setembro	2.853	2.252	2.322	2,33	43.581,50	1.972	1.451	1.436	1,85	35.752,68
Outubro	2.997	2.248	2.292	2,70	44.616,60	2.205	1.440	1.278	2,02	35.026,02
Novembro	2.944	2.353	2.527	2,92	43.049,50	2.371	1.599	1.510	1,86	31.353,14
Dezembro	3.118	2.776	3.142	3,37	47.300,39	2.338	1.818	1.797	2,18	33.497,06

(Continua)

ANEXO 4 (Conclusão)

RENDIMENTO MÉDIO REAL DO TRABALHO PRINCIPAL DOS
EMPREGADOS DE 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

1986-1990

REGIÕES METROPOLITANAS

MESES E REGIÕES	COM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA					SEM CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA				
	1986(1)	1987(1)	1988(1)	1989(1)(2)	1990(3)	1986(1)	1987(1)	1988(1)	1989(2)	1990(3)
RIO DE JANEIRO										
Janeiro	2.289	2.702	2.492	2,57	69.409,23	1.782	2.154	2.000	2,00	57.336,72
Fevereiro	2.283	2.562	2.583	2,43	67.445,46	1.835	2.070	2.209	1,98	52.637,97
Março	2.452	2.550	2.568	2,47	47.806,17	1.861	2.066	2.247	2,06	41.958,90
Abril	2.660	2.475	2.577	2,56	49.499,27	2.019	1.948	2.190	2,04	41.729,88
Maiο	2.690	2.491	2.750	2,57	50.415,80	2.074	1.814	2.153	2,19	42.434,72
Junho	2.878	2.394	2.480	2,47	47.157,68	2.053	1.744	2.110	1,98	39.489,53
Julho	2.898	2.295	2.508	2,47	49.340,97	2.095	1.728	1.873	1,95	37.307,08
Agosto	2.905	2.341	2.636	2,46	49.684,30	2.179	1.760	2.042	1,92	37.093,66
Setembro	2.965	2.450	2.636	2,56	46.451,93	2.083	1.789	1.924	1,84	34.558,96
Outubro	3.015	2.434	2.660	3,19	47.123,95	2.047	1.835	1.798	2,21	37.966,89
Novembro	2.986	2.505	2.845	3,10	45.952,63	2.118	1.852	2.282	2,23	37.116,22
Dezembro	3.118	3.066	3.238	3,66	49.183,48	2.383	2.095	2.348	2,47	40.062,10
SÃO PAULO										
Janeiro	2.918	3.469	2.985	3,03	88.026,77	2.080	2.902	2.136	2,00	64.715,29
Fevereiro	2.885	3.343	3.106	2,92	79.361,91	1.979	2.870	2.272	2,16	57.496,15
Março	3.001	3.180	3.072	3,11	58.447,60	2.088	2.672	2.445	2,33	41.128,07
Abril	3.180	3.047	3.110	3,21	56.072,01	2.334	2.239	2.311	2,51	43.066,17
Maiο	3.293	2.969	3.271	3,28	60.780,26	2.434	2.123	2.353	2,63	49.333,25
Junho	3.310	2.790	3.157	2,93	60.962,84	2.377	2.132	2.231	2,48	47.536,07
Julho	3.494	2.742	3.145	3,00	61.609,66	2.518	2.035	2.285	2,44	50.017,84
Agosto	3.567	2.841	3.291	3,19	62.171,56	2.595	2.240	2.305	2,45	50.963,27
Setembro	3.617	2.960	3.226	3,17	60.597,35	2.652	2.115	2.156	2,34	52.523,99
Outubro	3.674	2.895	3.279	4,23	61.944,41	2.689	2.090	2.144	2,89	53.457,49
Novembro	3.835	3.015	3.596	4,21	65.000,38	2.856	2.190	2.156	2,92	51.559,41
Dezembro	4.496	2.589	4.244	4,54	66.939,35	3.450	2.429	2.381	2,94	51.739,76
PORTO ALEGRE										
Janeiro	2.163	2.435	2.073	2,45	70.083,04	2.367	2.872	2.255	2,55	72.834,29
Fevereiro	2.296	2.497	2.198	2,20	63.063,96	2.600	2.665	2.461	2,66	49.828,49
Março	2.442	2.390	2.161	2,31	48.623,51	2.695	2.645	2.395	2,63	55.298,98
Abril	2.459	2.295	2.142	2,41	46.437,47	2.883	2.368	2.164	2,75	54.189,54
Maiο	2.578	2.317	2.316	2,61	48.342,95	3.095	2.245	2.148	2,81	53.741,66
Junho	2.554	2.169	2.332	2,54	49.019,58	3.180	2.265	2.126	2,57	55.432,87
Julho	2.685	2.115	2.338	2,67	49.177,91	3.222	2.315	2.028	2,74	57.481,09
Agosto	2.743	2.161	2.517	2,79	50.207,92	3.364	2.373	2.339	2,77	58.029,79
Setembro	2.937	2.228	2.453	2,84	49.516,42	3.321	2.452	2.298	2,86	57.336,69
Outubro	2.846	2.242	2.408	3,14	49.048,46	3.331	2.384	2.456	3,12	58.565,46
Novembro	2.965	2.303	2.653	3,29	48.180,25	3.200	2.420	2.603	3,15	51.307,20
Dezembro	3.116	2.579	3.113	3,64	48.009,71	3.415	2.357	2.806	3,75	48.155,58

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO, 1986, 1987/88, 1989, 1990, 1991, 1992

(1) Base: março de 1986 - deflator: INPC

(2) Valores em cruzados novos

(3) Base: dezembro de 1990 - Deflator: INPC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS E MONOGRAFIAS

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

1 - PARTE ESCRITA

1.1) CONTEÚDO:

a) Objetivo do Estudo - (na área econômica)

Até que ponto a delimitação dos objetivos permitiu que seus propósitos fossem alcançados.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 |

b) Metodologia -

A metodologia utilizada foi apropriada para alcançar seus objetivos

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 |

c) Corpo de Trabalho -

O desenvolvimento teórico, analítico, de resultado e de conclusão foram sistematizados de maneira a possibilitar o atingimento dos objetivos. A bibliografia é atualizada.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 |

Item 1.1) Média $(a+b+c/3) = \dots\dots\dots 9 \dots\dots\dots$ x 5,0 (peso) = $\dots\dots\dots 45 \dots\dots\dots$

1.2) ESTILO E FORMA DE APRESENTAÇÃO

a) A redação foi clara, a linguagem precisa, as idéias foram apresentadas com lógica e continuidade, o uso da terceira pessoa do singular e da voz passiva foram seguidos no texto:

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 |

b) As tabelas, quadros, figuras, citações bibliográficas, notas de rodapé, números, anexos, abreviaturas, referências bibliográficas, etc, seguiram as normas técnicas.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 |

Item 1.2) Média $(a+b/2) = \dots\dots\dots 18 \dots\dots\dots$ x 2,0 (peso) = $\dots\dots\dots 18 \dots\dots\dots$

2 - PARTE ORAL

O conteúdo da exposição e da arguição, a postura, a gesticulação, a linguagem, os recursos didáticos audiovisuais, desenvolvidos ou apresentados durante a defesa oral, foram satisfatórios.

Nota: 0/ 1/ 2/ 3/ 4/ 5/ 6/ 7/ 8/ 9/ 10. | 0,5 | x 3,0 (peso) = $\dots\dots\dots 27 \dots\dots\dots$

NOTA FINAL : 1) PARTE ESCRITA - (item 1.1) = $\dots\dots\dots 45 \dots\dots\dots$

- (item 1.2) = $\dots\dots\dots 18 \dots\dots\dots$

2) PARTE ORAL ----- = $\dots\dots\dots 27 \dots\dots\dots$

Soma (Partes 1+2) = $\dots\dots\dots 90 \dots\dots\dots$

Soma/10 (Nota Final) = $\dots\dots\dots 9,0 \dots\dots\dots$

Parecer da Banca:

Comissão de Avaliação:

1. (Presidente) Prof. JEAN-WE ROSENGER Ass. Jean L. A.

2. (Membro) Prof. JESIEL DE MARCO GOMES Ass. J. S. S.

3. (Membro) Prof. GERÔNIMO WANDOLLEY MACHADO Ass. G. S. S.

Nome do Aluno JOÃO ROEMER SPECHT Data Defesa: 20.11.1995